UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LEITURA: ESTUDOS LINGUÍSTICOS, LITERÁRIOS E MIDIÁTICOS
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS LITERÁRIOS E MIDIÁTICOS

Fernanda Junkherr Szczecinski

TRIBUNAL DAS REDES: NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA INTERNET

Santa Cruz do Sul
2021

Fernanda Junkherr Szczecinski

TRIBUNAL DAS REDES: NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA INTERNET

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, área de concentração em Leitura: estudos linguísticos, literários e midiáticos, linha de pesquisa sobre estudos linguísticos e cognição, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.
Orientadora: Profª. Drª. Fabiana Quatrin Piccinin

Santa Cruz do Sul
2021

Fernanda Junkherr Szczecinski

TRIBUNAL DAS REDES: NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA INTERNET

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, área de concentração em Leitura: estudos linguísticos, literários e midiáticos, linha de pesquisa sobre estudos linguísticos e cognição, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Drª. Fabiana Quatrin Piccinin
Professora orientadora – UNISC

Drª. Rafael Guimarães
Professor Examinador – UNISC

Drª. Rosângela Fachel de Medeiros
Professora examinadora – UFPEL

Santa Cruz do Sul
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Szczecinski, Fernanda Junkherr Szczecinski
Tribunal das redes: narrativas de violência contra a mulher na Internet / Fernanda Junkherr Szczecinski Szczecinski. — 2021.
130 f. : il. ; 2 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021. Orientação: Profa. Dra. Fabiana Ouatrin Piccinin Piccinin .

1. Redes Sociais . 2. Violência contra a mulher. 3. Estudos de gênero. 4. Narrativas. 5. Feminino . I. Piccinin . Fabiana Ouatrin Piccinin . II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho tem um pouco de todos que contribuíram para que eu chegasse até o momento em que ele se inicia e concretiza, e necessita de muitos agradecimentos.

À minha mãe Aurélia, por me “proibir” de desistir das coisas e ser incentivo constante.

Ao meu pai Jaime (*in memorian*), pelas referências e fomento aos sonhos.

Aos amigos Ingrid, Fernando e João, por sempre ouvirem as angústias e comemorarem as vitórias.

À professora Fabiana Quatrin Piccinin, por desde a graduação acreditar em mim e compartilhar do seu tempo, conhecimento, carinho e compreensão.

Ao PPGL pelo olhar sensível quando precisei.

À CAPES, que através da concessão de bolsa tornou essa pesquisa possível.

E a todas as mulheres que vieram antes de mim.

Mil nações moldaram a minha cara
Minha voz, uso pra dizer o que se cala
Ser feliz no vão, no triz
É força que me embala
O meu país é o meu lugar de fala

Elza Soares

RESUMO

Essa dissertação teve como objetivo observar as narrativas que emergem nos comentários de matérias sobre violência contra mulheres no Facebook. A análise deste trabalho teve como objetos de estudo os comentários de matérias publicadas nas páginas do PortalGaz, GaúchaZH e O Globo, que nos proporcionaram observar notícias com três tipos de abrangência – local, estadual e nacional. Foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos para selecionar, enumerar e investigar as narrativas, e elencadas conceituações sobre redes sociais digitais, sociedade midiatizada, hibridização e consumo de informações, ódio, discriminação, relações de poder, cultura do estupro e movimentos feministas. Para isso recorremos a autores como Castells (2003), Santaella (2010), Recuero (2009;2013;2016;2017), Faustino (2019) Palacios (2003), Barbosa (2013), Van Dijck (2012;2016) Primo (2017), Freud (1930) Karnal (2017), Teles (2002), Moura (2018), Ribeiro (2019), Recuero e Soares (2013), Beard (2018) e Bourdieu (1989;1999), dentre outros. Através da união desses conceitos e, posteriormente da análise, se percebeu que as mulheres vítimas de violência são expostas a uma série de julgamentos na internet após a publicização dessa agressão, passando por um processo de desautorização do próprio relato, de revitimização e culpabilização característicos das sociedades patriarcais.

Palavras-chave: redes sociais; feminismo; violência contra a mulher; Facebook; narrativas.

ABSTRACT

This thesis had as objective note the narratives that emerge from comments in News about sexual violence against women on Facebook. The analysis of this work had as study objects the comments of news published in the pages of PortalGaz, GaúchaZH and O Globo, wich allow us to observe news with three typos of coverage – local, state and national. For this we used resorted author like Castells (2003), Santaella (2010), Recuero (2009;2013;2016;2017), Faustino (2019) Palacios (2003), Barbosa (2013), Van Dijck (2012;2016) Primo (2017), Freud (1930) Karnal (2017), Teles (2002), Moura (2018), Ribeiro (2019), Recuero e Soares (2013), Beard (2018) e Bourdieu (1989;1999). Quantitative and qualitative methods were used to enumerate, select and investigate the narratives, through wich it was perceived that the victmis are exposed to a series of judgments after denouncing violence, going through a process of disallowing the report itself, revictimizing and blaming that are characteristic of patriarcal societies.

Keywords:social networks; feminism; violence against women; Facebook; narratives

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- NOTÍCIA DO PORTAL GAZ 82
FIGURA 2 - COMENTÁRIO 1..... 83
FIGURA 3 - COMENTÁRIO 2..... 84
FIGURA 4 - COMENTÁRIO 3..... 84
FIGURA 5 - COMENTÁRIO 4..... 84
FIGURA 6 - COMENTÁRIO 5..... 84
FIGURA 7 - COMENTÁRIO 6..... 85
FIGURA 8 - COMENTÁRIO 7..... 85
FIGURA 9 - COMENTÁRIO 8..... 86
FIGURA 10 - COMENTÁRIO 9..... 87
FIGURA 11 - COMENTÁRIO 10..... 87
FIGURA 12 - COMENTÁRIO 11..... 87
FIGURA 13 - COMENTÁRIO 12..... 87
FIGURA 14 - COMENTÁRIO 13..... 87
FIGURA 15 - COMENTÁRIO 14,..... 88
FIGURA 16 - COMENTÁRIO 15..... 88
FIGURA 17 - COMENTÁRIO 16..... 89
FIGURA 18 - COMENTÁRIO 17..... 89
FIGURA 19 - COMENTÁRIO 18..... 89
FIGURA 20 - COMENTÁRIO 19..... 90
FIGURA 21 - COMENTÁRIO 20..... 91
FIGURA 22 - COMENTÁRIO 21..... 91
FIGURA 23 - COMENTÁRIO 22..... 91
FIGURA 24 - COMENTÁRIO 23..... 91
FIGURA 25 - COMENTÁRIO 24..... 92
FIGURA 26 - COMENTÁRIO 25..... 92
FIGURA 27 - NOTÍCIA DO PORTAL GAÚCHAZH..... 94
FIGURA 28 - COMENTÁRIO 26..... 96
FIGURA 29 - COMENTÁRIO 27..... 96
FIGURA 30 - COMENTÁRIO 28..... 97
FIGURA 31 - COMENTÁRIO 29..... 97
FIGURA 32 - COMENTÁRIO 30..... 97
FIGURA 33 - COMENTÁRIO 31..... 97
FIGURA 34 - COMENTÁRIO 32..... 98
FIGURA 35 - COMENTÁRIO 33..... 99
FIGURA 36 - COMENTÁRIO 34..... 99
FIGURA 37 - COMENTÁRIO 35..... 100
FIGURA 38 - COMENTÁRIO 36..... 100
FIGURA 39 - COMENTÁRIO 37..... 100
FIGURA 40 - COMENTÁRIO 38..... 100
FIGURA 41 - COMENTÁRIO 39..... 101
FIGURA 42 - COMENTÁRIO 40..... 102
FIGURA 43 - COMENTÁRIO 41..... 102
FIGURA 44 - COMENTÁRIO 42..... 102
FIGURA 45 - COMENTÁRIO 43..... 102
FIGURA 46 - COMENTÁRIO 44..... 104
FIGURA 47 - COMENTÁRIO 45..... 104
FIGURA 48 - COMENTÁRIO 46..... 105

FIGURA 49 - NOTÍCIA PUBLICADA NO PORTAL O GLOBO 106
FIGURA 50 - COMENTÁRIO 47..... 108
FIGURA 51 - COMENTÁRIO 48..... 108
FIGURA 52 - COMENTÁRIO 49..... 109
FIGURA 53 - COMENTÁRIO 50..... 109
FIGURA 54 - COMENTÁRIO 51..... 110
FIGURA 55 - COMENTÁRIO 52..... 110
FIGURA 56 - COMENTÁRIO 53..... 111
FIGURA 57 - COMENTÁRIO 54..... 111
FIGURA 58 - COMENTÁRIO 55..... 112
FIGURA 59 - COMENTÁRIO 56..... 112
FIGURA 60 - COMENTÁRIO 57..... 112
FIGURA 61 - COMENTÁRIO 58..... 113
FIGURA 62 - COMENTÁRIO 59..... 114
FIGURA 63 - COMENTÁRIO 60..... 114
FIGURA 64 - COMENTÁRIO 61..... 115
FIGURA 65 - COMENTÁRIO 62..... 115
FIGURA 66 - COMENTÁRIO 63..... 116
FIGURA 67 - COMENTÁRIO 64..... 116
FIGURA 68 - COMENTÁRIO 65..... 117
FIGURA 69 - COMENTÁRIO 66..... 117
FIGURA 70 - COMENTÁRIO 67..... 117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - TIPOS DE VIOLÊNCIA CONFORME A LEI MARIA DA PENHA 56
QUADRO 2 - MÉDIAS DE INTERAÇÕES POR PÁGINA 77
QUADRO 3 - CATEGORIAS DE ANÁLISE..... 80
QUADRO 4 – RELAÇÃO DE COMENTÁRIOS DO CASO BRUNA 83
QUADRO 5 – RELAÇÃO DE COMENTÁRIOS DO CASO UBER 94
QUADRO 6 – RELAÇÃO DE COMENTÁRIOS DO CASO PRIOR..... 107

Sumário

INTRODUÇÃO 11

1 UMA SOCIEDADE TRANSFORMADA PELA CONEXÃO 13

1.1 As redes que organizam nossasvidas 23

1.2 O Facebook 29

1.3 Narrativas, interações e julgamentos 35

2 OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: ENTRE A OPINIÃO E VIOLÊNCIA 46

3 NARRATIVAS QUE TRANSFORMAM VÍTIMAS EM RÉS 74

3.1. Estratégias metodológicas 74

3.2 “Ela estava esquecida, teve que dar um jeito de chamar a atenção” 81

3.2.1 Da Acusação de Farsa: “Tu tem como provar isto?” 86

3.2.2 Do Ataque Personalizado: “Pede Auxílio para os caminhoneiros” 88

3.2.3 Da Ridicularização – “Para ela se interessar por ti, só se tu virar um cachorro ou cavalo” 90

3.3 “Talvez ela tenha dado bola para ele” 93

3.3.1 Da Acusação de Farsa: “O cara não fez nada” 98

3.3.2 Da Ridicularização: “Que comece o mimimi” 102

3.4 Caso Prior: “Quer indenização, minha filha?” 105

3.4.1 Da Acusação de Farsa: “Só acredito com provas” 112

3.4.2 Da Ridicularização: “Chega a ser ‘engraçado’” 115

CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 123

INTRODUÇÃO

“Acordei de repente com um forte estampido dentro do quarto. Abri os olhos. Não vi ninguém. Tentei mexer-me, mas não consegui. Imediatamente, fechei os olhos e um só pensamento me ocorreu: “Meu Deus, o Marco me matou com um tiro”. Um gosto estranho de metal se fez sentir, forte, na minha boca, enquanto um borbulhamento nas minhas costas me deixou ainda mais assustada. Isso me fez permanecer com os olhos fechados, fingindo-me de morta, porque temia que Marco desse um segundo tiro”, (FERNANDES, 2012).

O trecho acima faz parte do livro escrito pela farmacêutica brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, a mulher que deu nome à primeira lei brasileira de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, promulgada em 2006. Maria ficou paraplégica após a tentativa de feminicídio acima descrita e hoje, aos 71 anos, três décadas após o episódio relatado, continua militando pelo fim da violência contra a mulher, que tem se configurado como a grande pauta dos movimentos feministas contemporâneos.

Marcado por elementos característicos da pós-modernidade como a heterogeneidade de pautas e narrativas, como se detalhará ao longo deste trabalho, o feminismo atual tem no combate à violência contra a mulher uma demanda universal, que ultrapassa as barreiras de classe, raça e orientação sexual e se faz necessária porque, mesmo após um século de luta e mudanças na legislação, as conquistas do movimento não livraram as mulheres das relações simbólicas de poder (BOURDIEU, 1989) que permeiam as sociedades patriarcais e seguem assediando e matando sua população feminina diariamente.

Quinze anos após a criação da Lei Maria da Penha, o Brasil ainda é o País com a quinta maior taxa de feminicídios do mundo. Em 2018, segundo o Fórum de Segurança Pública, 536 mulheres foram agredidas por hora em território brasileiro. No mesmo ano, conforme pesquisa encomendada pela instituição ao Datafolha, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento, enquanto 22 milhões (37,1%) passaram por algum tipo de assédio. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico e 76,4% foram cometidos por um

homem que a mulher conhecia. Do total de vítimas, mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor ou procurou ajuda.

Nesse mesmo contexto, as redes sociais digitais configuram-se no contemporâneo, no campo da comunicação e das relações interpessoais, como ferramentas de democratização da informação e das narrativas, proporcionando que atores sociais de alguma forma marginalizados, como as mulheres, encontrem um ambiente onde podem se expressar e discutir suas pautas. Nesse ambiente também estão presentes, enquanto atores sociais, os veículos de imprensa, jornais, emissoras de televisão e rádio que também se ocupam da divulgação de notícias relacionadas as minorias, dentre elas a violência contra a mulher.

O alcance inédito que as notícias atingem na Internet, a possibilidade de resposta imediata por parte dos leitores, a repercussão que as matérias relacionadas à violência contra a mulher alcançam e as pistas que elas nos dão sobre a situação da mulher no contemporâneo, levaram-nos a tomar os comentários de matérias jornalísticas que tratam sobre esse tema divulgadas no Facebook como objeto de estudo.

Dessa forma, partindo de uma análise exploratória que permitiu, sem visita às conceituações teóricas num primeiro momento, compreender que esses comentários poderiam se tornar um objeto de pesquisa, propomos observar quais os tipos de narrativas que emergem deles. Assim surgiu a problemática desta pesquisa, que quer saber como se caracterizam essas narrativas e encontrar elementos que nos apontem qual é a compreensão que, dentro do recorte proposto, os usuários das redes sociais têm sobre o feminino no contemporâneo.

Para atingir esse objetivo estruturamos o trabalho em duas partes. A primeira traz o referencial teórico que foi dividido em duas etapas, sendo a primeira sobre o funcionamento das redes sociais e as transformações proporcionadas pela onipresença delas na sociedade midiatizada. Para tratar desses temas recorremos à Castells (2003), Santaella (2010), Sodré (2006), Scolari (2014), Aparici (2012), Ribeiro (2012), Recuero (2009;2013;2016;2017), Faustino (2019) Palacios (2003), Barbosa (2013), Van Dijck (2012;2016) Primo (2017) dentre outros. Na segunda etapa do referencial teórico conceituamos questões como o ódio, a discriminação e a violência, bem como relações de poder, cultura do estupro e movimentos feministas. Nesse caso utilizamos Freud (1930), Lacan (1998), França (2019), Karnal (2017), Teles (2002),

Moura (2018), Ribeiro (2019), Recuero e Soares (2013), Beard (2018) e Bourdieu (1989;1999), dentre outros.

Já a segunda parte do trabalho apresenta as estratégias metodológicas que utilizamos e a análise da pesquisa em si. Para chegar aos resultados obtidos contamos com métodos quantitativos, que permitiram contabilizar as interações e comentários das matérias selecionadas e verificar, a partir disso, a relevância delas em termos de repercussão, separando qualitativamente aqueles comentários a serem analisados em profundidade. Posteriormente, cruzando as narrativas encontradas nos comentários com o referencial teórico produzido, utilizamos de metodologia qualitativa para observar como as denúncias de violência sexual contra a mulher são recebidas no ambiente virtual.

1. Uma sociedade transformada pela conexão

Da mesma forma que a prensa móvel de Gutenberg criou um novo mundo no século XV, Castells (2003) afirma que a Internet, a partir da segunda metade da década de 1990, nos fez ingressar em um novo universo ao permitir, pela primeira vez, “a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global” (p.8). Embora seu fim original tenha sido o da comunicação entre um ou mais computadores[1],a web passou a ser a base tecnológica que (re)organizou, em rede, nossas atividades econômicas, políticas e culturais

No âmbito da economia, suas contribuições tiveram a ver tanto com a remodelagem das empresas em suas práticas internas, que passaram a ser conectadas por computadores; quanto com o tipo de serviço oferecido, que em diversos casos se tornou virtual, em partes ou completamente (SODRÉ, 2006). No campo político (CASTELLS, 2003), a conexão online proporcionou uma liberdade de expressão, propagação e organização inédita, tanto por parte das instituições e autoridades quanto das militâncias. Na cultura, a liberdade para narrar e divulgar informação também foi um fator de transformação, que impactou desde o formato dos conteúdos até a sua propagação afetando, por exemplo, a propriedade

[1] Segundo Castells (2003), a Internet surgiu nos anos 1960, na Califórnia, criada por um setor do Departamento das Forças Armadas dos Estados Unidos sob a justificativa de ser usada como um dispositivo militar capaz de manter a comunicação das forças armadas norte-americanas em funcionamento caso as redes convencionais fossem atacadas durante a guerra.

intelectual por conta da liberação de músicas, filmes, softwares e assim por diante (CASTELLS, idem). Cumprindo com sua função criadora, a Internet transformou ainda, por óbvio, a forma como nos comunicamos e o paradigma dos meios de comunicação (até então tidos como meios de massa), que deixaram de operar em uma lógica vertical, em que detinham a informação e a emitiam a uma audiência passiva, para uma lógica de competição com a própria audiência, em termos de produção de conteúdo, e de interação e retorno imediatos do público (SANTAELLA, 2010). Assim como a Internet evoluiu nas últimas duas décadas, tornando-se mais rápida e acessível em cada vez mais lugares, as tecnologias que a suportam também passaram por transformações. Do computador de mesa partimos para os notebooks, tablets e chegamos aos smartphones. Paralelamente a isso, outros dispositivos de mídia, como a televisão e o rádio, passaram por transformações tecnológicas (SCOLARI, 2014) igualmente importantes, tornando-se mais compactos, nítidos, digitais e, por fim, também conectados à Internet. No caso da televisão, tivemos expressivas mudanças de formato com a chegada da televisão a cabo e, posteriormente, dos serviços de streaming. O jornal impresso, por sua vez, encontrou na gratuidade e espaço ilimitado dos portais de notícia online um feroz concorrente, diante dos quais teve que se adaptar para concorrer à altura em alguns quesitos, como a velocidade de entrega da informação e a aparência dessas informações, que no online ganham mais espaço e elementos multimidiáticos como fotos, vídeos e hiperlinks. Já o rádio passou a contar com emissoras online e deu origem, de certa forma, aos podcasts, que consistem em um conteúdo online, em áudio, em diferentes formatos (debate, monólogo etc.) e sobre temas diversos.

Esse momento (em meados dos anos 1990) em que, junto com as mudanças tecnológicas, o paradigma da comunicação de massa - que funcionou a partir da Revolução Industrial com o surgimento da imprensa e, posteriormente, do Rádio e da TV – começou a se dissolver e se reconfigurar foi classificado por Santaella (2008) como a era das mídias e das tecnologias disponíveis (walkman, tv a cabo), e já aparece completamente transformado no contemporâneo, batizado pela autora de era da mobilidade e das tecnologias da conexão contínua (internet sem fio, notebooks, smartphones). Wolton (1999), nesse sentido, entende que se trata de uma mudança de uma lógica de oferta para uma lógica de demanda, ideia que Lemos (2002) resume em uma transformação do formato Um-Todos para o formato

Todos-Todos:

> Os novos *media* permitem a comunicação individualizada, personalizada e bidirecional, em tempo real. Isto vem causando mudanças estruturais na produção e distribuição da informação, tanto em jornais, televisão, rádios e revistas além do setor de entretenimento como o cinema e a música. A tecnologia digital proporciona, assim, uma dupla ruptura: no modo de conceber a informação (produção por processos microeletrônicos) e no modo de difundir as informações (modelo Todos-Todos). Alguns autores chegam mesmo a falar de um domínio dos meios de produção pelo público (p. 84-85).

Nesse novo período, o que vemos é um modelo não mais de recepção da informação, mas de circulação, em que os conteúdos não são mais emitidos a um receptor inerte e passivo por alguns grandes veículos de comunicação. Em um movimento contrário, como aponta Lemos (2002), os conteúdos são agora disponibilizados por diversas fontes, podem ser acessados em diferentes momentos e plataformas e permitem que o leitor/ouvinte/espectador interaja instantaneamente com a mensagem, podendo inclusive ser respondido de forma igualmente imediata pelo autor de uma notícia ou apenas ter sua resposta observada, conforme nos mostra Aparici[2] (2012):

> Os meios de comunicação, assim como as instituições educativas, estão ancorados num modelo característico da sociedade industrial: a produção e o consumo em massa e individualista de objetos e conhecimentos. A web2.0 modificou as regras do jogo e permite que na internet seja possível contribuir de maneira colaborativa na construção do conhecimento coletivo, a partir de atos de comunicação individuais e grupos que podem acontecer no ciberespaço e nos espaços reais. Na web 2.0, a relação comunicativa é de todos com todos, e se pode estabelecer uma infinidade de conexões entre todos os cibernautas. (p. 25)

Ao observarmos essas transformações podemos concordar com Ribeiro (2012) quando a autora aponta que, o que a Internet, a web e as tecnologias de comunicação fizeram não foi reinventar a roda ao misturar elementos e linguagens de comunicação, mas potencializar práticas já existentes e facilitar, ou modernizar certas atividades. Essa percepção vai ao encontro do que afirma Castells (2003), ao dizer que, por seu caráter elástico, a Internet mostrou-se suscetível a incorporar desde nossas ações mais primordiais como também as tendências contraditórias presentes no nosso mundo *offline*, tornando-se uma extensão dele. Nossas práticas, portanto, de formar redes, produzir notícias e narras histórias (dentre muitas outras) já existiam, mas foram remodeladas e adaptadas a novos suportes

[2] A ideia central por trás dessa referência, que é a da interatividade, é cara para o nosso trabalho e será discutida mais a fundo no terceiro subcapítulo.

e modos de produção, distribuição e interatividade.

Diante dessas inovações, um fenômeno importante emerge: a convergência entre as diferentes mídias e tecnologias. Segundo Jenkins (2009), a convergência representa uma modificação na relação com as mídias, uma revolução cultural onde os consumidores são incentivados a buscar novas informações e fazer novas conexões a todo o momento, em meio a conteúdos e plataformas distintas. Trata-se de uma cultura onde "as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis" (p.29). Para o autor, trata-se de um momento de transformação profundo e durador, que conta com diferentes contextos nacionais e onde nada é predeterminado:

> Convergência e conexão são o que impulsiona a mídia agora e aquilo que assegura que a mídia seja importante em todos os níveis, desde o mais micro e hiperlocal, até o mais macro. Se a nossa sociedade é mediada, é POR CAUSA (grifo do autor) da convergência e da conexão, porque todos os aspectos das nossas vidas são tocados pela mídia e porque mais e mais de nós temos a capacidade de comunicar nossas ideias por meio de múltiplos canais de mídia (JENKINS, p.176, 2016)

Santaella (2010) complementa esse pensamento e descreve a convergência como uma nova dinâmica de vida em sociedade, em que "estar aqui e lá, desempenhar múltiplas tarefas ao mesmo tempo, distribuir nossa atenção entre diferentes mídias e rotinas de comunicação é uma experiência cotidiana para um número crescente de pessoas" (p.78).

Conforme a autora, no que diz respeito ao universo das mídias e linguagens, pensar nessa convergência requer um olhar para essas transformações em que "as linguagens, as heranças, as tradições, a multidimensionalidade do espaço e do tempo" (p. 79) sejam levados em consideração, posto que o "texto da cultura comporta-se como um denso palimpsesto" (ibidem), onde "sob as camadas visíveis, as invisíveis continuam agindo" (ibidem). Em outras palavras, podemos dizer que é preciso considerar as novas mídias e suas lógicas sem que as antigas passem a ser vistas como obsoletas, e sim complementares. Para citarmos um termo ainda mais atual e abrangente do que convergência usaremos hibridização que, segundo Santaella (2010), é uma ideia em expansão e que tem sido usada

para se referir tanto à convergência das mídias quanto à mistura das linguagens na

hipermídia:

> (...) ou seja, a junção do hipertexto com a multimídia que define a linguagem que é própria das redes em que texto, som, imagem, sinais e símbolos convivem em uma mesma dinâmica e complementam-se na tarefa solidária para a criação de sentidos acionados pela interação do usuário (p.81)

Ainda conforme a autora, o termo hibridismo tem sido utilizado para tratar da "interconexão dos espaços físicos de circulação com os espaços virtuais de informações a que os usuários de dispositivos móveis se conectam" (ibidem). Essa mistura entre mídias e realidades, aponta Santaella (2010), é característica do contemporâneo e tende a se expandir gradativamente, podendo chegar até mesmo a uma hibridização entre corpo e máquina, como já acontece, em certo grau, com a questão da nossa memória, por exemplo, cada vez mais estendida aos dispositivos digitais.

> Do mesmo modo, desde a revolução industrial que, no mundo da linguagem, fez emergir o jornal, seguido do cinema, do rádio e da televisão, a tendência das mídias tem sido a da crescente hibridização de linguagens, numa direção que a revolução digital está cada vez mais explorando no limite de suas possibilidades. Prova recente disso encontra-se na mistura inextricável entre o físico e o virtual que os dispositivos móveis permitem (p.95)

Para Manovich (2001), esta hibridização também pode ser caracterizada como uma estética da remixibilidade, que consiste na mescla entre mídias e linguagens que se misturam para criar novos efeitos. A fotografia, por exemplo, que é anterior às mídias digitais de forma geral, passa a ser armazenada em cartões de memória, transferida para computadores onde pode ser editada e utilizada para diversos fins (no design, na publicidade etc) e posteriormente pode ser impressa ou postada nas redes sociais. Trata-se de um remix, portanto, do registro fotográfico inicial, que por si só, ao ser feito digitalmente, já é uma inovação da mídia fotografia original. E essa lógica vale para diversas outras manifestações contemporâneas, que passam a ser regidas por essa estética do remix (ou da mistura).

Ao pensar nesse novo contexto, Sodré (2006) propõe uma ideia de bios midiático, que parte das ideias de Aristóteles sobre três gêneros de existência nos quais se desenrolaria a existência humana: o contemplativo, o político e o prazeroso

(ou do corpo)[3]. O midiático seria então um quarto gênero, onde a vida como a conhecemos passa a acontecer dentro da realidade da mídia e de uma cultura própria, a tecnocultura, “que implica uma transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental” (Idem, p. 27). Nessa cultura, as relações entre os sujeitos também se dão de forma peculiar, denominadas pelo autor de tecnointerações, que são as interações realizadas através de dispositivos eletrônicos e situadas no ambiente virtual. Outro ponto importante da tecnocultura de Sodré seria a condição da mídia de estruturadora (ou reestruturadora) de percepções e cognições.

A esse ambiente que Sodré chama de tecnocultura, Lévy (1999) denominou, ainda no final da década de 1990, ciberespaço. O primeiro conceito para o termo, no entanto, surgiu em 1991, no romance Neuromancer, de Willian Gibson, como um espaço fantasioso, utópico e distinto do mundo real. Essa ideia de ciberespaço como uma realidade virtual foi a que mais dominou o entendimento do conceito (SANTAELLA, 2010) e contribuiu, segundo Faustino (2020), para uma falsa noção de que estaríamos diante de dois mundos distintos (real e virtual), que mais tarde fariam emergir algumas aplicações problemáticas da Internet, como a disseminação de notícias falsas e discursos de ódio no mundo virtual, já que nele as regras do mundo real não se aplicariam. Para Lévy, contudo, o ciberespaço não era uma dimensão paralela e fictícia, mas o mais importante coletivo de memória, informação e comunicação do mundo (não apenas virtual).

Pelo fato de o conceito de Gibson ter se popularizado muito mais do que o de Lévy, muitos autores têm decretado o fim do termo ciberespaço no contemporâneo, sob a justificativa de que os dispositivos móveis e a presença constante do virtual em nossas mãos anulou a ideia de adentrar no ciberespaço: não precisamos mais ir até ele, já que ele está sempre vindo até nós. Santaella (2010) acredita que essa concepção tem a ver com outro entendimento distorcido e simplista, de que o

---

[3]Segundo Sodré in PAIVA et al (2002), cada bios é “um gênero qualificativo, um âmbito onde se desenrola a existência humana, determinado por Aristóteles a partir do Bem (to agathon) e da felicidade (eudaimonia) aspirados pela comunidade” (p.192). Grosso modo, todo trabalho humano, segundo Aristóteles, visaria algum tipo de Bem, sendo o maior deles a felicidade. Nesse sentido, haveria três modos de vida e três concepções de felicidade que deles derivam: a vida guiada pelo pensamento (contemplativa), a vida guiada pela conquista de riquezas e títulos (política) e a vida guiada pelo prazer físico (prazeroso ou do corpo). Para Aristóteles, a vida contemplativa seria a essência da felicidade.

ciberespaço tem relação direta com a noção de computador, como objeto fixo no espaço, que exige ao usuário estar parado diante de uma janela para então adentrar em um mundo distinto do “real”. Para a autora, essas visões não fazem jus ao conceito de ciberespaço, posto que ele não pode ser considerado um fenômeno que foi apagado pelos dispositivos móveis, como entendem alguns autores, mas está cada vez mais onipresente.

> Se é verdade que o ciberespaço desceu para a terra, não é preciso jogar fora essa gigantesca criança junto com a água do banho, pois negar o ciberespaço significa negar um meta-hiperdocumento pervasivo que cresce de modo interativo e que permeia todas as esferas, camadas e todos os meandros da vida humana (...) Enfim, o ciberespaço está agora mais presente do que nunca, tão presente a um simples toque de dedos em levíssimos dispositivos sempre na palma de nossas mãos, que nem sequer nos damos conta de estarmos ao mesmo tempo no ciberespaço e fora dele, pisando o chão e simultaneamente ubíquos, viajando, pousando, entrando e saindo de espaços de informação e comunicação à mesma velocidade com que nossos olhos piscam (Idem, p.71 e80)

Na esteira desse pensamento, em que observamos como a Internet, especialmente ao passar para os dispositivos móveis, se tornou onipresente em nossas vidas, entendemos o que Fausto Neto (2006) propõe ao afirmar que as transformações das últimas décadas nos levaram de uma “sociedade dos meios[4]” para uma “sociedade midiatizada”. Segundo o autor, a sociedade midiatizada é “calcada na compressão espacial e temporal (...) cuja base das interações sociais não mais se tecem e se estabelecem através de laços sociais, mas de ligações sociotécnicas” (2006, p.3). Nessa sociedade, a mídia não tem mais um papel de mediadora, tampouco os meios de comunicação (televisão, rádio etc) operam apenas como objetos funcionais, mas ambos estão intrínsecos ao tecido social e seus atores, fazendo com que os funcionamentos das instituições, da economia, da cultura e das práticas se estruturem em torno deles (VERÓN, 1997, 2001; FAUSTO NETO, 2006; SODRÉ, 2002). Para Palacios (2003), nesse contexto do ciberespaço, a Internet não se caracteriza como uma nova mídia, mas como um sistema que

---

[4]Pela definição do autor, a sociedade dos meios seria aquela em que as mídias como jornal, rádio e televisão existem e cumprem suas funções, mas não ocupam um papel central e organizador na sociedade, tampouco contribuem para a estruturação das instituições, da economia, da cultura ou das práticas sociais, como acontece na sociedade midiatizada. A sociedade dos meios, portanto, seria aquela em que as mídias operam um papel funcional primitivo, de informar e emitir mensagens, limitando-se somente a isso. (FAUSTO NETO, 2006)

funciona como ambiente de ação, informação e comunicação para diversos outros sistemas, dentre eles o humano. Daí fazer tanto sentido a afirmação de Castells (ano) que trouxemos no início do capítulo, sobre a Internet ser a teia que reorganizou nossa sociedade, já que a partir dela não só as nossas mídias, mas todas as áreas que conhecíamos passaram por mudanças e atualizações, e encontraram no ambiente virtual novos espaços e moldes.

> Enquanto ambiente de informação, comunicação e ação múltiplo e heterogêneo, e em função dessa multiplicidade e heterogeneidade, a Internet possibilita a **co-existência**, lado a lado, de ambientes informacionais stricto senso (bancos de dados dos mais variados tipos), jornalísticos (jornais online, rádios online, agências de notícias, etc) educacionais (cursos à distância, listas de discussão especializadas, simulações educativas, bibliotecas), de interação e comunicação (chats, fóruns, correio eletrônico), de lazer e cultura (jogos online, museus), de serviços (bancos, sites para declaração de impostos online), comerciais, de trabalho, etc, etc. (PALACIOS, 2003, p.8)

Também pensando na midiatização, Dias e Borelli (2017), partindo das afirmações de Sodré e adotando um ponto de vista mais voltado à semiótica, defendem que ela é um fenômeno que descentralizou a circulação das informações e alterou a noção de grande mídia (ou mídia de massa), até então estruturada em emissor-receptor-meio-mensagem, como os estudos sobre a comunicação propunham até o fim do século XX. Nesse novo cenário, segundo as autoras, surge, dentre outros fenômenos, espaço para a emergência das narrativas ordinárias, ou seja, que não são emitidas por profissionais da comunicação ou da ficção, mas por pessoas comuns, agora dotadas de meios para se expressar a um grande público.

Intrínseco ao contemporâneo, o jornalismo, setor que nos interessa especialmente nessa pesquisa, também sofreu profundas ressignificações nas últimas duas décadas. Tais mudanças aparecem tanto na esfera da produção, que passou a contar com softwares, aplicativos, bases de dados e algoritmos (BARBOSA et al, 2013) quanto na sua distribuição que, como citamos anteriormente, agora opera em uma lógica de circulação entre múltiplas plataformas. Da mesma maneira que outras atividades e mídias operam na sociedade midiatizada em uma lógica de hibridização, Barbosa (2013) afirma que o jornalismo acompanhou esse processo e hoje opera em uma sistemática de convergência, que teve início ainda nos anos 90 e consiste, resumidamente, na união entre diferentes plataformas, linguagens e conteúdos a serem distribuídos em múltiplas plataformas.

Nesse contexto, a autora recorre a ideia de medialidade, através de Grusin (2011), para demonstrar que o jornalismo hoje tem sua produção, seja no formato ou para a plataforma que for, “totalmente realizada por profissionais empregando tecnologias digitais em rede” (BARBOSA, p. 34, 2013) e não compete mais entre si, deixando para trás a oposição entre meios tradicionais e *news media*, bem como a concorrência entre os meios que compõem um mesmo grupo multimídia. Trata-se do que a autora chama de *continuum* multimídia e que caracteriza a quinta geração do jornalismo digital.

Para entendermos do que se trata essa quinta e nova geração, é preciso recorrer rapidamente às anteriores. Barbosa (idem) considera três pontos de vista para pensar nessas fases: o ponto de vista da produção de conteúdo, o dos processos de disseminação de informações a partir da tecnologia do videotexto e o da trajetória dos produtos jornalísticos digitais em si. O primeiro, conforme a autora, é delimitado por Pavlick (2001) em três ciclos, sendo o primeiro de produção; o segundo com pequenas inserções de recursos próprios do digital, como os links; e o terceiro como o do jornalismo contextualizado, em que novas formas de narrativa e *storytelling* emergem. O segundo considera as três ondas de Pryor (2002), sendo a primeira em 1982, a segunda em 1993, com o surgimento da Internet e os primeiros provedores de informações e a terceira, em 2001, marcada pelo maior desenvolvimento e especialização das empresas, equipes e sites. Já a terceira caracterização, de Mielniczuk (2003), olha diretamente para os estágios de evolução do jornalismo online, ou em sites.

> A primeira geração é a fase da transposição ou reprodução e, a segunda, é denominada como metáfora, quando os sites começam a empregar alguns recursos de interatividade, o hipertexto, entre outros. A autora classifica a terceirageração como webjornalismo (BARBOSA, p. 1)

À geração que Mielniczuk chama de webjornalismo, Barbosa denomina jornalismo digital de terceira geração, caracterização pela ampliação do acesso aos sites, meios de implementação, especialização, sites originais e multimídia, interatividade e hipertexto estruturando as narrativas e com a presença de arquivos e memória. A quarta geração, por sua vez, conta com produtos dinâmicos, redações integradas (online, impresso e rádio operam juntos), qualificação dos profissionais e dos sites, informação estruturada, narrativa dinâmica, cibermeios mais autênticos, nova metáfora, produção multiplaforma e presença de smartphones e tablets.

Ambas as gerações (terceira e quarta), conforme a autora, tem as bases de dados como elementos “estruturantes da atividade jornalística em suas dimensões de pré-produção, produção, disponibilização/circulação, consumo e pós-produção, além de aspecto chave para a construção de sites jornalísticos gerando um padrão dinâmico” (p.40, 2013). Voltando à quinta geração, temos a fase que corresponde ao contemporâneo, está ligada a ideia de *continuum* multimídia e tem nas mídias móveis, especialmente smartphones e tablets, os agentes que reconfiguram desde a produção até a (re)circulação dos conteúdos jornalísticos.

> As mídias móveis são também propulsoras de um novo ciclo de inovação, no qual surgem os produtos aplicativos (apps) jornalísticos para tablets e smartphones. Dentre eles, destacam-se como potencialmente mais inovadores aqueles que denominamos autóctones, ou seja, aplicações criadas de forma nativa com material exclusivo e tratamento diferenciado” (p.42, ibidem)

Se olharmos para o contexto que apresentamos até aqui, não só jornalístico, mas geral, um elemento fundamental para a discussão é o fato de os autores apontarem para o contemporâneo como um momento em que tudo está conectado - ou em rede, como proclama Castells (2003). Embora o conceito de rede não seja novo e venha sendo proposto por estudiosos das ciências exatas desde o século XVII (RECUERO, 2014), a mudança de paradigma concentrada nas tecnologias da informação que vem alterando a base material da sociedade desde as décadas finais do século XX (CASTELLS, 2003), somada à difusão da Internet, trouxe essa ideia para a ordem do dia com força inédita. Moraes (2010) afirma que passamos a ter a vida social, as mentalidades, os valores e os processos culturais vinculados a telas e a esses ambientes virtuais e, portanto, conectados em rede. Recuero (2014) entende que é justamente a capacidade de conexão que a comunicação mediada pelo computador amplificou, que permitiu que as redes sociais que já formávamos desde os primórdios da humanidade fossem criadas e expressas no ciberespaço. A Internet e até mesmo o computador individual não tinham esse objetivo social quando foram criados, mas, conforme Isaacson (2014)

> (...) tiveram suas funcionalidades afetadas pela nossa condição de “animal social”, que fez com que quase toda ferramenta digital acabe sendo usada para um propósito social tal qual “criar comunidades, facilitar a comunicação ou a colaboração em projetos e permitir contatos em redes sociais” (p.500)

Conectados através da Internet estamos interagindo mais do que nunca e

disseminando informação em uma velocidade inédita. Sendo a comunicação a essência da atividade humana (CASTELLS, 2003) e o contemporâneo transformado em uma galáxia de conexões e interações mediadas por dispositivos tecnológicos, as redes sociais digitais rapidamente se destacaram como as plataformas de maior popularidade, posto que contribuem para a efetivação de grande parte das mudanças que mencionamos até aqui e tornam possíveis tanto a conexão quanto a interação e a circulação de informações e conteúdo. Assim, como assinala Porto (2014), podemos afirmar que compreender a vida na contemporaneidade requer considerar o estudo dessas redes virtuais.

1.1As redes que organizam nossas vidas

Conforme pesquisa da We Are Social and Hootsuite (PagBrasil, 2019) 70% dos brasileiros, que em 2019 somavam 212 milhões, possuem acesso à Internet. Essa porcentagem pode ser considerada bastante acima da média global, que no mesmo ano era de 57%. Destes mais ou menos 149 milhões de brasileiros que utilizam a Internet no Brasil, cerca de 140 milhões são usuários de redes sociais. Além disso, 85% dos usuários de Internet no Brasil acessam a rede pelo menos uma vez por dia. Esses números colocam o país em segundo lugar no ranking de nações com a maior média de horas diárias gastas na internet, atrás apenas das Filipinas (9 horas e 29 minutos por dia). Já a média mundial é de 6 horas e 42 minutos. Destas quase 9 horas e meia, 3 horas e 34 minutos são gastas com redes sociais, mais do que TV (3h26 horas) e rádio (1h19 hora); ambos em todos os seus formatos: streaming, broadcast, on-demand, etc. Quanto às redes mais acessadas, ou seja, aquelas que mais concentram usuários e conexões, também conforme a mesma pesquisa, o Youtube é a que tem mais usuários, seguido do Facebook, Instagram, Twitter e Linkedin.Segundo Lembke (2020), as mídias por si só possuem um grande potencial de gerar dependência. “Temos uma necessidade biológica básica de nos conectar com outras pessoas. Isso afeta diretamente a liberação de dopamina como recompensa. Não há dúvidas de que um sistema como o das mídias sociais, que otimiza essa conexão entre pessoas, tem um potencial viciante” (LEMBKE, 2020). Mas o que são essas redes e quando elas passaram a consumir tanto tempo de nossas vidas?

Segundo Recuero (2014), o conceito de rede social é muito anterior às

plataformas que citamos acima. No offline e em seu princípio, uma rede social é formada por *atores* (pessoas, instituições, grupos ou “nós”) e as interações ou laços sociais entre eles, que formam *conexões* entre esses “nós”. Nas redes sociais digitais, ou sites de redes sociais, como nomeia a autora, esses elementos possuem características específicas e um pouco diferenciadas daquelas que conhecemos na vida offline.

No ciberespaço os atores são “os indivíduos que agem através de representações performáticas de si mesmos, com seus fotologs, weblogs e páginas sociais, bem como através de seus nicknames” (Ibidem, p. 28). Já as conexões se dão através das interações entre essas representações dos usuários. Essas interações, por sua vez, podem ser reativas, como clicar em um hiperlink ou apertar um botão para “solicitar amizade”; ou mútuas, como trocar mensagens em uma caixa de comentários ou chat. (PRIMO, 2018). No âmbito do ciberespaço, as interações também podem dar-se de forma síncrona, simulando uma interação em tempo real (canais de chat, WhatsApp); ou assíncrona, quando não há uma expectativa de resposta imediata (e-mail, comentários, dentre outros).

A interação mediada pelo computador gera “relações sociais que, por sua vez, vão gerar laços sociais” (RECUERO, p.36). Esses laços podem ser tanto associativos quanto dialógicos, e podem ser relacionados aos tipos de interação propostos por Primo. Os laços associativos estariam relacionados as interações reativas, enquanto os dialógicos estariam de acordo com as interações mútuas. Esses laços poderiam ainda ser fortes e fracos, “de acordo com o grau de intimidade, sua persistência no tempo e quantidade de recursos trocada” (p.43). Segundo Recuero (2009), outra diferença relevante entre as interações online e offline é o esforço ou o investimento que precisa ser feito nas relações. Nas redes sociais digitais não é preciso interagir para manter as relações, já que é o sistema que as alimenta. Ou seja, depois de “fazer amizade” com alguém em uma rede social digital, basta ter aquela pessoa na lista de contatos e acompanhá-la (ou não) através do *feed* de notícias para que haja uma amizade com ela, mesmo que nunca tenha havido uma relação mútua, no sentido que Primo (2013) propõe.

A partir de todas essas interações e relações entre os usuários, conforme Recuero (2009), surge um terceiro elemento das redes sociais digitais, que também existe nas relações offline: o capital social. De acordo com a autora, embora haja

diversas definições para o termo, “o que se concorda é que o conceito se refere a um valor constituído a partir das interações entre os atores sociais” (p.45). Já para explicar os tipos de capital social, ela recorre às categorias de Bertolini e Bravo (2001)

> a) *relacional* – que compreenderia a soma das relações, laços e trocas que conectam os indivíduos de uma determinada rede; b) *normativo* – que compreenderia as normas de comportamento de um determinado grupo e os valores deste grupo; c) *cognitivo* – que compreenderia a soma do conhecimento e das informações colocadas em comum por um determinado grupo; d) *confiança no ambiente social* – que compreenderia a confiança no comportamento de indivíduos em um determina do ambiente;
> e) *institucional* – que incluiria as instituições formais e informais, que se constituem na estruturação geral dos grupos [...] (RECUERO, 2009, p.50).

Diferente das relações offline, conseguir angariar esses valores pode ser mais fácil nas redes digitais. Para pegarmos um exemplo concreto citado por Recuero, podemos pensar no número de amizades que uma pessoa comum tem no Facebook, que pode facilmente chegar a mil. Na vida offline, no entanto, atingir esse número de amizades dificilmente seria possível. Pensando nisso Recuero listou quatro tipos de capital social que seriam próprios das redes sociais digitais, e análogos às categorias de Bertolini e Bravo: visibilidade (relacional), reputação (social e cognitivo), popularidade (relacional) e autoridade (relacional e cognitivo). A visibilidade teria a ver com a possibilidade de ser visto nas redes, a reputação diz respeito as qualidades percebidas em cada ator, a popularidade é a posição de um ator na rede e sua audiência e a autoridade refere-se ao poder de influência do autor.

Visibilidade e reputação seriam valores de todos os atores, em maior ou menor nível enquanto a popularidade e a autoridade seriam valores de apenas alguns e, enquanto a popularidade diz respeito mais à audiência do que à algum tipo de reputação positiva (um ator pode ser popular por ser bom, mas também por ser ruim, engraçado etc.), a autoridade tem a ver com influência e especialização em alguma área.

Esses valores, tais como popularidade, podem inclusive transpassar para a vida offline (RECUERO, 2014), gerando um capital social fora das redes digitais. Pensando nesse viés, podemos mencionar a novíssima profissão de *digital influencer,*[5]que tem como premissa a autoridade nas redes sociais digitais. Ou seja,

[5] Essa profissão está diretamente ligada com o que Kotler (2010) denomina prossumidores, conceito

são pessoas que, devido ao alto nível de conexões e influência, são pagas por marcas e empresas para difundir certos produtos, serviços e estilos de vida. É claro que outras mídias já faziam isso através da publicidade, mas agora são indivíduos que servem de modelos em tempo integral para interesses econômicos e empresariais.

Para além de conectar pessoas, um dos fatores que levou as redes sociais digitais a conquistar tamanha massa de usuários, conforme Aparici (2012) é o espaço que elas proporcionam para que se acesse e propague diferentes formas de conteúdo, dentre eles as narrativas. Essas narrativas, por sua vez, vão desde relatos pessoais e particulares sobre a vida cotidiana (sejam eles espontâneos ou patrocinados, como ocorre com os *digital influencers*) até conteúdos sobre cultura, arte, cinema, política e notícias no geral. Mais do que um espaço para divulgar aquilo que desejam, as redes permitem que os usuários opinem e sejam ouvidos sobre os mais diversos temas, dentre eles publicações que envolvem desde questões íntimas (quem eu sou, o que estou fazendo e com quem) e hiperlocais (os problemas de um bairro ou cidade) até assuntos internacionais (guerras, manifestações populares e decisões políticas).

De forma gratuita e democrática, as redes sociais criaram um ambiente para que diferentes narrativas se manifestem e a linguagem opere o seu papel que, segundo Mota (2012), vem sendo reconhecido nas últimas décadas como o de mediador entre o homem e o mundo e suas sucessivas apresentações discursivas sobre os fenômenos materiais e sociais. Nesse sentido, o que percebemos é que as redes sociais digitais parecem proporcionar mais do que a possibilidade de conexão pessoal entre os usuários para criação ou manutenção de laços sociais, mas se apresentam como um espaço, de alcance global, em que é possível narrar, buscar informação e afirmar a própria identidade.

Um último ponto demonstrado por Recuero sobre a ideia de capital social, e que precisamos mencionar, é a teoria de que há níveis de capital social, sendo o primeiro deles podendo ser acessado individualmente (leis, normas e conhecimento

---

que une as palavras “consumidor” e “produtor” e indica que, na atualidade, os consumidores são também produtores de conteúdo. Trata-se de mais uma das mudanças de paradigmas trazidas pela Internet, que desbancou as técnicas de propaganda e marketing tradicionais, que antes focavam em anunciar nos veículos tradicionais como a televisão e jornal e precisou investir em prossumidores, dotados de capital social nas redes sociais, capazes de influenciar outras pessoas de forma gratuita ou patrocinada.

que um grupo disponibiliza) e o segundo enquanto grupo (confiança no ambiente que se estabelece e nas instituições formadas). Pensando em como o público e as interações operam nas redes sociais online, Recuero (2013) discute, ao citar Boyd (2010), a ideia de um público em rede, que possui características específicas do digital, sendo elas

> a) persistência, ou seja, as informações que são publicadas permanecem *oniline*; b) replicabilidade, as informações publicadas são facilmente replicáveis (e de forma idêntica ao original); c) escalabilidade, a difusão de informações pode ser escalada dentro dasredes, construindo visibilidade; e d) "buscabilidade", que é a capacidade dessas informações serem buscáveis nesses espaços (RECUERO, 2013. p.4)

As dinâmicas fomentadas pelas propriedades desse público, que se apropriam e incorporam os meios digitais no cotidiano, fazem com que, nesse novo modelo de interação, qualquer informação publicada torne-se permanente, replicável, buscável e tenha sua visibilidade escalada (RECUERO, 2013). Além disso, alteram o espaço de publicação, reprodução e assimilação do discurso. Esse novo espaço, segundo Boyd (2010), seria constituído a) por audiências que não podem ser percebidas em sua totalidade; b) diferentes contextos entre os participantes do processo; e pelo c) borramento das fronteiras entre o público e o privado. Assim, quando um conteúdo é publicado na rede, seja por um usuário comum ou um por um portal de notícias, por exemplo, é preciso levar em conta que não é possível saber para quem se está falando, que o contexto social, econômico e geográfico de quem vai acessar a publicação pode ser complemente distinto de quem criou o conteúdo e, ainda, que muitas pessoas com muitos contextos diferentes terão acesso à tal publicação; e que não é mais possível delimitar, de forma simples, os limites entre público e privado, seja em relação à privacidade, o conteúdo a ser difundido ou a quem o produz.

De volta às plataformas em que todas essas conexões e interações acontecem, precisamos retornar ao início dos anos 2000, quando os blogs pessoais, ou weblogs, começaram a emergir (AMARAL ET ALL, 2009), para entender como chegamos até as plataformas atuais e quais mudanças que ocorreram nesse percurso. Foram eles, os blogs, as primeiras redes sociais digitais, que permitiam aos usuários (atores), através de computadores, publicar informações (textos, fotos e mais tarde imagens) sobre temas específicos, de forma livre, interagindo com

outros usuários (conexões) que buscavam essas informações e, em muitos casos, também as publicavam. As plataformas para esse tipo de publicação não eram unificadas, embora algumas tivessem mais usuários do que outras, como foi o caso do Blogger e do Blogspot. Já os temas das publicações variavam entre relatos semelhantes a um diário pessoal até narrativas sobre temas específicos como literatura, jornalismo ou esportes.

Embora contasse os relatos pessoais, o conteúdo dos blogs não era centrado no perfil dos usuários, mas nas publicações que eles produziam. A seção que descrevia quem era o blogueiro era apenas uma parte, opcional, do site. Mesmo nesse formato mais rudimentar, os blogs já exibiam muitas características das redes mais atuais, como a interação e a divulgação de informações de forma livre e alternativa à mídia tradicional.

Segundo Amaral et all (2009), foi em 2001, apresentando narrativas independentes sobre o atentado de 11 de setembro em Nova Iorque, que os blogs passaram a ser conhecidos pelo grande público. As informações, em tempo real, traziam narrativas volumosas, detalhadas e únicas em comparação com as que as mídias institucionalizadas estavam conseguindo transmitir, e partiam de pessoas comuns, não necessariamente ligadas ao jornalismo, que não se utilizavam de um mediador. Essa facilidade de colocar as coisas na rede, mesmos antes de os profissionais da imprensa conseguirem apurá-las, se dava porque os blogueiros faziam isso de forma amadora, com equipamentos caseiros e do ponto de vista de quem estava presenciando a situação, ou seja, sem precisar investir em equipamentos ou no deslocamento das equipes, e não existia uma preocupação com a apuração jornalística. Tratava-se apenas de relatos pessoais que, por sua vez, tinham alcance global. Além de colocar os blogs em evidência, essas publicações alternativas sobre um evento de relevância mundial deram o primeiro indício do potencial de propagação de informação que as redes sociais digitais iriam desenvolver mais diante.

Apesar do sucesso dos blogs ter ocorrido bem no início do segundo milênio, foi somente a partir de 2004, com o Orkut, que o conceito de rede social como conhecemos hoje – um site que conecta pessoas a partir de seus perfis pessoais – deu às caras no Brasil e atingiu uma grande massa de usuários. O site funcionava a partir de perfis criados pelos internautas ao se cadastrar e de comunidades, que

agregavam grupos e funcionavam como fóruns (RECUERO, 2014). A utilização da rede se dava pela navegação entre esses dois tipos de atores, e contava com a publicação de fotos e troca de recados e depoimentos entre os usuários. Nesse mesmo período, o Fotolog e o Flickr foram outras redes de sucesso, permitindo aos usuários publicarem fotos, acompanhadas de pequenos textos, e receber comentários (RECUERO, idem). No caso do Flickr, depois de algumas atualizações, também passou a ser permitido publicar vídeos. Em 2003, o MySpace era a rede social mais popular dos Estados Unidos e permitia um alto nível de personalização dos perfis. Um dos seus usos mais notáveis foi feito por bandas, que utilizavam essa rede para divulgar suas produções. Em 2006, o Twitter surgiu como um microblog, permitindo aos usuários publicar textos em até 140 caracteres (RECUERO, 2014). Hoje a rede permite o dobro de caracteres por postagens e conta com fotos e vídeos.

O Facebook, que é a rede escolhida para ser analisada nessa pesquisa, surgiu em 2004 e hoje "é o maior serviço de redes sociais na internet em quantidade de usuários ativos" (Primo et al, 2018) e o mais influente no que diz respeito aos moldes narrativos e tecnológicos das redes sociais digitais. Se os blogs, como já enunciamos, e as primeiras redes sociais como o Orkut só podiam ser acessadas através do computador, de forma fixa e com uma Internet que também se restringia aos ambientes fixos, o Facebook e as redes mais recentes encontram nos dispositivos móveis sua principal fonte de acesso e, consequentemente, são acessados com muito mais frequência do que seus antecessores. Não precisamos mais "entrar" na Internet ou nas redes sociais digitais pois, graças à mobilidade e portabilidade oportunizada pelos notebooks, smartphones e tablets, não chegamos a "sair" delas.

1.2O Facebook

No Brasil, o Facebook começou a se popularizar a partir de 2010, junto com outras redes como o WhatsApp[6] e o Instagram[7] – a primeira, um aplicativo de

[6] Na página brasileira do WhatsApp encontra-se a seguinte definição do aplicativo. "WhatsApp Messenger é um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS. Está disponível para iPhone, BlackBerry, Android, Windows Phone, e Nokia." Disponível em:.https://www.whatsapp.com/

[7]Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como

conversas instantâneas e, a segunda, uma rede que tem a publicação de fotos, vídeos e pequenos textos descritivos como elementos principais. Desde que as redes sociais digitais se popularizaram no Brasil, o número de usuários não parou de crescer e o hoje o país é um dos que mais utiliza essas plataformas. De acordo com a mesma pesquisa da We Are Social and Hootsuite (PagBrasil, 2019) que citamos anteriormente, o país é atualmente o terceiro em número de acessos no Facebook, perdendo apenas para Índia e Estados Unidos. Mais do que utilizar essa rede social para interagir, pesquisas apontam que o Facebook se tornou uma das principais fontes de consumo de notícias e informações sobre política, economia, cultura e entretenimento. Contribuindo para os números que trouxemos anteriormente sobre o acesso dos brasileiros as redes sociais, cabe citar ainda outro dado da pesquisa de Primo et al (2018) sobre esse aspecto: conforme o levantamento, 46,9% dos usuários julgam fazer um uso intenso do Facebook. Além disso, a distribuição dos conteúdos em um feed, que se atualiza a todo instante, e o uso majoritário dos usuários pelo celular (52%, segundo a mesma pesquisa de Primo et al) contribuem para que a rede social seja acessada diversas vezes ao dia, de qualquer lugar.

Pensando nas características técnicas da plataforma e fazendo um paralelo com o que explicamos sobre o Orkut, podemos descrever o Facebook como uma rede que também é criada a partir de perfis dos usuários que podem contar com fotos, listas de objetos favoritos e informações de contato (VAN DIJCK, 2016). Os usuários também podem participar de grupos e se comunicar através do bate-papo, por áudios ou videochamada e interagir com outros usuários através das postagens individuais de cada um que, por sua vez, se organizam em uma timeline geral e nos perfis individuais.

> A apresentação narrativa dá à página de cada membro a aparência de uma revista, uma publicação profissional que tem o usuário como protagonista. Com a introdução da “timeline”, o Facebook conseguiu se intrometer ainda mais na textura da vida, já que seus princípios narrativos imitam as convenções conhecidas da história e deixam os usuários muito mais perto do quadro que mantém toda a plataforma conectada (p.58)

Pensando nessas ferramentas e formas de utilização do site, Van Dijck desenvolve também as ideias de *conexão* e *conectividade*. As interações dentro do site, conforme a autora, se encaixam, do ponto de vista tecnológico, na categoria de

---

Facebook, Twitter, Tumblr e Flickr. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instagram

conexão. Já a *conectividade*,se dá através de funções como o Open Graph e o botão de curtir, que detalharemos mais adiante. Através do botão curtir e suas variáveis (Amei, Força, Haha (Riso), Uau (surpresa), Triste e Grr (raiva)), que dizem respeito a parte da *conexão*, os usuários podem demonstrar uma reação imediata a cada publicação. Já através da caixa de comentários das publicações é possível interagir de forma mais personalizada. Esses comentários, por sua vez, também podem receber reações de outros usuários e ser respondidos pelos autores, transformando o espaço destinado a eles em um tipo de bate-papo aberto a todos ou, em alguns casos, dependendo da configuração de perfil dos usuários, a um determinado grupo de pessoas.

Através de suas ferramentas, a principal vantagem que o Facebook oferece aos usuários é "em primeiro lugar, *entrar e permanecer em contato* e, em segundo, *estar (bem) conectado*" (VAN DIJCK, 2016 p.54). Van dijck defende que essas formas de sociabiliadade, como as que são propostas pelo Facebook, não vieram para substituir as interações offline, mas ganharam o lugar de outros dispositivos como telefone e e-mail no que diz respeito ao modo de interação predileto das pessoas, especialmente entre os mais jovens. Além disso, as plataformas permitem a superação da distância e ajudam as pessoas a se manterem informadas sobre a vida dos seus amigos, mesmo que algumas conexões dentro da rede possam ser mais fracas, como vimos anteriormente em Recuero.

Para a autora, um dos fatores que faz as pessoas quererem estar sempre conectadas é o próprio design do Facebook, que exerce uma pressão para que o usuário se mantenha conectado, especialmente entre jovens e adolescentes, já que "não estar no Facebook significa não ser convidado para festas ou não receber informações sobre eventos importantes; em resumo, estar desconectado de uma dinâmica da vida pública que parece muito atraente"[8] (p.54). Além disso, como já mencionamos através de Recuero, Van Dijck cita Valenzuela, Park e Kee (2009) para afirmar que as redes sociais digitais se tornaram de fato um espaço fundamental para a acumulação de capital social.

> o Facebook se tornou um mecanismo fundamental para promover o eu como o centro de uma extensa rede de contatos; a noção de "fazer amigos"

[8] Essa lógica, assim como muitas outras "ditadas" pelo Facebook, hoje já foram transportadas e aparecem com mais força, inclusive, em redes sociais como o Instagram e o TikTok, que tem crescido cada vez mais em número de usuários e tempo de uso. Ou seja, mudam-se as redes, mas permanecem-se os sistemas e as políticas sociais instituídas pelo Facebook.

> [friending] está relacionada com links que poderiam existir na vida real, mas também com laços fracos e latentes. Nos ambientes online, as pessoas querem se mostrar; tem interesse em construir sua identidade compartilhando peças de informações, na medida em que divulgar essas informações sobre o seu eu está ligado à possibilidade de alcançar uma certa popularidade (VAN DIJCK, 2016. p.54)

Partindo dessa ideia, e citando pesquisadores da área da psicologia, a autora afirma ainda que o Facebook proporciona um espaço para que as pessoas forjem uma imagem de si mesmas e depois a popularizem, posto que a maioria das pessoas populares e, portanto, dotadas de um bom nível de capital social, são aqueles que constroem sua identidade com a participação de outras pessoas. Primo et al 2017), nesse sentido, afirma que nas redes sociais digitais, e consequentemente no Facebook, o que acontece é que "O *self* dá lugar à *persona*, a imagem persuasiva que se quer mostrar aos outros" e 'estar em relação (*relatedness*) passa a ser mais importante que o relacionamento (*relationship*) em si" (p. 4). No entanto, alerta Van Dijck, é importante lembrar que o incentivo à autoexpressão dos usuários e à conexão não é uma mera apologia à liberdade de expressão por parte das empresas, mas serve aos objetivos comerciais delas. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que possibilita a expressão, o Facebook também coleta e fornece aos proprietários das plataformas acesso a uma enorme quantidade de dados que servem de base para o modelo de negócios da rede. O problema que temos aqui é relacionado, portanto, à privacidade dos usuários – que também está sendo questionada.

Descritas algumas das principais características de interface e interação da plataforma, é fundamental tocarmos em uma consideração feita por Van Dijck (2016) sobre o que significa "compartilhar" no Facebook e como essa noção estabeleceu um padrão para as demais plataformas e para o ecossistema das redes sociais digitais de forma geral, impondo "uma nova ordem regulatória de socialização e comunicação online" (p.66). Conforme a autora, devido à posição de liderança que tem mantido no segmento desse tipo de site nos últimos anos, o Facebook e suas práticas "influenciaram de maneira significativa as normas sociais e culturais que sustentaram valores legais como a privacidade e o controle da informação" (p.51, tradução nossa). Isso aconteceu porque, ao incentivar que as pessoas compartilhassem informações no site, a plataforma lidava com dois tipos de ideia de "compartilhamento".

A primeira tem a ver com o que os usuários têm conhecimento, ou seja, com compartilhar informações entre uma ou mais pessoas. Já a segunda diz respeito ao fato de que essas informações compartilhadas pelos usuários seriam compartilhadas com terceiros para fins comerciais. A primeira tentativa do site de colocar essa segunda prática em ação, em 2007, foi frustrada e terminou com ações judiciais contra a empresa. Isso porque os usuários não foram avisados de que as informações deles estavam sendo compartilhadas. No entanto, segundo Van Dijck, o principal problema dessa tentativa foi tentar implantar a prática em um momento em que os usuários ainda não haviam aceitado o segundo significado de compartilhar, como acontece hoje. Paradoxalmente, isso foi o que levou o Facebook a insistir na ideia de compartilhar e trabalhar para mudar o seu significado. Em termos de tecnologia, essa mudança se deu a partir da implementação de alguns recursos, como o Open Graph e o botão“curtir”

> O aplicativo Open Graph permite que sites externos acessem as informações que o Facebook coleta de seus usuários com o objetivo de criar experiências personalizadas para eles em suas páginas. Esses plug-ins sociais, como são chamados, destinam-se a conectar cantos isolados da web e com potencial entre si. O esforço para identificar e alinhar objetos, pessoas e ideias até então desconexos estabeleceu um padrão que atribuiu a cada objeto – humano ou não, concreto ou abstrato – uma identificação única: o sistema de autentificação padrão Oauth 2.0, adotado pelo Facebook em colaboração com o Yahooh! e Twitter. Isso permite aos usuários “compartilhar” recursos privados (fotos, vídeos e listas de contatos, por exemplo) armazenados em um site com outros, sem a necessidade realizar um novo cadastrado, utilizando apenas nome de usuário e senha. (VANDJICK, 2016. p. 53. Tradução nossa)

Da mesma forma, o botão “curtir” também tinha por trás o princípio de conectar pessoas, coisas e ideias e, três meses após a sua apresentação, mais de 350 mil sites externos já haviam instalado o recurso. Isso porque, assim como o Open Graph, outras plataformas puderam aderir ao sistema, através de um plugin com o Facebook. Assim, sempre que um usuário “curtisse” algo fora do site, isso apareceria na timeline do Facebook e, ao mesmo tempo, todas as informações coletadas por esses sites seriam enviadas ao Facebook.

> A parte visível dessa interface chama a atenção para a interação entre usuários, implicando que as informações permaneçam dentro do significado primeiro da palavra "compartilhar". Entretanto, algoritmos e protocolos invisíveis executam a tarefa socialmente programada de "curtir". Dados pessoais tornam-se conexões públicas, na medida em que a função "curtir" é onipresente em inúmeros espaços da web. (VAN DJICK, 2016. p. 53. Tradução nossa)

A partir principalmente dessas duas ferramentas, segundo a autora, diversas empresas aderiram ao princípio de conectividade do Facebook, “que lhes permitiu oferecer um serviço gratuito, coletar dados sobre como os usuários usam o serviço e vender publicidade em função desses dados” (p.66). No Facebook, no entanto, há a dependência de outros dois sistemas, EdgeRank e GraphRank, que são responsáveis por “filtrar os dados produzidos pelos usuários e transformá-los em fluxos de interações significativos para um usuário específico” (p. 53). Dessa forma, o algoritmo favorece certas páginas e usuários em detrimento de outros, mostrando na timeline de cada um as publicações daqueles amigos mais relevantes, ou seja, com quem mais se interage ou tem contatos mais “íntimos”, através de chats, por exemplo. O que Van Dijck destaca sobre isso é o fato de que muitos usuários não entendem a verdadeira função do filtro, acreditando que ele regula apenas a visibilidade de amigos, notícias e artigos, quando na verdade ele também é usado para inserir certos tipos de publicidades para certos públicos.

Aos filtros, como o descrito por Van Dijck, Recuero et al (2017) dão o nome de filtro-bolhas das redes e observa que através de suas programações eles direcionam os conteúdos e criam “mundos” distintos dentro de uma mesma rede social, fazendo com o que cada usuário vê em seu feed não seja uma cronologia livre dos conteúdos disponibilizados, mas aquilo que o algoritmo, enquanto um conjunto tecnológico de instruções para realizar determinada tarefa, entendeu que ele gostaria de ver. Esse fenômeno é chamado pela autora de *homofilia*, partindo da ideia de que as bolhas criam uma certa homogeneidade na rede e geram impressões falsas, como a de que ele todas as pessoas que ele conhece concordam entre si ou que os pontos de vista sobre os eventos sociais são unívocos.

Outro funcionamento das relações virtuais observado pela autora, que de certa forma é o oposto da homofilia e que será importante para este trabalho, é o da *clusterização* e diz respeito a aproximação de grupos diferentes. Essa aproximação seria fruto da hiper conexão das redes, que resulta de conexões fracas como, por exemplo, sermos “amigos” no Facebook de pessoas que mal conhecemos, e também pelos “mundos pequenos”, que dizem respeito, segundo Recuero (2013) à distância reduzida entre usuários-sujeitos de redes sociais (máximo de 6 graus de separação entre eles) e é ainda menor no Facebook (3,74 graus de separação), conforme a autora (2012 apud RECUERO, 2013). Esses mundos diminuem a

distância entre os usuários e favorecem a aproximação de pessoas diferentes. Assim como na vida *offline* e diferente do que os filtros bolhas fazem parecer, todas essas interações no virtual também estão sujeitas a opiniões contrárias e desafetos, o que nos permite dizer que a clusterização é uma das condicionantes de parte das conexões problemáticas existentes no ambiente virtual, mas ao mesmo tempo de quebra das nossas bolhas.

A partir de todas essas lógicas de funcionamento, segundo Van Dijck (2016), as redes sociais digitais transformaram "o que até então eram atividades sociais informais realizadas na esfera privada - encontro com amigos e troca de ideias sobre seus gostos e preferências" em "interações mediadas por algoritmos no nível corporativo" (p.66). No entanto, segundo a autora, o Facebook produz essas ferramentas porque é o que as pessoas esperam que a Internet lhes ofereça: uma experiência cada vez mais personalizada, que lhes ajudem a se conectar com tudo e todos que desejam. Assim, o aumento constante no número de usuários no site seria uma prova de que nós não penas queremos e concordamos com o funcionamento dessas ferramentas, mas conforme Van Dijck, "é prova suficiente de que o site está gradualmente se tornando uma força centrípeta na organização da vida social das pessoas" (p.54)

O novo conceito de compartilhar que o Facebook tem inscrito em nossas práticas sociais vai ao encontro da nossa necessidade primitiva, enquanto seres humanos, de narrar para explicar o mundo e nossa experiência nele (MOTTA, 2005). O preço que pagamos por isso, como aponta Van Dijck, é o da nossa privacidade, algo que parece ficar em segundo plano, pelo menos até agora, diante das infinitas possibilidades que as redes nos oferecem para nos conectarmos e interagirmos com tudo e todos, a qualquer hora e lugar.

Em seguida, veremos de forma mais detalhada como estamos aproveitando essa possibilidade de conexão e de que forma as interações acontecem. Devido ao que já detalhamos sobre o Facebook e ao fato de ele ser o nosso *locus* de pesquisa, nos concentramos principalmente nas práticas que acontecem na plataforma, mas sem deixar de buscar um olhar mais amplo sobre as redes sociais digitais como um todo.

1.3 Narrativas, interações e julgamentos

Segundo um estudo de Primo et al (2018) sobre as práticas do Facebook, “manter-se informado sobre temas atuais” é o que os usuários mais gostam de fazer na plataforma – daí um dos motivos para olharmos para o jornalismo nas redes e suas repercussões. Os dados, segundo os autores, vão ao encontro do que outras pesquisas sobre o tema atestam, como é o caso do relatório Reuters Digital News Report (2017) sobre o consumo digital de notícias em 2017.

> De acordo com a publicação, os latino-americanos recebem mais notícias por meio de mídias sociais e aplicativos de bate papo do que outras partes do mundo — no Brasil, 57% dos consumidores utiliza o Facebook para consumir notícias, seguido pelo WhatsApp (46%) e pelo Youtube (36%). (Idem, p. 164)

Depois de se manter informado, “saber o que meus amigos estão fazendo”, “divertir-me com piadas, fotos e vídeos engraçados” e “participar de campanhas de conscientização” são as coisas que os usuários mais apreciam no Facebook. Essas dinâmicas, segundo outro estudo de Primo, se dão em um formato que acompanha a hibridização das mídias, o de conversações fluídas. Assim, do mesmo modo que as mídias passaram a interagir entre si, as nossas interações hoje também fluem entre diferentes redes sociais e entre o online e offline (PRIMO ET AL,2017)

> Ainda que o termo “fluidez” seja utilizado por Bauman (2001, 2004) para criticar a nova fase das relações contemporâneas — no sentido de serem conexões frouxas e muitas vezes efêmeras —, quando referimo-nos a “conversações fluidas” buscamos descrever o estado de fluxo constante no qual se encontram as interações on-line. A ideia de fluidez nos parece rica para narrar como as conversações na internet podem ser móveis, como “escorrem” por entre vários tempos e lugares, como se “espalham”, como estão continuamente em movimento. Ou seja, aquilo que flui é o que não pode ser apreendido em um só momento, ambiente (on-line ou off-line) ou tecnologia (p. 24)

Por conta dessas práticas e do estado de conexão continuada que experimentamos, os autores afirmam que a criação, a manutenção e o rompimento de relacionamentos são completamente transformados no contemporâneo, já que tanto conhecer novas pessoas quanto manter relacionamentos de amizade se torna mais fácil. Da mesma forma, conversas triviais e debates de ideias podem acontecer a todo momento, entre pessoas que não compartilham tempo e lugar. Nesse contexto, a lógica de circulação das informações (em detrimento da emissão-recepção) se mostra ainda mais concreta, e fica evidente em um exemplo trazido

por Primo et al (2017)

> Apesar de nossa definição enfatizar os serviços on-line, é preciso alertar que conversações fluidas podem também interligar meios de comunicação não ligados à internet (como telefonia tradicional, um bilhete etc.) e encontros presenciais. Selfies em um bar, publicados no Snapchat e que motivam diálogos no WhatsApp e no próprio estabelecimento comercial (uma amiga mostra a resposta para outra em seu celular) são hoje situações comuns, que mostram como lugares, tempos e tecnologias são atraídos em uma situação conversacional marcada por grande hibridismo (Primo et al, 2017, p. 9)

Junto com essa fluidez das nossas conversações e a onipresença de mídias híbridas em nosso cotidiano, as narrativas também têm passado por transformações na sociedade midiatizada tornando-se, de certa forma, o motor propulsor da maioria das dinâmicas que citamos até aqui. Se pensarmos que antes das redes sociais digitais as pessoas que não trabalhavam com comunicação e escrita – aqui tomando a escrita como formato posto que é ela que predomina na hora de interagir em aplicativos como Facebook e o WhatsApp – poderia passar anos sem escrever para alguém e, mais do que isso, poderia passar uma vida inteira sem ter a oportunidade de se dirigir a um grande público, entendemos como as redes sociais mudaram a nossa relação tanto com a escrita quanto com a narrativa. Segundo Motta (2012), esse retorno da narrativa

> É produto da recuperação da ideia da linguagem como objeto primordial de mediação entre o homem e o mundo 'exterior' a ele, intersubjetivamente institucionalizado através das inúmeras narrativas humanas, do mar de estórias onde o homem navega às cegas buscando encontrar os sentidos da vida e da aventura humana. Empurrados por essas teorias iluminadoras, demo-nos conta da relevância das narrativas na textura geral da experiência e na configuração intersubjetiva de nossa sociedade. (p.8)

Hoje todos narramos de forma mais complexa e temos a oportunidade de ser lidos e ouvidos, literalmente, por qualquer pessoa no mundo. Essa liberdade e aparente democratização dos espaços de expressão tem outro importante desdobramento. A partir dela, vozes minoritárias na sociedade, que antes não encontravam espaço na grande mídia, também passaram a se valer de um ambiente acessível e gratuito para comunicar suas demandas. Mais do que apenas informar, diversos autores (BOGADO, 2018, RECUERO, 2009, BERTOLOTTI E MEDEIROS, 2019) apontam que nesse novo contexto, os grupos de ativistas (e dentre eles o movimento feminista, como veremos mais adiante) encontram uma nova forma de se organizar e se conectar para defender valores relevantes para a estrutura social,

dando origem, a partir das redes e do uso de recursos próprios delas, como as hashtags, a um novo momento político, calcado na militância online.

> o Facebook tem funcionado também como um espaço de ativismo político já que atualmente, além da rede possuir milhões de sujeitos se relacionando pela afetividade, por outro lado tem-se a presença de milhares de grupos e comunidades que estão na rede pela possibilidade de intervenção social e transformação, a exemplo daqueles formados por coletivos políticos voltados para militância Feminista e de Gênero. (CHAVES, 2014. p.3)

Vale citarmos aqui novamente a pesquisa de Primo et al (2018), que aponta que se manter informado e participar de campanhas de conscientização estão entre as coisas que as pessoas mais apreciam fazer no Facebook. Ou seja, por um lado temos grupos sociais que encontram espaço para falar e expor demandas e, por outro, temos uma boa quantidade de usuários que estão atentos a esses temas e fazem questão de saber e participar do debate sobre eles.

Pensando nesse caráter das redes, é interessante mencionar pesquisas que, fora da área da comunicação e da linguagem, também estão atentas a esses fenômenos. Uma das que nos parece importante é da área da psicologia e observa como as narrativas de mulheres que enfrentam o câncer de mama nas redes sociais ajudam essas pacientes a ressignificarem as vivências negativas trazidas pela doença. Para constatar isso, Santos e Bonotto (2015) observaram a interação de usuários em um grupo sobre o tema a partir das teorias da Terapia Narrativa, e concluíram que a busca por uma história alternativa à dor e às perdas geralmente relacionadas ao câncer são capazes de transformar a experiência pessoal e coletiva, e também de trazer esperança às autoras daquelas narrativas e outras pacientes que estejam enfrentando a mesma situação. Assim, quando um usuário expõe esse tipo de narrativa em um ambiente como o das redes sociais digitais, em que consegue atingir muitas pessoas e receber retornos imediatos sobre ela, o potencial catártico do ato de narrar é elevado a uma potência muito maior - daí a pulsão das pessoas por compartilhar das redes, mesmo que boa parte sejam relatos banais. Em todos esses casos, o que também não pode ser excluído é o fato de que a recepção da narrativa, como acontece no offline, mas em proporção maior, nem sempre vai ser positiva, mas pode resultar em rejeição e rechaça por parte de outros usuários.

Se desde o início da difusão dos meios de comunicação o anseio por notícias

e entretimento sempre foi um fator presente e a própria narrativa não é uma novidade (somos seres que narram e sempre fizemos na oralidade, nos livros, jornais, revistas, cartas etc.) o que temos de diferente agora? Para alguns autores, a mudança poder estar na dinâmica da recepção (DIAS E BORELI, 2017; APARICI, 2012), fenômeno que citamos no início deste trabalho e agora iremos detalhar: nas redes sociais não recebemos as informações de forma passiva, mas temos a possibilidade de interagir imediatamente com tudo o que nos é apresentado e, além disso, no mesmo ambiente em que recebemos informações profissionais (notícias de canais de jornalismo, vídeos de produtoras de filmes e séries, etc.) também podemos atuar como produtores desse conteúdo, embora muitas vezes de forma amadora. Acosta e Recuero (2014) destacam esse potencial de interação que, segundo as autoras, se dá "no sentido mais puro da palavra" e de forma nunca experimentável:

> Ao analisar de modo geral, este fenômeno é como uma grande rede, em que diferentes suportes midiáticos estão conectados construindo um emaranhado de informações de ambos os lados. O indivíduo que antes estava limitado à condição de receptor, passivo em relação ao conteúdo transmitido pelos meios, hoje pode facilmente se tornar emissor também. E, neste sentido, nos deparamos com um ponto importante do estudo da convergência: este processo não se dá somente a partir do suporte físico em si, mas sim através de cada usuário, consumidor da informação (p.2)

Diante de tanta informação disponível, no entanto, não é surpreendente que nem todos os conteúdos sejam lidos com atenção nem que boa parte deles seja passada adiante sem ter sido lida ou entendida em sua totalidade. Recuero (2014) aponta que esse é um fenômeno que se dá por conta do excesso de conteúdo disponível no ambiente virtual, que por sua vez se baseia em uma economia da atenção, na qual fisgar o olhar e o clique de um usuário é o que está em jogo o tempo todo; seja por profissionais do jornalismo, que precisam de acessos em suas matérias, ou por usuários que desejam atingir popularidade nas plataformas.

Van Dijck (2016), pensando nessa questão, atenta para a *possibilidade* de interação, já que nem todos os usuários de fato interagem ou produzem conteúdo, embora todos tenham essa opção. Por conta disso, como cita Zago (2014), a autora entende que desde 2008 estamos imersos em uma cultura não mais de participação, mas de conectividade, já que não é preciso de fato interagir ou participar da rede para estar conectado a ela. Essa reflexão nos leva ao que trouxemos anteriormente a partir de Recuero (2009), que afirma que nessa nova

cultura são as plataformas que mantém as relações, mesmo que não haja interação, a partir de dispositivos como o de “fazer amizade” no Facebook – ou mais recentemente, dos *stories*[9] do Instagram e do próprio Facebook. Após clicar nesse botão de “fazer amizade” ou “seguir” não é preciso investir na manutenção do laço criado, já que ele é sustentado pela plataforma, que mantém o “novo amigo” em nossa lista de contatos de forma permanente e permite que ele veja nossas publicações e atualizações, assim como nós acompanhamos as dele. Mesmo que nenhum dos dois curta ou comente as publicações ou *stories* alheios, ambos estamos nos “enxergando” e, portanto, conectados.

Zago (2014) também traz a perspectiva de que, além das mudanças na recepção e produção das informações, que passaram do formato de emissão para o de circulação, a distribuição dessas informações foi igualmente alterada.

> Na perspectiva em rede o consumo é cada vez mais associado à circulação. E isso se reflete no fato de que muitas vezes uma importância maior é dada a quem repassa, ao invés de quem produz uma determina função. Estar na rede e não compartilhar é o mesmo que não estar na rede. Para Golberg (2011), mais do que uma cultura de participação, estaríamos diante de uma cultura da transmissão em que o papel de passar adiante uma informação é tão ou mais importante que produzir um determinado conteúdo. Repassar informações, ser reconhecido como aquele que repassa algo, é tão ou mais bem avaliado do que produzir o conteúdo em si (p.53)

Nesse sentido, podemos pensar no compartilhamento de informações como uma forma de obter capital social nas redes rociais digitais, nos moldes do que já referimos anteriormente a partir de Recuero, de que o capital social é um tipo de valor obtido a partir das interações entre os atores de uma rede social. Outras formas seriam através do grande número de “amizades” virtuais, o que denotaria popularidade, ou através da produção e divulgação de conteúdos sobre temas específicos, que atribuem ao usuário um caráter de autoridade em determinado assunto, a ponto de influenciar outras pessoas.

> Como nas redes sociais as pessoas estão conectadas entre si, e essas conexões não são necessariamente iguais, alguns nós da rede acabam se destacando em termos de popularidade ou visibilidade, por exemplo. Mas também é possível se destacar em função da reputação em uma determinada área de atuação. Mesmo com poucos seguidores um profissional pode ser reconhecido como exemplar em sua área, e, portanto, possuir uma boa reputação. (RECUERO, 2014. p. 9 e 10)

---

[9] Publicações com duração de até 15 segundos cada, que podem ser postadas em formato de imagem estático ou vídeo e que ficam disponíveis no perfil dos usuários por até 24 horas.

Todas essas interações e os resultados delas passam pelas ferramentas de cada plataforma e, no Facebook, além do controverso e popular botar “curtir”, os comentários estão entre os instrumentos que mais geram interações na plataforma e contribuem para o fenômeno de circulação e transmissão de informações. Palacios (2010), pensando nos comentários em publicações jornalísticas, traz a ideia de que tais observações podem ser consideradas marginalias, no sentido de “anotações de margem”, já que passam a ser incorporadas ao mesmo espaço do texto jornalístico e trazem seus pontos de vista sobre o conteúdo. Nesse sentido, seriam importantes contribuições para a fomentação da participação no webjornalismo. Trazendo essa visão para o Facebook, podemos pensar nos comentários como ferramentas que fomentam a participação dos usuários de forma geral, em qualquer tipo de publicação. De acordo com Recuero (2014), diferente das “curtidas”

> Os comentários, por sua vez, são as práticas mais evidentemente conversacionais. Trata-se de uma mensagem que é agregada através do botão da postagem original, é visível tanto para o autor da postagem quanto para os demais comentaristas, atores que “curtam” e compartilhem a mensagem e suas redes sociais. É uma ação que não apenas sinaliza a participação, mas traz uma efetiva contribuição para a conversação (...) O comentário compreenderia assim uma participação mais efetiva, demandando um maior esforço e acontecendo quando os usuários têm algo a dizer sobre o assunto (p.7)

Por esse caráter, o comentário costuma ser feito em matérias que despertam algum tipo de reação mais intensa no leitor. Além disso, envolveria mais engajamento e mais risco para a face[7] do usuário, por se tratar de uma participação mais visível na plataforma. Recuero (2014) explica que isso se deve porque, ao migrar para outra rede, um comentário pode ser retirado de seu contexto, gerando um tipo de ruído de comunicação.

No Facebook especificamente, além de responder aos comentários de outros usuários, também é possível “curtir” os comentários, como comenta Recuero (2014), ou expressar algum outro tipo de opinião imediata, através das variáveis do botão “curti” (Amei, Força, Haha (Riso), Uau (surpresa), Triste e Grr (raiva)) Segundo a autora, nesse contexto “curtir” teria uma série de funções conversacionais, como apoiar o comentarista, manifestar discordância ou mostrar que o comentário foi lido. Além disso, seria “vista como uma ação positiva, no sentido de gerar valores de capital social e agregar esses valores à relação entre os atores envolvidos” (p.7).

Os comentários não seriam apenas uma maneira de dar uma opinião ou contribuir para uma possível discussão proposta pela publicação em que se comenta, mas uma possibilidade de conseguir aprovação de outros usuários e, por consequência, ganhar algum capital social. Pelo risco à face[10], a autora afirma que muitos usuários demonstram preferir apenas "curtir" um comentário do que de fato se engajar em uma discussão. Entender essas interações, de acordo com ela, é relevante para pensarmos na hiper conexão proporcionada pelas redes e nos tensionamentos nas práticas de manutenção dos laços sociais no Facebook que elas podem gerar. Ao olhar para os comentários em páginas de jornais brasileiros no Facebook, Barros e Carreiro (2015) concluíram que esses espaços funcionam como um ambiente para colocação de diferentes pontos de vista, e que tendem a ter mais comentários as postagens que trazem assuntos com pouco consenso na sociedade de forma geral, como a Lei de Cotas e o casamento entre homossexuais, por exemplo.

Recuero e Soares (2013), ao discutirem sobre a violência simbólica em páginas de humor no Facebook destacam que, diferente das curtidas, que tem uma carga de apoio e legitimação ao conteúdo postado, os comentários aparecem como um espaço para o questionamento e a discordância. No caso específico que observaram, no entanto, atestaram que a maioria dos comentários legitimavam as mensagens que, por sua vez, estigmatizam certos grupos de pessoas, como o das pessoas gordas.

Observando os dois exemplos podemos dizer que os comentários, assim como uma roda de debate offline, pode tanto trazer visões diferentes sobre determinados temas e colocar em pauta assuntos que precisam ser discutidos pela sociedade, quanto apenas legitimar as mensagens, mesmo quando elas carregam, como no exemplo de Recuero e Soares[11], algum tipo de violência

---

[10]Conceito abordado por Recuero, ao citar Goffman. "A face, para o autor, é constituída pelos "valores sociais positivos" que um determinado ator reivindica através de sua expressão, de sua participação em situações de interação com outros" (2014, p. 118).

[11]O trabalho em questão tem como foco a violência simbólica e sua propagação nas redes sociais digitais e discute os mecanismos através dos quais o estigma social é reforçado pelo conteúdo publicado por fanpages de humor no Facebook. Para isso, as autoras apresentaram dados sobre uma página popular, "Diva Depressão", da qual se analisou ser postagens e se concluiu que tanto o conteúdo das páginas quanto os comentários, curtidas e compartilhamentos reforçam e naturalizam o estigma. (RECUEROE SOARES, 2013)

Sobre todas essas interações (sejam curtidas, comentários ou conversas em chats privados) precisamos pensar ainda que, como já mencionamos na seção anterior citando Recuero, elas se dão através das representações dos atores que estão nas redes sociais. Essas representações, que ocorrem através dos perfis de cada usuário, passam por um processo de construção e podem ser moldadas de acordo a visão e preferência do ator, bem como dos recursos que a rede disponibiliza (INOCENCIO E LOPES, 2014). Dessa forma, a construção da identidade nas redes digitais, para além de escolhas como a da foto de perfil, passa pelo posicionamento do ator em relação a suas preferências (música, literatura, política, etc.) e aos temas que estão sendo discutidos no momento pelos usuários com quem ele se relaciona. Conforme Farias (2019), “neste mundo virtual, cada usuário pode ir além dos seus limites conhecidos e pode dar forma a sua própria representação” (p.12). Para Bauman (2011), essa possibilidade de (re)definir-se nas redes é mais uma faceta da liquidez a qual somos acometidos na contemporaneidade (ou pós-modernidade, ou sociedade da informação), em que tudo é mutável e temporário

> O que mais importa para os jovens é preservar a capacidade de remodelar a “identidade” e a “rede” no momento em que surge uma necessidade (ou, na verdade, um capricho) de refazê-las, ou quando se suspeita que essa necessidade já tenha surgido. A preocupação dos antepassados com a própria identificação, exclusiva e única, tende a ser deslocada pela preocupação com uma reidentificação perpétua. As identidades devem ser descartáveis; uma identidade insatisfatória, ou não suficientemente satisfatória, ou uma identidade que denuncia a idade avançada, deve ser facilmente abandonável; a biodegradabilidade talvez seja o atributo ideal da identidade mais desejável nos nossos dias (BAUMAN. p.19)

Nesse sentido, Faustino (2020) traz a ideia de que muitas vezes, ao pensarmos e produzirmos esse eu virtual para nos apresentarmos nas plataformas, podemos tender a assumir uma posição distinta daquela que assumimos na vida offline. Essa mudança de comportamento, na visão do autor, somada ao fato de que o ciberespaço permite que qualquer pessoa com acesso à Internet possa manifestar sua opinião sobre qualquer assunto, poderia trazer uma série de consequências problemáticas já que, a partir dessa lógica de que o eu do virtual é diferente do offline, as regras do offline não se aplicariam no virtual.

> Ao mesmo tempo indivíduos permanecem anônimos atrás de seus perfis e são públicos pelas suas exposições pessoais (comentários, fotos, etc.).

> Existe uma necessidade na exposição da vida pessoal e um “consumo da vida alheia”, mas com a falsa sensação de que tudo isso estaria isento de qualquer consequência. A exposição da vida e a manifestação plena do pensamento encontraram no ciberespaço o escudo protetor contra qualquer ameaça, seria a possibilidade de liberdades irrestritas, uma espécie de estado de natureza virtual (idem, p. 324)

Esse desvio poderia ter a ver ainda com o fato de que assumimos, de forma inconsciente, o conceito de ciberespaço como algo distante da realidade (FAUSTINO, idem), onde os padrões de comportamento e a noção liberdade seriam diferentes daqueles que usufruímos no offline, geralmente exagerados para mais, ou seja, dotados de poucos limites. Embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental que combine perfeitamente com as características do ciberespaço(FAUSTINO), sendo colocada em prática em caráter sempre imediato quando pensamos na interação nas redes sociais digitais, a própria possibilidade de expressão e a falsa sensação de anonimato podem resultar no abuso desse direito, que se exprime “por meio de discursos do ódio ou até mesmo na redação, divulgação ou propagação de notícias ou informações falsas, conhecidas como fake news” (p.75). Por conta de questões como essas, as mudanças trazidas pela midiatização e a onipresença das redes sociais digitais também tem contribuído para transformações na legislação.

Segundo Faustino (idem), um dos primeiros documentos a regulamentar as práticas online foi o Decálogo da Internet, que em 2009 criou 10 princípios relativos à governança da internet no Brasil: liberdade, privacidade e direitos humanos, governança democrática e colaborativa, universalidade, diversidade, inovação, neutralidade da rede, inimputabilidade da rede, funcionalidade, segurança e estabilidade, padronização e interoperabilidade, ambiente legal e regulatório. Tais preceitos foram fundamentais para a criação, em 2014, da lei de número 12.965, popularmente conhecida como Marco Civil da Internet, que

> estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. (BRASIL,2014)

Conforme o Portal da Legislação, a lei defende o uso da internet no País com respeito à liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, proteção da privacidade e dos dados pessoais e responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei, entre diversos outros pontos que

reforçam esses aspectos. Ela também define como crime a postagem, em qualquer plataforma online, de mensagens que incitem a prática de crimes ou preguem a violência ou extermínio de grupos e minorias (dentre estes as mulheres), ou de cunho racista.

Além da legislação, o próprio Facebook, como aponta Moura (2018), está atento as questões dos direitos das redes e especialmente aos discursos de ódio:

> Para uma das maiores redes sociais como o Facebook, o discurso de ódio é tomado como aquele que visa atacar pessoas em ração de raça, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, gênero ou identidade de gênero, ou deficiências graves ou doenças. A questão é considerada como alvo sensível já que a rede tem a intenção de coibir tal prática de forma a promover ou incentivar o respeito. A própria rede, portanto, admite que um ambiente coberto de “diversidades”, composta mais de um bilhão de pessoas, podem os conteúdos eventualmente trazer reações desagradáveis ou perturbadoras, e neste sentido, poderão ser denunciados e removidos caso isto viole aos chamados “Padrões da Comunidade”. Porém, “algo que pode ser desagradável para você pode não violar os Padrões da Comunidade”, ou seja, há uma série de padrões, há um “código interno”. Há uma mediação das redes sobre o que pode ser considerado “impróprio” como o ódio, e o que não exclui a apreciação por outros órgãos de poder dos Estados e aplicação das leis locais. (p. 109)

Se o ambiente virtual se apresenta como esse espaço para a propagação de informações e conhecimento de forma livre e democrática, bem como a interação fluída e constante entre diversos atores, ele também proporciona a amplificação de outros aspectos da condição humana, como o ódio, a intolerância e suas diferentes manifestações. Somando esses sentimentos à nossa necessidade também primitiva de narrar, à possibilidade que as redes sociais nos ofertam para colocar em prática essa narrativa, ao contato com o diferente citado por Santaella (2010) e à falsa noção de que as regras do mundo offline não se aplicam ao virtual, podemos ter algumas pistas de como fenômenos como as narrativas de julgamento e os discursos de ódio (dentre outros, como as notícias falsas) emergem nas redes sociais.

2 Os limites da liberdade de expressão: entre a opinião e violência

Etimologicamente, a palavra ódio tem sua origem no latim (odium) e remete a um “sentimento de profunda inimizade; aversão instintiva derivada a; antipatia, repugnância; paixão que conduz ao mal que se faz ou desejam a outrem; ira contida; rancor violento e duradouro; sentimento de repulsão; horror” (DICIO). Conforme Freud (1930) trata-se de um sentimento primitivo, inerente ao sujeito e anterior ao amor, que tem como fonte a autopreservação e o repúdio primordial do “eu” que busca prazer no mundo externo que, por sua vez, simboliza o desprazer. Esse ódio, conforme o autor, também se dá em uma rivalidade com o intruso, que no início da vida aparece na figura paterna: “a rivalidade odiosa com o pai, garante uma identificação cuja significação simbólica provoca os remorsos melancólicos, e, para o sujeito, a origem da moral consiste em se interditar aquilo que antes o pai lhe interditava”, resume Gori (2006). Para Lacan (1998), trata-se de um ódio invejoso, em que o sujeito se sente despojado de seu objeto de desejo.

> A inveja, nesse sentido, advém como protótipo de um drama social: o outro constitui, ao mesmo tempo, o modelo e o obstáculo à satisfação do desejo pela substituição dos objetos desejados. Esse ódio invejoso mantém uma espécie de parentesco com a agressividade, sem, no entanto, com ela pode se confundir. O que é comum entre ambos é essa dimensão imaginária em cujo terreno se desdobram as rivalidades narcísicas do drama social. (Gori, 2006. P.127)

Além do ódio como algo original do ser humano, Freud também discute uma tendência à agressividade e à maldade, que correlaciona ao conceito de Thanatos (pulsão de morte). Ao pensar no homem moderno sob essa perspectiva, ele avalia que o sentimento de culpa ou mal-estar que os homens experimentam no início do século XX (período que se atribui à Modernidade) é causado por um instinto agressivo, discriminatório e autodestrutivo do qual tiveram que abrir mão para conviver em sociedade. Esse Thanatos, conforme o autor, representa também um impedimento ao desenvolvimento da cultura e, quando dirigido para fora de si, para os outros, é expresso como agressão e violência. Do lado oposto a esse instinto, conforme Freud, está o Eros (pulsão de vida) que, por sua vez, está ligado aos instintos sexuais, aos impulsos de vida e de união. Juntos, Eros e Thanatos seriam partes importantes da constituição dos sujeitos, do sustento da vida do indivíduo e da continuação da espécie.

Já ao pensar na *relação entre o amor e o ódio* através de Freud, que propõe o ódio como primário, mas também como uma possível derivação do amor, quando diante de uma frustração, Moura resume que

> Assim, as relações amorosas caracterizam-se por conterem uma mescla com o ódio, determinando para o sujeito a experiência que, a cada encontro não realizado, a cada investimento não correspondido, a cada desejo não satisfeito, o que se lhe desponta é o mais primitivo e combatente ódio. Se, por um lado, o amor não permite sanar a ausência irrecuperável do sujeito, em concomitância, o que se deflagra é uma profunda hostilidade dirigida ao objeto" (2018, p.19)

Pensando ainda na agressividade dentro da sociedade de massa e dos comportamentos que são dela característicos, Freud (1930) reconhece que nessa configuração social ocorrem algumas alterações que levam o ser humano de volta à sua agressividade primitiva. Para o autor, quando em multidão, teríamos as restrições do nosso superego relaxadas e a tendência de seguir a um líder carismático dessa massa, agindo de forma diferente daquela que agiríamos enquanto indivíduos solitários. Essa ideia de um comportamento diferenciado quando nessa sociedade massificada, que aqui tem um entendimento distinto daquele utilizado pela comunicação, citado anteriormente para falar dos meios de comunicação de massa, pode ser equiparado a um conceito já difundido pelo senso comum como "efeito manada", em que o sujeito reproduz os atos da maioria, muitas vezes sem sequer entender o motivo.

Agregando à conceituação sobre o ódio, Khaled Junior (2016) nos traz uma perspectiva do Direito sobre a constituição do ódio em nossa sociedade. De acordo com ele, a lógica inquisitorial[12] em que se baseia o nosso sistema penal, cria uma hierarquização que condena à diferença, produz indesejáveis que devem ser capturados e condenados e cria uma ideia binária de quem é a sociedade e quais são seus inimigos. A mesma lógica está por trás de discursos bastante comuns nas redes sociais, sejam elas online ou offline, como a máxima de que "bandido bom é bandido morto" ou ainda, de quem são os "hereges", as "bruxas" e os "comunistas" perseguidos em diferentes épocas e sociedades.

Já França (2019), ao fazer um levantamento sobre as distintas definições

[12] Nesse contexto em que fala o autor, um sistema inquisitorial é aquele em que o tribunal ou uma parte do tribunal está ativamente envolvida na investigação dos fatos do caso, ao contrário de um sistema acusatório, onde o papel do juiz é essencialmente a de um árbitro imparcial entre a acusação e a defesa.

sobre o ódio, cita Kehl (2015) para apresentar uma relação entre o ressentimento e o discurso de ódio.

> Como destaca Kehl (2015), o ressentido sempre pressupõe a figura de um usurpador, aquele que tomou o lugar que era “de direito” do ressentido. Em nossos termos, poderia dizer que o ressentido, como condição de ver-se a si mesmo como ressentido, está numa relação imaginária com um outro a quem ele interpreta como usurpador. E o que se perde, como destaca a autora, não necessariamente foi conquistado, mas pertenceria como “de direito” ao ressentido. (...) A perda desse objeto ou desse lugar é sentido como privação, pelo ressentido. Incapaz de responsabilizar-se pela perda, o outro é quem é responsabilizado, permanecendo incólume a autoimagem que o ressentido tem de si mesmo. (...) Pensando na relação entre ódio e ressentimento, devo dizer que não são sinônimos, mas que o ódio é preparado pelo ressentimento. (França, 2019. p. 73)

O autor afirma também que, na base do ódio, há ainda um jogo imaginário-ideológico que reproduz alguns efeitos, dentre eles a desumanização do outro. Nesse jogo, ao mesmo tempo em que existe um rebaixamento do outro em algo animalesco (verme, porco, parasita), anatematizado (demônio), inumano (raça ruim) ou coisificado (lixo, excremento), há uma elevação e uma humanização de si.

Complementando essa ideia do ódio como estranhamento ao Outro e como uma separação da sociedade em “nós” e “eles” ou “nós” e os “inimigos” cabe citar ainda algumas questões levantadas por Karnal (2016). De acordo com o autor, “o ódio é sempre uma resposta ao medo, à insegurança e à ignorância” (p.34) e aumenta em períodos de crise, quando há mais medo.

> Quanto maior o medo, maior o racismo. Quanto maior a ignorância, maior o racismo e a violência. Quanto maior a insegurança pessoal, maior o ódio. É uma maneira de eu responder de forma odiosa à incapacidade que tenho de achar minha posição no mundo. Nem todo ataque decorre da inveja do outro, mas todo ataque é fruto do seu medo. (idem, p.35)

Nesse sentido, o autor afirma que o preconceito, outro sentimento problemático, definido por Moura (2020) como “uma opinião equivocada que é considerada por determinadas pessoas como verdade” (p.47) não é empírico, mas decorre de um senso comum, que dissemina a ideia preconceituosa e faz a própria vítima aceitar o preconceito. Uma das formas de fazer isso, de acordo com ele, é através das palavras, que são “sempre prenúncios de violências maiores” (idem, p.39). Karnal (idem) lembra que o preconceito contra a mulheres, que é o que mais nos interessa, é sólido e universal, além de ser o mais antigo, estruturado e danoso de todos. Além disso, afirma que é possível que outros preconceitos, como a

homofobia, sejam condicionados à misoginia.

> No caso do preconceito contra as mulheres, ele nasce de uma necessidade de afirmar o papel psicológico do homem, de um falocentrismo, de uma misoginia, que precisa excluir a mulher da autoestima. Há uma demanda pela mão de obra feminina submissa, mas há questão cultural forte e estruturada. (idem, p.41)

Esse preconceito, como também surge do medo, deve aumentar à medida em que a mulher for consolidando seu espaço como cidadã e a consciência feminina sobre a sua submissão for colocada cada vez mais frequentemente em debate. Segundo Karnal (2016), os ataques a homossexuais e mulheres, que tem números avassaladores e são realizados majoritariamente por homens, podem ser um sinal de quem os homens são hoje um dos grupos mais assustados da sociedade, já que estariam perdendo seu espaço tradicional de identidade e poder. Conforme o autor, o preconceito canaliza o ódio para todos aqueles que são diferentes de mim e, por isso, se torna uma das coisas mais agradáveis de se sentir. Conforme Sakomoto (2016), que complementa essa ideia, o conforto psicológico que o ódio nos traz ao permitir que quem odeia exorcize certas características do outro é o que o torna tão perigoso.

Vizinha do preconceito temos a intolerância que, segundo Moura (2020), pode ser pensada como um tipo de manifestação do preconceito: enquanto o preconceito seria da ordem do psíquico (mas que não seja confundida como algo nato, pois surge no processo de socialização de cada sujeito), a intolerância seria a atitude que nasce desse sentimento e se concretiza como hostilidade e agressividade. Eco (2000) nos traz ainda a ideia de intolerância selvagem que, ao contrário daquela que é calcada no preconceito sistematizado pelo sujeito, não é sustentada por nenhuma doutrina e ocorre inclusive no reino animal, enquanto territorialidade. Esta seria uma intolerância baseada em relações “emotivas e muitas vezes superficiais”, de aversão à diferença pelo que ela é, mas sem um motivo ou uma ideologia por trás: a cor da pele diferente, a tatuagem, a língua ou, por exemplo, o fato de um povo comer determinados animais que, para nós, são considerados de estimação. Por esse caráter visceral e não racional, a intolerância selvagem seria impossível de discussão e crítica, posto que é raivosa, descontrolada e impulsiva e, segundo Moura (2020), mencionando Eco, seria a mais perigosa, pois “surge na ausência de qualquer doutrina, acionada por pulsões elementares” (p.46).

Um terceiro tipo de intolerância, que também é citado por Moura, é a intolerância à diferença do Outro, que foi estudada e denominada por Freud como

“narcisismo das pequenas diferenças” e está intimamente ligada à questão dos sentimentos de ódio e preconceito contra a mulher e da separação entre “eu” e Outro que levantamos anteriormente. Enquanto sociedade, esse tipo de intolerância também pode ser exemplificado no etnocentrismo que, há séculos, consiste em repudiar todas as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas que são diferentes daquilo que conhecemos (LÉVI-STRAUSS, 1976). Já Barreto e Heloani (2015) afirmam que a intolerância pode ter a ver com um certo ressentimento, semelhante a ideia que trouxemos via França (2019), anteriormente, em relação ao ódio:

> “A intolerância pode ser conceituada como a expressão de uma vontade de assegurar a coesão daquilo que é considerado como saído de si, idêntico a si, que destrói tudo o que se opõe a essa proeminência absoluta. Não se trata, jamais, de mero acidente de percurso; existe uma lógica da intolerância em nossas sociedades. Ela serve aos interesses que se julgam ameaçados (Héritier, 2000)” (p.546)

A principal manifestação do preconceito, no entanto, segundo Moura, é a discriminação, que provoca distinção com caráter pejorativo, de forma injusta ou ilegítima e se manifesta de forma mais grave através do racismo. Segundo Teles (2002), a discriminação é o ato de “excluir segmentos sociais do exercício de direitos humanos. É segregar, pôr à margem, pôr de lado, isolar. Pode ser entendido também como desconsideração e desrespeito (p.28) e tem como efeito anular e limitar do reconhecimento os direitos fundamentais de um sujeito ou grupo. Também conforme a autora, a discriminação histórica contra as mulheres (que detalharemos mais adiante) é um dos fatores que deu origem a violência de gênero, “num longo processo de construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas que visam a submissão da população feminina, que tem ocorrido durante o desenvolvimento da sociedade humana” (ibidem).

Todos esses sentimentos (e as ações que derivam deles), assim como ocorre no mundo offline, manifestam-se no ambiente das redes sociais digitais. Pelas características de instantaneidade, liberdade de expressão e alcance mundial que elas possuem, como vimos no capítulo anterior, as redes acabam se tornando um ambiente canalizador para que emoções como o ódio, o preconceito, a discriminação e a intolerância (de qualquer natureza) sejam expressas e disseminadas. Uma das formas na qual isso acontece é o discurso de ódio que Moura (2020), ao citar Brugger, descreve como

> o conjunto de palavras que tende a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião ou que tem capacidade de instigar a violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas (p.8)

Tais discursos, como aponta o autor, podem ter duas consequências, que seriam o insulto e a instigação. No primeiro caso, uma vítima, que pertence a alguma minoria, é diretamente atingida pelo discurso insultante e agressivo. Já no segundo, a manifestação de ódio não se dirige a uma pessoa específica, mas chama outras pessoas a participarem do discurso discriminatório. Somadas essas duas faces, conforme o autor, esse discurso além de expressar ódio, procura aumentar a discriminação.

Com a emergência das redes sociais e a narrativa se transformando em ato social "com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição da identidade" (Moura, 2020, p. 108), o autor afirma que o discurso de ódio passaria a ser uma forma do indivíduo ganhar popularidade, reputação e influência, fatores que conforme o autor (ibidem) estão ligados às questões de pertencimento ao grupo ou afirmação de identidade, bem como a uma ideia de ganho de capital social, que discutimos no capítulo anterior:

> Quem promove este discurso intolerante afirma diferença para promover autovalorização de sua identidade ou do grupo identitário ao qual alega pertencer. O rebaixamento das identidades utiliza-se de critérios desclassificatórios das diferenças culturais e tem no discurso de ódio a sua linguagem instrumental. O discurso por definição é algo que procura manipular e, em especial no discurso de ódio, via excluir o Outro (ibidem).

Conforme Moura, no entanto, embora latente no contemporâneo o discurso de ódio não é um fenômeno novo, mas faz parte de uma lógica colonialista e imperialista (e acrescentemos: patriarcal[13]) que historicamente incentivou a hierarquização de alguns grupos em relação a outros. Em termos de Brasil, onde as marcas do colonialismo nunca foram totalmente superadas (MÜLLER E CARDOSO, 2018) e o momento político atual aponta para a ascensão de um pensamento de direita, reacionário, intolerante e opressor das minorias (SANTOS e TANSCHEIT, 2019) as redes sociais acabam apenas servindo de palco para pensamentos

[13] O patriarcado descreve um sistema social de dominação dos homens em conluio contra as mulheres. É um sistema de opressão, e, enquanto tal, engendra mecanismos complexos para a sua justificação: todo um conjunto de crenças, ideias e representações difusas que escamoteiam as relações de poder que as engendram, naturalizando-as (Silva, 2014. p.285)

enraizados na população e que, como aponta Moura (2020), são repetidos para que seus autores se sintam pertencentes aos grupos e identidades aos quais entendem fazer parte e/ou reafirmem seus espaços de poder.

Diaz (2011) diz que para ser considerado discurso de ódio, uma manifestação deve demonstrar mais do algum tipo de antipatia, e indicar hostilidade contra determinado grupo. Silva et al (2011) problematizam que o discurso de ódio depende da externalidade, porque, antes disso, não passa de uma ideia, e cita Waldron para dizer que existe problema quando a palavra internalizada é tornada pública, já que antes disso ela é apenas pensamento, e as pessoas não podem ser proibidas de pensar. Já para Meyer-P-flug (2009) a *incitação à discriminação* é o que marca os discursos de ódio. Schäffer et al (2015), por sua vez, os definem como uma manifestação que tem como objetivo "estigmatizar, escolher e marcar um inimigo, manter ou alterar um estado de coisas, baseando-se numa segregação" (p.147) e como alvos os sujeitos que não se enquadram no modelo dominante que é masculino, europeu, cristão, heterossexual e pertencente às elites.

Revisitando parte dos autores que citamos, dentre outros, Schäfer et al (2015) propõem um alargamento na definição do discurso de ódio e afirmam, a partir desse escopo, que o discurso de ódio pode ser entendido como a

> manifestação de ideias intolerantes, preconceituosas e discriminatórias contra indivíduos ou grupos vulneráveis, com a intenção de ofender-lhes a dignidade e incitar o ódio em razão dos seguintes critérios: idade, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idioma, religião, identidade cultural, opinião política ou de outra natureza, origem social, posição socioeconômica, nível educacional, condição de migrante, refugiado, repatriado, apátrida ou deslocado interno, deficiência, característica genética, estado de saúde física ou mental, inclusive infectocontagioso, e condição psíquica incapacitante ou qualquer outra condição (p. 149)

Abraçando esse entendimento mais lato sobre os discursos de ódio, iremos utilizar esse conceito ao olhar para nosso corpus, tomando-os, ainda, como uma forma de violência simbólica.

Ao pensarmos em violência é comum termos em mente figuras voltadas à violência física, ou seja, à agressão. Embora essa ideia não esteja errada, iremos pensar a violência de forma mais ampla, posto que ela não se limita somente às questões do corpo ou da matéria. Um consenso que paira sobre o tema é o de que a violência pode ser compreendida como um tipo de privação. Segundo Odalia (1999), a privação consiste em destituir alguém de alguma coisa, e todo ato de violência se

configura exatamente dessa forma: “Ele nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadãos” (p.86). Teles (2002), indo ao encontro dessa ideia, acrescenta que a violência pode obrigar outra pessoa a fazer algo contra a sua vontade, constranger, tolher a liberdade, incomodar e impedir outra pessoa de manifestar suas vontades: “Assim, a violência pode ser compreendida como uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, reprimindo e ofendendo física ou moralmente” (p.15). Ao manifestar-se, portanto, a violência pode ter várias formas, dentre elas a simbólica.

Recuero e Soares (2013), partindo das ideias de Žižek (2008), definem a violência simbólica como um tipo de violência subjetiva, que é menos evidente e está intrínseca no nosso tecido social. “É aquela que acontece através da linguagem, das imposições discursivas” (Recuero e Soares, 2013, p.240). Linguagem que, por sua vez, como relembra Da Silva Veiga (2014) é veículo para a instituição de significados aos gêneros e demarcação dos lugares de cada um na sociedade.

O oposto dela seria a violência objetiva, que chama a atenção das pessoas e é facilmente perceptível (atentados, homicídios, revoltas etc.). Na mesma esfera da violência simbólica, as autoras afirmam que há ainda a violência sistêmica, compreendida como uma consequência das nossas estruturas políticas e econômicas, que reforçaria e seria reforçada pela violência simbólica. Conforme Odalia (1993), a violência simbólica é mais difícil de ser identificada, pois nem sempre se apresenta como um fato, mas, “se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa desapercebida” (p.22).

Dentro das lógicas do capitalismo, essa violência subjetiva pode ser vista como um resultado das relações simbólicas de poder (Bourdieu, 1989) e, no caso da violência simbólica contra a mulher, está diretamente ligada as relações de poder entre os gêneros ou, mais especificamente, à dominação masculina ao longo da história (Bourdieu, 1999)e se encontra impregnada de conteúdos profundos e inconscientes que se manifestam de formas diversas no cotidiano, seja pela discriminação da mulher, pela produção de hierarquias e desigualdades, pela linguagem ofensiva, pela intimidação, pelo assédio, pelo abuso, pelo estupro e pela morte (DIAS, 2010; SANTOS, 2008; VEIGA DA SILVA, 2014). Por ser simbólica e estrutural a violência, as práticas que a concretizam se apresentam como normas da sociedade e acabam sendo vistas como naturais e inquestionáveis, reforçadas e

legitimadas diariamente pela própria sociedade.

Se considerarmos as redes sociais como um ambiente amplamente discursivo, como detalhamos anteriormente, percebemos um primeiro indício de como elas podem ser catalizadoras de violências simbólicas. Um dos papeis que a violência simbólica assume nesse ecossistema, e que foi constatado por Recuero e Soares (2013) ao analisarem a página de humor Diva Depressão no Facebook, é o de reforçar estereótipos e estigmas sociais. No caso do objeto das autoras isso se dava através do humor, em postagens que focavam "principalmente em elementos de ironia ou sarcasmo sobre o corpo e o comportamento das mulheres" (p.245) e estigmatizavam não somente o corpo, mas também a condição social, como se um elemento dependesse do outro, legitimando tanto o discurso do poder econômico como do poder sobre o corpo. "Normais" e "Felizes", na página analisada, seriam as mulheres magras e ricas. Por fim, as autoras concluíram que essa violência simbólica acabava não apenas sendo naturalizada (e com isso tornando-se ainda mais sistêmica), mas "perdoada", por se dar na forma de humor, e ainda autorizada pelas próprias vítimas (no caso, as mulheres, que compartilhavam e faziam comentários positivos sobre o conteúdo) que, como no processo de construção simbólica descrito por Bourdieu (1991), "não se reconhecem enquanto vítimas (...) se percebem enquanto estigmatizadores e não como estigmatizados, mesmo que estejam estigmatizando a si ou ao seu grupo como um todo" (Recuero e Soares, 2013, p. 251). Vale destacar que, segundo as autoras, algumas características das redes sociais foram identificadas como potencializadoras das violências observadas, tais como a ampla disseminação e repetição das mensagens, que podem acabar por tornar o estigma e o estereótipo cada vez mais natural.

Embora a análise exploratória que deu início a este trabalho aponte para uma relação mais direta do nosso corpus com a violência simbólica, a violência contra o feminino também é bastante objetiva e faz parte do cotidiano de mulheres por todo o mundo. Segundo Teles (2002), trata-se de algo tão habitual que tem sido naturalizado ao longo da história e deu origem a uma série de mitos sobre as mulheres espancadas, que de certa forma servem de apoio para justificar uma certa paralisia da mídia e dos poderes públicos diante do problema. Dentre esses mitos estão as ideias de que as mulheres, de certa forma, apreciam essa violência e de que ela só

acontece em classes menos favorecidas ou em contextos que têm o álcool e outras drogas como elementos motivadores.

Quanto ao primeiro mito parece irrelevante discutir, tamanho o nível de superficialidade desse tipo de análise, que ignora questões como a dependência emocional e financeira, que são de fato os responsáveis, na maioria das vezes, por manter as vítimas com seus parceiros violentos. Já em relação ao segundo, Teles (2002) nos traz um exemplo bastante elucidativo sobre sua inverdade:

> "Ainda está na memória de muita gente aquele crime que ocorreu no dia 20 de agosto de 2000, no município de Ibiúna, localizado no interior paulista, quando o jornalista Pimenta Neves, diretor de O Estado de S.Paulo, matou sua ex-namorada, a jornalista Sandra Gomide, por ela não ter querido continuar o namoro com ele. Ambos eram brancos, de classe média e bem-informados. Pimenta Neves não se encontrava alcoolizado nem a matou por um descuido. Planejou cuidadosamente o assassinato de Sandra. Saiu de casa com sua arma disposto a matá-la se não conseguisse o intento de tê-la de volta como namorada. Aliás, alguns dias antes, Sandra, que já fora ameaçada pelos telefonemas de Pimenta, e por ele ter invadido seu apartamento e a espancado, chegou a ir a uma delegacia denunciar essa violência e as ameaças de morte. Mas tanto Sandra quanto as próprias policiais não quiseram acreditar que a tragédia era iminente; ela própria pediu para retira a queixa, e acabou assassinada. Pimenta ficou na cadeia por sete meses e está em liberdade, afinal, é "um senhor de respeito, bom profissional, bom pai, pessoa de bem" como consta nos meios judiciários" (p.12)

O caso relatado acima é anterior à Lei Maria da Penha[14], que desde 2006 garante uma série de direitos às mulheres, mas pouco tem de distinto das ocorrências que hoje, quase 20 anos depois, continuam sendo registrados em delegacias de todo o Brasil (e do mundo). Embora com uma nova legislação, que ampare a população feminina como nunca havia acontecido, as violências sofridas por Sandra, que vão desde as simbólicas (ameaças) até as objetivas (agressões e assassinato) seguem se repetindo. Em 2018, segundo o Fórum de Segurança Pública, 536 mulheres foram agredidas por hora em território brasileiro. No mesmo ano, conforme pesquisa encomendada pela instituição ao Datafolha, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento, enquanto 22 milhões (37,1%) passaram por algum tipo de assédio. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no

[14]Maria da Penha é uma farmacêutica brasileira que sofreu duas tentativas de feminicídio pelo próprio marido e acabou ficando paraplégica. Após 19 anos de luta por justiça, ela conseguiu que o ex-companheiro fosse condenado, o que aconteceu apenas seis meses antes de o crime prescrever. Ele foi solto dois anos depois e hoje está livre. O caso repercutiu internacionalmente e foi considerado o primeiro crime de violência doméstica na história. Em 2006, a lei que trata sobre violência doméstica contra a mulher no país foi sancionada com o nome de Maria da Penha. Desde então, ela é considerada pela Organização das Nações Unidas como uma das três melhores legislações mundiais de enfrentamento à violência contra as mulheres.

ambiente doméstico e 76,4% foram cometidos por um homem que a mulher conhecia. Do total de vítimas, mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor ou procurou ajuda.

Conforme Teles (2002), reforçando o que já trouxemos em Bourdieu, trata-se de uma questão estrutural, calcada no gênero, que deve ser entendida “como uma relação de poder do homem e de submissão da mulher” (p.18). Essa violência de gênero, desde os anos 1970, pode ser entendida, inclusive, como “violência contra a mulher”, posto que a população feminina é o principal alvo e simplesmente pela sua condição de mulher. A condição de ser mulher como desencadeadora de uma violência é, inclusive, o que define crime de feminicídio, previsto na legislação brasileira desde 2015. Ele tem pena mais severa que o homicídio simples e se configura pela morte de uma mulher pela sua condição de ser mulher.

Junto com as mudanças de legislação e a contabilização dos casos de violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha também trouxe uma definição das violências as quais às mulheres estão expostas no ambiente doméstico (onde a maioria dos casos de violência contra a mulher acontecem), sejam elas do âmbito do simbólico ou do objetivo:

Quadro 1 - Tipos de violência conforme a Lei Maria da Penha

Violência física	Entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
Violência psicológica	entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
Violência sexual	entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a

	comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
Violência patrimonial	entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
Violência moral	entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Embora essas categorias, no texto legislativo, definam a violência doméstica ou intrafamiliar (que acontece entre membros da mesma família), elas também podem nos servir de base para pensar a violência contra a mulher de forma geral. No entanto, mais dois tipos são necessários de acréscimo, especialmente porque são os mais comuns em ambientes de trabalho e estão diretamente ligados à categoria da violência simbólica: o assédio sexual e o assédio moral.

De acordo com Dias (2008), o assédio sexual corresponde a “um comportamento indesejado de carácter sexual [que] se manifesta sob a forma física, verbal ou não verbal, com o objetivo (sic) de violar a dignidade da pessoa e de criar um ambiente intimidativo, hostil, humilhante ou ofensivo” (p.2). Mais do que isso, conforme a autora, trata-se de uma violência a qual possivelmente todas as mulheres irão sofrer em algum momento da vida. Conforme pesquisa do Datafolha (2017), quatro em cada dez brasileiras já sofreram assédio sexual no Brasil, número que chega a 56% entre as entrevistadas jovens e adolescentes. Conforme o levantamento, a maioria dos casos ocorreu na rua (29%) e no transporte público (22%). Cerca de 15% das entrevistas afirmaram terem sido assediadas no trabalho, 10% na escola e 6% dentro da própria casa. Quando no contexto profissional ou acadêmico, vale destacar que o assédio sexual costuma ter ainda um caráter de chantagem (Dias, 2008), em que a vítima é importunada e coagida a praticar e submeter-se a certas situações em troca de promoções ou reconhecimento, por exemplo.

Já o assédio moral, segundo Marques et al (2012), é esquivo a definições e comumente confundido com outras práticas, como o bullying. No entanto, está sempre associado a “relações interpessoais hostis, nas quais imperam sentimentos de humilhação, intimidação e inferiorização de um indivíduo” (p.402). Já no ambiente de trabalho (e esta violência não se restringe somente as mulheres), conforme os mesmos autores, traduz-se “por meio de pequenos gestos, ditos ou atitudes que se repetem e se intensificam, persistindo em produzir uma atmosfera nociva de convívio que gera efeitos deletérios no bem-estar e na carreira da vítima” (ibidem).

As relações de poder que oferecem as bases para as violências que buscamos conceituar, embora enraizadas na sociedade, como vimos anteriormente, não podem ser consideradas como algo natural, dado o que explicitamos via Teles (2002) e Bourdieu (2002), mas têm suas raízes nos processos de socialização e na organização patriarcal das sociedades. É algo tão forte, problemático e profundo, que se tornou uma das principais (ou talvez a principal) pautas dos movimentos feministas no contemporâneo. Compreender essa agenda, no entanto, requer compreender a origem do feminismo e as transformações no status do feminino ao logo da história, o que nos leva de volta ao início do século XIX.

2.4 De que mulheres estamos falando?

A identidade é um tema complexo, que perpassa tanto aspectos subjetivos e particulares de um sujeito, quanto os contextos social e cultural nos quais está inserido. Na pré-modernidade, Kellner (2001) definiu a cultura como fixa, sólida e estável, não existindo mudanças na trajetória de um indivíduo ou crises de identidade que pudessem levar à sua modificação. Essas ideias, que também estiveram presentes na era moderna, foram ultrapassadas no contemporâneo, que dentre diversas nomenclaturas tem sido chamado frequentemente de pós-moderno. Conforme Baumann (2005), o que temos agora é uma infinita possibilidade de identidades à escolha dos indivíduos, e outras que ainda podem ser inventadas. Dentro da identidade, o gênero é um importante aspecto cuja conceituação vem sendo feita ao longo de mais de três séculos, complexificando-se gradualmente até os dias de hoje.

Até o início do século XX, o fator biológico era o grande determinador da

masculinidade e da feminilidade - o que representava um avanço, já que somente na passagem do século XVIII para o XIX, as diferenças biológicas começaram a ser estudadas e o feminino foi reconhecido como um segundo sexo, dadas às suas características singulares até então ignoradas (LAQUEUR, 1992). No final dos anos 1940, Beauvoir (1980) introduziu a ideia inovadora de que não se nascia mulher, mas era possível tornar-se uma. Ou seja, ser mulher não se tratava apenas de uma questão biológica, mas também cultural.

Na perspectiva da autora, se um indivíduo fosse homem ou mulher, esta definição não se daria no momento do nascimento ou nomeação de um corpo como macho ou fêmea. Apesar da relevância do Segundo Sexo, obra de Beauvouir que mais tarde seria considerada em nível global o primeiro grande texto feminista moderno, foi somente nos anos 1960 que estas ideias sobre construção social e cultura do sexo feminino ganharam legitimidade perante o determinismo biológico. Nesse contexto, também o termo sexo começou a ser substituído pelo termo gênero, expressão que surgiu, cunhada pelas ciências sociais e pelos primeiros movimentos feministas, para demonstrar que as relações entre homens e mulheres e os próprios significados simbólicos associados a essas categorias são socialmente construídas e não podem ser, portanto, considerados naturais ou absolutos. (MOORE, 1988).

No final dos anos 1980, o uso de gênero em substituição à palavra sexo já era amplamente utilizado pelas feministas. No começo dos anos 1990, Laqueur (1992), historiador da medicina, explanou que era o gênero que constituía o sexo, e não o contrário. Foi nesse mesmo período que Butler (2008) aprofundou a problematização em torno da categoria, questionando o uso de gênero como sexo biológico e dando início a uma discussão sobre o binarismo no tratamento desses temas (gênero/sexo, homem/mulher). Para autora, gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos que vão sendo modificados no decorrer da vida. Por isso, a autora defende que o gênero se confronta com diversas modalidades de identidades, não necessariamente relacionadas à orientação sexual ou outro aspecto relacionado à sexualidade.

Em 1994, o termo gênero passou a fazer parte do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana (APA), afirmando-se como um conceito científico dentro das ciências biológicas. Em 2013, na versão mais atualizada do documento, uma visão ainda mais ampla sobre

sexo e gênero foi conceituada, registrando oficialmente o que as discussões anteriores vinham construindo. Consta em seu texto que o termo sexo é usado para referir-se tanto a masculino quanto a feminino, relacionado aos aspectos biológicos e de produção. Já o gênero é utilizado para designar o papel social do indivíduo (menino ou menina, homem ou mulher). Na maioria das pessoas, o gênero é relacionado ao sexo de nascimento. Entretanto, o desenvolvimento individual do gênero sofre influências biopsicossociais e nem todos os indivíduos vão se perceber como homens ou mulheres. Considerando o gênero como um dos componentes da identidade, cabe citarmos uma interessante divisão de Goffman (2008) para a identidade. De acordo com ele, cada indivíduo possui duas identidades: a identidade social virtual e a identidade social real. A primeira é a ideia pré-concebida que todos temos sobre quem o sujeito deveria ser. Já a segunda é aquela que se aproxima de quem ele é. Assim, os estigmas sociais, aos quais as mulheres são frequentemente submetidas, é uma relação entre o atributo e o estereótipo. Os estigmatizados se dividem em dois grupos a) os desacreditados, aqueles que possuem a característica distinta imediatamente evidente e conhecida, por exemplo, amputação de um membro; e b) os desacreditáveis, aquele que o atributo não é reconhecido pelos presentes imediatamente (GOFFMANN, 2008). É justamente na estereotipação dos indivíduos que surgem os preconceitos, discriminações e humilhações, isto é, os estigmas sociais nascem nas imagens negativas pré-concebidas pelas pessoas, e se tornam concretos quando são disseminados através das narrativas. Além dos estigmas sociais, o ódio contra as minorias, e dentre elas as mulheres, também é propagado através dessas narrativas.

Quando o feminino passou a ser reconhecido como um “segundo sexo” e não mais uma extensão incompleta ou invertida do sexo masculino, as mulheres passaram a ter suas particularidades anatômicos reconhecidas. No entanto, como aponta Silva (2000) a maneira como sua intelectualidade e seu papel na sociedade é vista não sofreu alterações positivas, mantendo-se a ideia de inferioridade feminina, dentre outros estigmas e estereótipos que estão instituídos social e culturalmente e que acabaram se naturalizando no nosso cotidiano. Para Beauvoir (1980), essa desigualdade de gênero tem origem em um processo de dominação masculina que começa ainda na infância. No que chama de segunda desmama, que é simbólica, ao contrário da primeira, aquela em que efetivamente a criança para de mamar no peito

da mãe, ela enxerga as circunstâncias iniciais para a construção da superioridade feminina. Até esse momento, que acontece por volta dos quatro anos de idade, não haveria diferença entre meninas e meninos.

Ao iniciar o segundo processo de desmama, inicialmente, as meninas irão parecer privilegiadas, pois, enquanto continuam a receber carinho, companhia da mãe e colo do pai, aos meninos esses agrados são pouco a pouco negados.

> Vestem-na [a menina] com roupas macias como beijos, são indulgentes com suas lágrimas e caprichos, penteiam-na com cuidado, divertem-se com seus trejeitos e seus coquetismos: contatos carnais e olhares complacentes protegem-na contra a angústia da solidão. Ao menino, ao contrário, proíbe-se até o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem. 'Um homem não pede beijos... um homem não se olha no espelho... homem não chora', dizem-lhe. Querem que ele seja um "homenzinho"; é libertando-se dos adultos que ele conquista o sufrágio deles. Agrada se não demonstra que procura agradar" (BEAUVOR, 1980. P. 12)

Para o menino, a independência acaba se dando através de um processo de dor e abandono afetivo, muito diferente do que acontece com a menina. Essa "dureza", conforme Beauvoir (198), seria compensada com uma supervalorização da regra fálica, mediante a qual o menino ouviria como justificava para sua trajetória evitavelmente mais árdua – já que não deve chorar ou demonstrar qualquer fraqueza pelo simples fato de ser, por fatores biológicos, um homem – que sua virilidade é um orgulho, uma dádiva. "Essa noção abstrata reverte-se para ele de um aspecto concreto: encarna-se no pênis (BEAUVOIR, 1980, p. 13). Para a menina, ao contrário disso, seria ensinado como regra a omissão do próprio "sexo". Sua diferença em relação ao menino não vai ser comemorada nem reverenciada, mas punida: não deve tocar na vagina e não deve deixar que toquem nela. O preço do direito aos cuidados, o afeto e a expressão das emoções seria o de ser, ao contrário menino, um sujeito vulnerável, uma presa.

O sentimento de ausência das meninas vem sendo discutido à exaustão pela psicanálise, intitulado, conforme Beauvoir (1980), de *complexo de castração*. A boneca com a qual a menina brinca na infância seria, na verdade, onde ela encontra a possibilidade de alienar-se e expressar sua subjetividade. A boneca serve de alterego para a menina, coisa que o menino faz com próprio pênis, que serve como um brinquedo natural. Pelas "vantagens" de se ter um pênis e pela valorização exagerada dada a ele para compensar os traumas da segunda desmama, as brincadeiras e tarefas que o menino é autorizado a praticar, segundo Beauvoir, seriam

completamente diferentes daquelas permitidas às meninas que, fadadas a esfera doméstica, espelhando-se na mãe e alienando-se na própria boneca, seriam ensinadas a encarar esse ambiente (do lar) como o lugar ao qual pertencem.

Desde cedo, portanto, seriam as meninas as incumbidas das tarefas da casa: lavar, passar, cuidar de um bebê. Os meninos seriam liberados dessas obrigações, podendo brincar mais, receber mais estima e mais direitos. Se as meninas são ensinadas a ter postura, sentar e se comportar de acordo com a saia ou o vestido que estariam vestindo, aos meninos seriam concedidas as aventuras, o uso da força, da habilidade física e das peripécias mais desmedidas. Quanto mais a criança cresce, de acordo com a autora, mais essa superioridade masculina vai se afirmando, migrando da esfera doméstica e das relações lúdicas para os papéis efetivos que o indivíduo vai ocupar na sociedade patriarcal. Estariam, portanto, nas construções sociais, existentes desde a infância do sujeito, as designações dos papeis sociais de gênero. Ou seja, não se trata de determinação biológica, mas formação cultural e social, que se mantém ao longo dos séculos e se firma como regra. Dentre essas "regras", o uso da voz, a oratória e o discurso público também são normatizados, e se configuraram ao longo da história como capacidades relacionadas ao masculino. Mais do que isso, conforme Beard (2018), na Antiguidade essas eram práticas definidoras da masculinidade como gênero:

> Discursar publicamente era uma – se não *a* – característica que definida a masculinidade. Ou, para citar um famoso chavão romano, o cidadão masculino da elite poderia ser sintetizado como *vir bonus dicendi peritus*, "homem de bem, perito na fala". Na maioria das circunstâncias, uma mulher que falasse em público não era, por definição, uma mulher. (p.29)

Ao olhar para o passado (distante e recente), Beard nos traz vários exemplos de como a ideia de uma mulher que usa sua voz em público, uma mulher que discursa, era tida como absurda. O primeiro exemplo é extraído da Odisseia, em que o jovem Telêmaco pede à mãe que volte a seus aposentos, após opinar sobre a canção proferida por um bárbaro, pois "Discursos são coisas de homens, de todos os homens, e meu, mais que de qualquer outro, pois meu é o poder nesta casa" (BEARD, 2018, p.16). Há também o caso de Dião Crisóstomo, conferencista e intelectual do século II d.C., que em dada ocasião pediu a plateia que imaginasse uma situação em que

> "toda uma comunidade fosse contaminada pela seguinte estranha enfermidade: todos os homens, de repente, teriam vozes femininas e nenhum varão – criança ou adulto – poderia se expressar de forma masculina. Não pareceria essa a praga mais

> terrível e difícil de suportar? Estou certo de que iriam todos a um santuário consultar os deuses e tentar apaziguar o poder divino com muitas oferendas" (Beard, 2018, p.29-30)

E os exemplos de Beard seguem, embora esses já nos pareçam suficientes. Ao trazer a antiguidade para a reflexão, a autora afirma que, embora já tenhamos derrubado muitas das certezas sobre gênero daquela época, as tradições de debate e discursos públicos continuam à sombra do mundo clássico, e isso pode ser visto em muitas situações, de romances que atravessaram séculos, como é o caso de Bostonianos[15], de Henry James, citado pela autora, às próprias narrativas com as quais nos deparamos na Internet. E Beard relata ter sido ela própria alvo desse tipo de pensamento. Segundo a autora, após receber uma série de comentários chulos sobre a própria genitália, ela tuitou sobre o que estava acontecendo e disse considerar aquele tipo de ataque "chocante". Em uma tradicional revista britânica, um cronista utilizou o tuíte para escrever "A misoginia é realmente 'chocante', *choramingou* ela" (p.40). Termos como "choramingar" segundo Beard (2018), "sustentam um vocabulário que age para solapar a autoridade, a força e até o humor do que uma mulher tem a dizer" (p.40), tentando levar a voz feminina de volta ao ambiente doméstico onde "nos queixamos" de coisas como lavar a louça. Ao trivializar nossas narrativas, afirma Beard, temos nossas palavras "reprivatizadas", e a voz pública segue sendo do homem, associada ao tom grave e profundo, obrigada a ser assim para transmitir autoridade.

Se relacionarmos essa ideia do uso da voz como algo que não pertence à mulher com a fala de Ribeiro (2019) sobre a necessidade de falar para reconhecer o direito à própria vida, temos algumas pistas sobre a importância das narrativas femininas e de tirar as pautas (e as violências) femininas da invisibilidade:

> "O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a

[15] "Um dos temas principais de Bostonianos, de Henry James, publicado nos anos 1880, é o silenciamento de Verena Tarrant, jovem ativista e porta-voz do movimento feminista. À medida que se aproxima de seu pretendente Basil Ransom (homem dotado, como saliente James, de uma voz rica e profunda), ela se vê cada vez mais incapaz de falar em público, como costumava fazer. Ransom, de fato, reprivatiza sua voz, insistindo que ela só fale com ele: "Guarde para mim suas palavras suaves", diz ele. No romance, é difícil definir o ponto de vista do próprio James – com certeza as leitoras não adoraram Ransom -, mas, em seus ensaios, ele deixa clara sua posição; escreveu sob o efeito poluente, contagiante e socialmente destrutivo das vozes femininas, em termos que poderiam facilmente ter saído da pena de algum romano do século II d.C... Sob a influência das mulheres americanas, insistiu ele, a linguagem corre o risco de se tornar 'um murmúrio ou um emaranhando, um rosnado ou lamento mudos"; soará como o "o mugido da vaca, o zurro do burro e o latido do cão". (p.38)

> hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos do direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver como uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo" (p.64)

. Ribeiro fala especificamente sobre a mulher negra, mas é possível levarmos essa reflexão aos primórdios da história do feminino e afirmarmos que ao reivindicar o direito a ter voz, *as mulheres*, de forma geral, reivindicam o direito à própria existência.

Todas essas submissões associadas ao feminino como expressão das relações de poder, ofereceu as bases para o movimento feminista enquanto manifestação das mulheres na busca pela igualdade de gênero (PINTO, 2003). Embora o movimento das sufragistas do século XIX seja apontado geralmente como o primeiro grande movimento de mulheres, foi no século XV que as primeiras discussões sobre os direitos femininos começaram a emergir. Um movimento "primitivo" e que teve grande importância ao tirar o debate sobre os direitos das mulheres da esfera de intelectuais e começar a introduzi-lo na esfera pública foi o Preciosismo francês, com as mulheres da aristocracia se reunindo nos "salões das preciosas" para falar sobre suas ambições de ter acesso a conhecimento e autonomia.

Conforme Garcia (2018), essas mulheres ricas e privilegiadas "não chegaram a formular uma crítica à sociedade que as oprimia, nem conseguiram olhar para baixo para perceber que essa opressão era diferenciada de acordo com outras clivagens sociais" (p.57), mas contribuíram para que "um novo espaço de relações sociais menos verticalizadas" (IBIDEM) começasse a se configurar. Atravessando outros grupos até o fim século XVII, essa Primeira Onda se caracterizou principalmente pela discussão do direito das mulheres de estudar. Em 1790, Mary Wollstonecraft, na que é considerada a sua obra mais importante, lançou as bases do feminismo moderno e se consagrou como a primeira feminista da história.

Já a Primeira Onda do feminismo, ou o início do feminismo moderno, inicia-no século XIX e tem como principal marca o sufragismo que, segundo Garcia (2018), foi "um movimento de agitação internacional presente em todas as sociedades industriais que tinha dois objetivos centrais: o direito ao voto e os direitos educativos" (p.65). Nesse período, contudo, o feminismo se restringia a mulheres brancas, de classes elevadas, e ignorava as demandas de mulheres negras. Com a Segunda Guerra Mundial, no final dos anos 1930, o movimento sofreu um declínio e voltou a

emergir nos anos 1960. Nesse intervalo, Simone de Beauvoir publicou o livro *O Segundo Sexo*, em 1949, simbolizando um marco para o movimento e cunhando uma das mais famosas frases sobre gênero e feminino: “Não se nasce mulher, torna-se”, como mencionamos anteriormente. Lançada em um momento em que o feminismo estava desarticulado e sem aparente razão de ser, já que o sufragismo tinha alcançado seus objetivos no início do século XX, a obra é vista de forma dividida entre as teóricas: ora como arremate do sufragismo, ora como pioneira da Segunda Onda (GARCIA, 2018).

A Segunda Onda surgiu junto com o movimento hippie, em um momento que os jovens ocidentais, especialmente os americanos, por conta da Guerra do Vietnã, viviam um momento de repúdio aos valores bélicos, consumistas e morais da época, exercendo grande influência sobre o movimento feminino (Rampton, 2014). Nessa época, o feminismo passou a incorporar ideais dos direitos civis e ambientalistas e, segundo Pedro (2005), colocou em foco a busca da libertação das mulheres enquanto sujeitos sexuais. As prioridades dessa fase foram o direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado, com o surgimento nesse período também, da pílula anticoncepcional e das primeiros discussões sobre o aborto. A partir daí, passa-se a olhar para temas que vão além das questões políticas envolvendo o feminino: igualdade no casamento, direito à saúde da mãe e do bebê, dentre outros. Começou nesse período o que vai ser visto com força na Terceira Onda, quando o movimento passa a tentar sair das universidades e dos meios intelectuais e atingir também as mulheres periféricas, negras e rurais, deixando de ser apenas estudo sobre gênero e se tornando cada vez mais um movimento social – muito graças à Internet.

Essa Terceira Onda, que vivemos agora, vai ao encontro do período pós-moderno no qual ela se institui e é marcada pela pluralidade, pela potência coletiva e horizontal e por uma nova forma de ativismo político, que está nas ruas, mas também na Internet e nas artes, na poesia, no cinema, no teatro, na música e na academia (Hollanda, 2018). Bauman (2001) descreve esse momento, que sucede a superação da estética Iluminista e, portanto, racionalista, através da metáfora da liquidez. Na modernidade líquida, as ideias e conceitos que moldam e sustentam o contemporâneo são móveis, fluídas e inconstantes. Dentre as desconstruções características desse período, ocorre a desconstrução da categoria *mulher* como um sujeito que partilha as mesmas opressões, os mesmos problemas e a mesma história, passando a serem

valorizadas as diferenças e a subjetividade de cada uma. Isso só foi possível diante da tardia constatação de que se as mulheres não são iguais aos homens, tampouco são iguais entre si. Assim, deixa-se de lado tudo o que era unívoco para dar lugar a uma pluralidade de ações, sujeitos, lutas e lugares de fala.

Nesse momento marcado pela fluidez e pela relativização de teorias e dos próprias conceitos de identidade, como defende Hall (2006), as feministas se deram conta do caráter exclusivo que o movimento tinha até então.

> "É possível perceber no contexto atual das batalhas femininas, uma nova relação que o feminismo contemporâneo estabelece consigo e nas imagens de si que projeta para o mundo. Numa atitude de metacrítica, essa relação se caracteriza por dobrar-se sobre si mesmo, isto é, pela reflexão crítica sobre o próprio feminismo e por sua historicização, num movimento de avaliação e balanço de suas conquistas, avanços, limites e impasses, seja no campo das práticas, seja no do pensamento" (RAGO, 2004, p. 1-2)

Da Primeira até o fim da Segunda Onda do feminismo, por exemplo, as burguesas dos salões franceses, as sufragistas bem-educadas de classe média e as donas de casa americanas acabaram monopolizando todas as demandas feministas, em detrimento de outras mulheres que não estavam nos mesmos patamares sociais e econômicos. Essa monopolização da pauta havia começado já no final do século XIX, durante a disputa de prioridades entre o sufrágio feminino e o direito ao voto dos homens negros (DAVIS, 2016). Insatisfeitas com a urgência com que a reivindicação dos homens negros foi tratada, em detrimento da conquista do voto pelas mulheres – o que teve caráter puramente político por parte dos governantes da época, que pouco se preocupavam com os direitos humanos e civis -, as feministas se posicionaram de forma racista e egocêntrica, ignorando demandas de suas próprias irmãs, as mulheres negras.

Um exemplo dessa contradição, citado por Davis (2016), foi a negligência das feministas diante do apelo de uma mulher negra contra a segregação racial, exposta ao movimento em 1989 durante uma convenção. Ela reivindicava que as "mulheres de cor" não fossem obrigadas a viajar nos vagões para fumantes, e fossem fornecidas a elas acomodações apropriadas.

> "Como presidente da convenção, Susan B. Anthony encerrou a discussão sobre a resolução apresentada pela mulher negra. Seus comentários garantiram uma derrota esmagadora da resolução: 'Nós mulheres somos uma classe sem esperança de poder votar. Nossas mãos estão atadas. Enquanto estivermos nessa situação, não nos cabe aprovar resoluções

> contra as corporações ferroviárias nem contra qualquer outra pessoa" (DAVIS, 2016. p.)

Esse posicionamento marcou profundamente um momento em que a falta de sororidade entre mulheres brancas e negras prevalecias e evidencia o que Kilomba (2019) discute sobre o lugar da mulher negra na sociedade como o "o Outro do Outro", ou seja, se para Beauvoir (1980) a mulher assumiu, ao longo dos tempos, o lugar do "Outro" do homem, da pura alteridade com valoração negativa, cuja identidade é determinada pelo masculino e através do olhar do homem, a mulher negra, para Kilomba ela é duas vezes "Outro", estando em um local de extrema vulnerabilidade dentro da lógica patriarcal e colonial da sociedade.

Garcia (2018) define essa alteridade negativa com o exemplo de povos estrangeiros: "se para um povo, os outros são os estrangeiros, para estes estrangeiros, outros são os que lhes chamam assim. Ou seja, o sentimento de alteridade é recíproco" (p.79). No caso da mulher essa reciprocidade não acontece, já que em nenhum caso o homem é o Outro, mas sempre o centro, a medida e a autoridade (ideia que os estudos de gênero chamam de androcentrismo, ou o homem como medida de todas as coisas). O mesmo acontece em relação à raça, já que o homem branco, ou europeu, assume a mesma posição, configurando um tipo de etnocentrismo. O relato de uma mulher negra em uma convenção de 1851, resgatado por Garcia (2018), elucida essa asfixia entre duas exclusões de forma potente:

> Creio que com esta união dos negros do sul e das mulheres do norte, todos falando de direitos, os homens brancos estariam com grandes problemas bem rapidamente. Este homem diz que as mulheres necessitam da ajuda dos homens para subirem nas carruagens, cruzar as ruas, e que devem ter o melhor lugar em todas as partes. Mas a mim ninguém me ajuda a subir em carruagens, nem me deixam o melhor lugar. Por acaso eu não sou uma mulher? Olhem-me! Olhem meus braços! Eu arei e plantei e colhi e nenhum homem era melhor do que eu! E por acaso eu não sou uma mulher? (...) tive treze filhos e os vi serem vendidos como escravos e enquanto eu chorava a dor de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouvia! E por acaso eu não uma mulher?" (SCHENEIR in GARCIA, 2018, p. 52)

Trazendo a reflexão de Ribeiro (2019) que citamos anteriormente para seu contexto original, entendemos como o direito de narrar e ter voz das mulheres negras é ainda uma conquista muito mais difícil do que das mulheres brancas. Com isso, cai por terra a ideia de um feminismo universal, que de seu princípio até o contemporâneo atingiu majoritariamente as mulheres brancas e tornou as mulheres negras, como nos traz Collins (2016), "forasteiras de dentro", estranhas dentro do movimento. Da

compreensão dessas diferenças é que surge também, junto ao movimento feminista pós-moderno, a ideia do *lugar de fala.*

Ao quebrar suas próprias barreiras limitantes, como a falsa pretensa de universalidade e a exclusão das mulheres negras, o feminismo contemporâneo se constitui como um feminino das diferenças. Não mais apenas como estudo acadêmico ou pauta intelectual, mas como um movimento social dotado de pluralidades, caminhando para a popularização e encontrando na Internet, especialmente nas redes sociais, uma plataforma para se redimensionar. Simplificando seu entendimento e estendendo sua abrangência a mulheres que estão fora das universidades e do meio intelectual, o feminismo contemporâneo passa a abraçar mulheres negras, indígenas, asiáticas e transgênero e, com isso, consegue chegar as mulheres periféricas e rurais, que aparecem no topo da lista de mulheres que mais sofrem abusos sexuais e violência doméstica.

Ao se fortalecer enquanto movimento político, ao lado de outros movimentos ativistas, o feminino contemporâneo resgata ainda outras questões que no seu berço lhe foram caras, como a questão da classe junto ao gênero. Por ser plural, esse feminismo também abriga diferentes correntes ideológicas, dentre elas o feminismo radical, neoliberal e protestante, como comenta Bogado (2018, p. 33):

> Entre grandes divergências e duras fricções, são várias as correntes de pensamento feminista difundidas nas grandes redes de debate e de produção crítica, e seus efeitos nas ruas são diversos. A grande questão que une todas as tendências do novo feminismo, traduzida numa infinidade de perspectivas, desdobramentos, nuances e percepções, é a da violência contra a mulher

Para a autora, além da busca pela horizontalidade, priorização do coletivo e recusa a um formato hierárquico com lideranças definidas, uma das marcas do feminismo atual é o uso do corpo como uma plataforma de expressão, o que vai refletir diretamente na arte produzida pelas feministas ou pelas artistas do feminismo, para sermos menos reducionistas.

Voltando à questão do corpo, um exemplo citado por Bogado (2018, p. 33) é a Marcha das Vadias, que nasceu em Toronto, no Canadá, em 2011, e se tornou um marco desse processo:

> Quando, após uma série de estupros ocorridos na Universidade de York, um policial afirmou que as mulheres haviam sido agredidas por se vestirem como “vadias”, uma onda de protestos correu o mundo. A marcha chegou ao Brasil no mesmo ano e já está em sua sétima edição, organizada por coletivos em

> pelo menos quarenta cidades do país. A mensagem é clara: a mulher tem autonomia sobre o seu corpo

De forma um pouco diferente das primeiras ondas feministas, a busca por uma autonomia sobre o corpo, nesse novo momento, não se restringe as questões relacionadas ao aborto e à busca por políticas públicas nesse sentido, mas, conforme Bogado (Idem), trata de uma experimentação do corpo subjetivo. Dessa forma, tanto em marchas e protestos, quanto em publicações nas redes sociais, nas artes e na poesia, há uma celebração da sensualidade dos corpos feminismo, que é atravessada por um forte questionamento sobre os padrões de beleza feminina, bem como do direito ao corpo livre, que não pode ser censurado ou violentado, daí a relação dessa experimentação do corpo com a luta pelo fim da violência contra o feminino.

Nesse contexto, é preciso destacar o combate à violência sexual como uma das principais bandeiras levantadas pelo feminismo contemporâneo, especialmente porque é sobre esse tipo de violência que estamos tratando neste trabalho. Cunhado nos anos 1970 pelas ativistas estadunidenses, uma terminologia que tem sido bastante usada e nos é cara é a *cultura do estupro*, que versa sobre a norma incutida nas sociedades patriarcais e que, por meio das relações simbólicas de poder que mencionamos anteriormente, incentiva a prática do crime, tolera a violência contra a mulher e atribui culpa às suas respectivas vítimas, (WOMENS AGAINST VIOLENCE AGAINST WOMEN, 2016, tradução nossa; FLETCHER, 2010, p. 1, tradução nossa).

De acordo com as narrativas normativos incutidas na cultura do estupro, existiriam padrões que regeriam o comportamento da mulher estuprada e do homem estuprador. Para que não seja vítima de estupro, uma mulher deveria ser virginal, fazer uso de roupas sóbrias e que cubram boa parte do corpo, ter hábitos caseiros e não gozar de uma vida sexual ativa. Já o homem estuprador, em todo caso, é uma fera selvagem que não consegue controlar a própria lascívia e, diante de mulheres que fogem dos padrões esperados se vê “provocado” a estuprar ou, para trazer a lógica para a nossa pesquisa, a assediar.

Esse tipo de percepção, que extraímos de Rost e Vieira (2015), pode ser visto nos dados de uma pesquisa encomendada ao DataFolha pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2016. De acordo com a apuração, que ouviu em torno de três mil pessoas em 217 cidades espalhadas pelo Brasil, 85% das mulheres sentem medo de serem estupradas e esse temor chega a 90% em estados do Nordeste. Além disso, 42% dos homens concordam com a frase: “A mulher que usa roupas provocativas

não pode reclamar se for estuprada". E 32% das mulheres também concordam com isso. A pesquisa também mostrou que a atribuição da culpa à vítima do estupro muda de acordo com a escolaridade, a idade dos entrevistados e o tamanho da cidade em que eles moram: creem mais nessa afirmação as pessoas com 60 anos ou mais, que estudaram até Ensino Fundamental e que moram em cidades com até 50 mil habitantes. Ao analisar esses dados, Rost e Vieira (2015) afirmam que "parece haver, aqui, uma concepção de estupro que não apenas versa sobre atributos de gênero que distinguem as mulheres, mas que comunica determinada doutrina e punição" (p.270).

As autoras nos trazem ainda um pouco da dimensão histórica do problema, em nível mundial:

> Ao pesquisar as mudanças nas sensibilidades quanto ao estupro na França, Vigarello (1998) comenta que o tratamento dado ao sexo não consentido entre os séculos XVI e XVIII ainda negava à mulher um status de sujeito: os crimes eram sempre estudados do ponto de vista do tutor legal delas, isto é, a agressão ao corpo da mulher não era levada em consideração, mas a violência contra a propriedade do seu responsável legal. Tratava-se de um ataque à honra do "proprietário" da mulher, geralmente o pai ou o marido; e não um ataque a ela enquanto pessoa. Assim, o estupro entra para a lei pela porta dos fundos: como um crime contra a propriedade cometido por homens contra homens, com o consentimento da mulher sempre colocado sob suspeita e o seu "defloramento" posto como a tônica da violação. (ROST e VIEIRA, 2015, p.263)

Ciente da permanência de resquícios desse passado "incivilizado" na nossa sociedade moderna, Brownmiller (1975) cunhou a máxima de que "todo estupro é um exercício de poder". Imerso nessa lógica patriarcal, vale lembrar que o Brasil, até o fim do século XX ainda inocentava homens acusados de homicídio que alegassem ter agido "em defesa da honra"; crimes sexuais tinham pena anulada no caso de o criminoso se casar com a vítima e somente em 2005 o termo "mulher honesta" foi retirado da lei que pune o crime de estupro[16](Vianna e Lacerda, 2004). Se a legislação mudou nas últimas décadas, a cultura que as criou permanece viva e em 2020 nos deparamos com uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que acatou uma decisão de Tribunal do Júri que inocentou um homem de uma tentativa de feminicídio, em Minas Gerais, por entender que ele teria agido em defesa da honra[17].

---

[16]Até 2005, o Código Penal vigente desde 1940 previa reclusão somente para quem, mediante fraude, induzisse "**mulher honesta** a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

[17]Notícia disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/30/interna_gerais,1190201/defesa-da-honra-stf-acata-absolvicao-de-homem-que-esfaqueou-ex-mg.shtml

Para debater sobre todos esses temas que continuam perpassando o feminino mesmo depois de três ondas de ativismo, as feministas do contemporâneo têm feito uso massivo das redes sociais, como já citamos. Nesses ambientes, os relatos pessoais e individuais, ao serem divulgados na internet, atingem um alcance, por vezes mundial, e acabam se tornando coletivos. Podemos dizer que é um aprimoramento do que as feministas de Segunda Onda fizeram ao levantar o slogan "o pessoal é político", nos anos 1970, através do qual, conforme Garcia (2011) elas identificaram as relações de poder que estruturam a família e a sexualidade, antes tidas como privadas, como motores da desigualdade de gênero.

Segundo Costa (2018, p. 46-47), as linguagens do feminismo na rede têm características próprias e apostam, em primeiro lugar, nas amplas experimentações possíveis entre o pessoal e o público:

> É um território complexo, no qual as interdições e violência vividas pelas mulheres são atualizadas. Na sequência, vem a exploração meticulosa da força mobilizadora dos relatos pessoais, um dos principais instrumentos políticos do feminismo em rede. É descoberta, aqui, uma chave importante. As experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede, passam a afetar o outro. [...] Talvez somente agora, a partir de modos de fala e uso de vozes individuais em rede, o feminismo tenha conseguido encontrar um modelo de comunicação efetivamente contagioso)

Para Bogado (2018), há pelo menos dois pontos que merecem ser destacados sobre a organização desses ativismos que eclodiram em junho de 2013 e são uma das marcas do feminismo contemporâneo:

> Por um lado, a busca pela horizontalidade, a recusa da formação de lideranças e a priorização total do coletivo. Por outro, uma linguagem política que passa pela performance e pelo uso do corpo como a principal plataforma de expressão. [...] Entre grandes divergências e duras fricções, são várias as correntes de pensamento feminista difundidas nas grandes redes de debate e de produção crítica, e seus efeitos nas ruas são diversos. A grande questão que une todas as tendências do novo feminismo, traduzido numa infinidade de perspectivas, desdobramentos, nuances e percepções, é a da violência contra a mulher (p. 32 e 22)

Tendo o combate da violência contra a mulher[18] como uma de suas principais pautas, o movimento feminista, com as características citadas acima das quais se constitui no contemporâneo, se apropria de diversos recursos, dentre eles os relatos

[18] Os dados que trouxemos no capítulo anterior sobre os números de violência contra a mulher nos dão os indícios de porque a violência contra a mulher acaba por se configurar como uma das principais pautas do feminismo contemporâneo.

pessoais, como já citamos, e o uso das hashtags para criar campanhas que ajudem as mulheres, a partir desses relatos, a denunciarem a violência de gênero nas redes sociais. Dentre as que ficaram mais conhecidas no Brasil podemos citar as hashtags #NãoMereçoSerEstuprada; #MeuPrimeiroAssédio; #MeuAmigoAecreto e, mais recentemente, #JustiçaporMariFerrer e #NãoExisteEstruproCulpos.

No caso da primeira hashtag, as mulheres usaram a frase para lutar contra o estupro. Para isso, pintavam o corpo com a frase, escreviam em cartazes e bilhetes ou ainda na legenda de fotos em que apareciam muitas vezes seminuas. O objetivo era defender o fim do abuso sexual, independente da aparência ou do comportamento das vítimas. Para citarmos a ideia de circulação da informação mencionada anteriormente, essa hashtag viralizou a partir de uma postagem da jornalista Nana Queiroz no dia 29 de março de 2014, quando ela publicou uma foto de topless em frente ao Congresso Nacional, com a frase “Eu não mereço ser estuprada” estampada no corpo. O protesto virtual era contra uma pesquisa realizada pelo Ipea10, a qual alegava que 65% dos entrevistados afirmavam concordar total ou parcialmente com a frase: “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Depois da repercussão da campanha, a entidade reconheceu que houve um erro no gráfico da pesquisa, e que somente 26% dos entrevistados concordavam com a afirmação.

As segunda e a terceira hashtag mencionadas eram usadas em posts nos quais usuárias relatavam situações de abuso que viveram ao longo da vida, sem mencionar os homens envolvidos, como forma de alerta e de quebrar o tabu existente em torno do debate sobre assédio assexual e outras violências vividas pelas mulheres. Já a última, que viralizou no fim de 2020, foi usada para pedir justiça no caso da digital influencer Mariana Ferrer, cujo estuprador foi inocentado do crime e a tipificação do crime na sentença foi interpretada como “estupro culposo”. Assim como os demais, o caso de Mariana Ferrer, após repercutir nas redes sociais, gerou protestos offline em diversas partes do Brasil, o que nos dá uma dimensão da relevância desse tipo de ação online. Publicações publicações contendo essas hashtags mencionadas foram atacadas por homens e pelas próprias mulheres nas redes sociais. Conforme Amaral e Coimbra (2015), esses ataques, cometidos por haters, acontecem sempre que uma mulher se comporta de forma oposta ao que é esperado da figura feminina: submissão e recato.

Bebendo das próprias narrativas do movimento feminista nas redes sociais, mas também cumprindo com a sua obrigação ética e aplicando o conceito de valor-notícia, ou seja, aquilo que deve e merece ser publicado, o jornalismo também parece estar comprometido em divulgar a violência contra a mulher, como uma forma de combatê-la. Da divulgação de três dessas notícias e das narrativas que surgem a partir delas, e com o objetivo de acessar os discursos sociais e as dimensões simbólicas nelas contidas, é que a análise a seguir se ocupa.

3. Narrativas que transformam vítimas em rés

3.1. Estratégias metodológicas

Ao empreender este trabalho, partimos de uma pesquisa que prevê a etapa da revisão bibliográfica, considerada por Cervo e Bervian (2002) como uma necessidade básica na realização de qualquer estudo, independente da área, e definida por Duarte e Barros (2006) como a utilização de teorias científicas relevantes no campo que o trabalho pretende percorrer, devendo ser relacionada de forma lógica, racional e aplicativa ao objeto de estudo. Em razão disso, abordamos inicialmente conceitos sobre sociedade midiatizada, hibridização, Internet, redes sociais, interações online, capital social na Internet, ódio, discriminação, preconceito, violência simbólica, feminino, relações de poder, feminismo e cultura do estupro.

Buscamos, a partir dos autores e obras elencados no trabalho, manter a objetividade e a relação com a proposta de pesquisa não enquanto mera compilação de autores, mas, conforme recomendam Duarte e Barros (2006), de forma analítica e preocupada com a relevância para a análise final. Para isso, utilizamos pesquisadores que tratam do funcionamento e da relevância das redes sociais, da história do feminino e das violências de gênero e da emergência dos discursos de ódio e contra minorias no ambiente virtual, tendo como base nomes como Raquel Recuero, Lucia Santaella, Alex Primo, Manuel Castells, José van Dijck, Simone de Beauvoir, Judith Butler, Heloísa Buarque de Holanda, Maria Amélia de Almeida Telles, Carla Cristina Garcia, Djamila Ribeiro e Leandro Karnal, dentre outros.

Para a etapa subsequente da pesquisa, que consistiu na análise do objeto empírico, nos apropriamos de estratégias dos dois principais grupos metodológicos - quantitativo e qualitativo - partindo das afirmações de Haguette (2013) de que não se deve fazer oposição de valor entre as duas metodologias, já que o problema investigado é que ditará o método de investigação mais adequado.

No caso do nosso problema, que era compreender os tipos de narrativas que emergem dos comentários de matérias sobre a violência contra a mulher nas redes sociais, constatamos que o método quantitativo, que conforme Duarte (2008) busca as respostas mais precisas possíveis ao fim da pesquisa, como “quantas ou qual a proporção de pessoas identifica determinado atributo” (p.63) nos serviria para pensar os primeiro recortes, em que apontamos quantos comentários cada matéria recebeu,

quantos desses comentários tiveram posicionamento X ou Y e qual seria o critério de seleção dos comentários a serem analisados a fundo.

Já a metodologia qualitativa, que segundo o autor não se detém a quantidade de pessoas que identifica determinado atributo, mas de que forma esse atributo é percebido pelos indivíduos, nos serviu para observamos o conteúdo dos comentários, posto que, ao evitar números e modelos estáticos, segundo Bauer (2003), o método qualitativo nos permite interpretar as realidades sociais e suas subjetividades. Dessa forma, buscando o que de mais adequado cada uma dessas metodologias oferecia para a realização deste trabalho, nos valemos de um consórcio entre as duas, posto que a complementaridade de uma para com a outra torna a execução da pesquisa mais profícua, especialmente quanto se trata de pesquisa na Internet (Fragoso, 2009).

Partindo para os nossos recortes, vamos começar com o Facebook como o site de rede social que escolhemos para ser a fonte de onde extraímos nossos objetos de análise. Conforme abordamos no primeiro capítulo, o Facebook é hoje a segunda rede social digital que mais tem usuários no mundo (PagBrasil, 2019), é a segunda mais utilizada no Brasil e a rede que mais influencia o meio digital com suas técnicas, sendo citado por Van Dijck (2016) como o site que dita as tendências do setor. Como vimos via Primo et al e Reuters (2017), é também no Facebook que os brasileiros mais consomem notícias atualmente – 57% afirmam usar a rede para esse fim e a maioria os usuários diz que o mais gostar de fazer no site é se manter informado sobre assuntos atuais. Além disso, como já mencionamos, 46,9% dos brasileiros julgam fazer um uso intenso da rede. Somando esses dados ao que vimos em Van Dijck (2016) sobre o Facebook estar se tornando uma força centrípeta na organização da nossa sociedade, nos pareceu nos pareceu óbvia a escolha pelo site.

Dentro do Facebook, nos deparamos com diversos tipos de perfis de notícias, e optamos por fazer o nosso recorte a partir da localização, elegendo três páginas, uma de relevância regional, uma de relevância estadual e outra de relevância nacional, com o intuito de mostrar que o fenômeno que investigamos não é exclusivo de uma determinada região do Brasil, mas se dá de forma generalizada. Pela nossa localização enquanto autoras, tendo Santa Cruz do Sul como referência de cidade, escolhemos como regional o perfil do Portal Gaz, site que pertence ao Grupo Gazeta de Comunicações e é líder de audiência no Vale do Rio Pardo. Em nível estadual, considerando o Rio Grande do Sul como marca, selecionamos o perfil de GaúchaZH,

que reúne as notícias do GrupoRBS, mais especificamente do Jornal Zero Hora e da Rádio Gaúcha, líderes em alcance a nível de estado. Por fim, como página de uma mídia nacional, optamos pelo Jornal O Globo, que se situa entre os jornais líderes de audiência no país. Também chegamos a cogitar a Folha de São Paulo como opção, vide o mesmo critério, mas constatamos que o jornal desativou a publicação de notícias no Facebook em fevereiro de 2018. Vale destacar que, como mencionamos no primeiro capítulo, o acesso às informações no ambiente online pode se dar de qualquer lugar do mundo, o que torna as três páginas escolhidas, em tese, globais ou internacionais.

No entanto, pensando jornalisticamente, é sabido que os portais, partindo de sua localização geográfica, tendem a cobrir (ou dar mais ênfase) os acontecimentos de uma área física limitada, o que os torna inclusive referência naquela região. Assim, embora O Globo tenha um alcance nacional, o caso da vereadora Bruna Molz não é relevante para ele como é para o PortalGaz (e seus leitores), cuja sede está instalada onde reside e trabalha a parlamentar. Da mesma forma que o PortalGaz, mesmo podendo ser acessado de qualquer país, tende a ser procurado por aqueles que residem no Vale do Rio Pardo (mais especificamente em Santa Cruz do Sul) ou têm alguma relação com a região.

O segundo recorte que nos propomos fazer, o de escolha das matérias de onde seriam extraídos os comentários para análise, por sua vez, se deu por um critério temporal, que coincidiu com o momento da pesquisa em que essa seleção se fez necessária. Por isso, foram escolhidas matérias publicadas entre fevereiro e abril de 2020 que, dentre as demais, se encaixassem primeiramente no critério temático, ou seja, de trazer alguma notícia sobre violência contra a mulher. Já a escolha por comentários (interações classificadas como mútuas por Primo (2013)) como objeto de análise se confirmou relevante após ratificarmos na pesquisa bibliográfica o fato de eles serem práticas conversacionais, de participação mais efetiva e que acontece quando os usuários de redes sociais têm algo a dizer sobre o assunto, como trouxemos em Recuero (2014).

O segundo critério que utilizamos para considerar as matérias selecionadas como objetos foi a sua repercussão, ou seja, precisavam ser matérias que, quando postadas no Facebook, tivessem uma grande interação dos usuários. Para determinar esse fator, observamos as demais matérias de cada página e constatamos que, dentre

as médias[19] de reações (curtidas e demais reações como “Haha” e Amei”) e comentários, as três matérias que terminaram por se tornar nosso corpus de pesquisas possuíam um nível de interação muito superior (como detalharemos em um quadro mais adiante), o que, como trouxemos em Barros e Carreiro (2015), pode estar relacionado ao tipo de assunto que elas trazem. Segundo os autores, as questões relacionadas a emancipação feminina (e a denúncia de violências sofridas é um dos passos desse caminho) contraria o status quo que impera nas sociedades patriarcais, bem como outros assuntos com pouco consenso na sociedade, tais como a Lei de Cotas e o casamento entre homossexuais.

Por fim, dentre as opções disponíveis, optamos por captar uma matéria de cada página, posto que, devido às limitações de tempo e espaço da pesquisa, entendemos que essa seria uma quantidade possível de ser analisada com profundidade. Isso tendo em vista que cada matéria viria a se desdobrar em dezenas de comentários e, portanto, era preciso delimitar uma quantidade para que fosse possível operacionalizar o trabalho. Sendo assim, conforme o quadro abaixo, foram selecionadas as seguintes matérias:

Quadro 2 - Médias de interações por página

Página	Localização	Notícia	Data	Média de Interações da Página	Interações da Matéria Selecionada
Portal Gaz	Regional	Bruna Molz diz ter sido vítima de assédio por ex-vereador	18/02/2020	91 reações 9 comentários 7 compartilhamentos	527 reações 440 comentários 51 compartilhamentos
Gaúcha ZH	Estadual	"Me senti vulnerável, incapaz", diz adolescente que gravou assédio de motorista de app durante corrida	17/02/2020	171 reações 57 comentários 10 compartilhamentos	1,1 mil reações 498 comentários 143 compartilhamentos

[19] Para calcular as médias de cada página, selecionamos todas as matérias publicadas em um período de 24 horas, escolhido de forma aleatória, chegando assim aos resultados exibidos no quadro.

O Globo	Nacional	Ex-BBB Felipe Prior é acusado de estupro e uma de tentativa, diz revista	03/04/2020	393 reações 140 comentários 39 compartilhamentos	2,6 mil reações 1.8 mil comentários 962 compartilhamentos

Dada a escolha das matérias acima, o próximo recorte que fizemos foi o da escolha dos comentários que seriam observados, posto que, pelo volume deles, não seria possível olharmos para todos. Para definirmos uma amostra coerente, portanto, nos apropriamos das estratégicas de amostragem para pesquisa em redes sociais elaborada por Fragoso, Recuero e Amaral (2011), que propõem a divisão dos tipos de amostras em Probabilísticas (ou Estatísticas) e Intencionais, sendo o primeiro do campo da abordagem quantitativa e o segundo da abordagem qualitativa. As autoras explicam que o primeiro tipo de amostra (probabilística) costuma ser utilizada quando se busca, quantitativamente, alcançar resultados que propiciem generalizações sobre um determinado assunto. Já o segundo (intencional) é mais corriqueiro quando se busca mostrar o significado do objeto de estudo dentro de um campo específico, ou nas palavras das pesquisadoras:

> Ao contrário da amostragem quantitativa, que se propõe a utilizar critérios probabilísticos para chegar a um modelo do universo em escala reduzida, as amostragens qualitativas buscam selecionar os elementos mais significativos para o problema de pesquisa (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2011, p.68).

Considerando o consórcio entre metodologias o melhor caminho, como citamos inicialmente, optamos por combinar lógicas quantitativas, através do uso de médias matemáticas e abordagem intencional, que nos permitiu tomar os objetos sem rigor estatístico ou intenção de generalizar, mas buscando uma amostragem significativa dentro do tema que estamos abordando. Nesse sentido, é importante destacar ainda o que diz Patton:

> A lógica e o poder das amostras aleatórias deriva da teoria estatística das probabilidades. Uma amostra aleatória estatisticamente representativa propicia confiança na generalização [dos resultados obtidos a partir da observação] da amostra para uma população maior. A amostragem aleatória também controla o quanto a seleção é tendenciosa. O propósito da

> amostragem aleatória baseada em probabilidades é a generalização da amostra para uma população e o controle dos erros de seleção. O que seria tendencioso na amostragem estatística, e portanto uma fraqueza, se transforma no foco pretendido na amostragem qualitativa, e portanto uma força. A lógica e o poder da amostragem intencional residem na seleção de casos informacionalmente ricos para estudo em profundidade. Casos informacionalmente ricos são aqueles que permitem aprender muito sobre as questões centrais que a pesquisa tem a intenção de endereçar, daí o termo amostragem intencional13 (Patton, 2002, p. 230, tradução nossa).

.

Partindo disso, optamos por selecionar os comentários que aparecem quando é acionado o filtro “Mais relevantes” do Facebook. Conforme a própria rede social descreve em sua Central de Ajuda, ao manter esse critério ativado nas postagens, o usuário verá primeiro comentários ou reações de amigos; comentários de Páginas e Perfis Verificados e comentários mais curtidos e com mais respostas. Assim, conseguimos condensar nossa amostragem em um total de 560 comentários (somadas as três matérias).

O segundo recorte que fizemos foi para selecionar quantos desses comentários teciam algum tipo de crítica às vítimas, chegando a um total 189 comentários, que corresponde a um terço do total de comentários exibidos pelo filtro “Mais Relevantes”. Pela média, portanto, teríamos 63 comentários em cada postagem. Para reduzirmos esse número a uma quantidade viável e operacional, seguimos a ideia de um terço que se apresentou no segundo recorte e decidimos selecionar também um terço dos comentários de cada matéria, chegando a um total de 21 comentários por caso. Sendo assim, consideramos nessa etapa a média matemática da soma do total de comentários de crítica às vítimas em cada caso dividido pelo número de casos (64+21+104 = 189 dividido por 3 = 63 comentários). Como um dos casos tinha, por coincidência, o total de 21 comentários, adiantamos que este caso teve sua totalidade selecionada para a análise. É importante mencionar aqui também que, na nossa pesquisa exploratória, esse caso que ao final contou com apenas 21 comentários de críticas, possuía mais comentários desse tipo. No entanto, conforme constatamos através de contato com a página GaúchaZH através do chat do Facebook, o portal costuma ocultar e excluir comentários considerados ofensivos, o que explica o motivo de termos nos deparado com um número menor no momento da seleção do que aquele que vimos na análise exploratória. Temos, portanto, a confirmação de que havia mais comentários na postagem e que eles eram, de fato, críticas à vítima. Diante disso, decidimos manter o caso posto que ele se encaixa em

todos os outros critérios que mencionamos: é de um portal Estadual, tem como tema uma denúncia de violência contra a mulher e, ainda, nos traz um perfil de vítima e um contexto do fato diferente dos outros dois casos selecionados.

Considerando a recorrência de determinadas narrativas nos comentários das três matérias selecionadas, partimos para a nossa última etapa, na qual agrupamos os comentários em quatro[20] categorias capazes de desenhar e resumir o(s) tipo(s) de julgamento(s) a que as vítimas estão expostas. Conforme detalhamos no quadro abaixo, as categorias são:

Quadro 3 - Categorias de análise

Título	
Suposição de Capitalização da Imagem	Acusação de que a vítima divulga o caso em busca de alguma notoriedade, ganho financeiro ou de capital social
Acusação de Farsa	Afirmação de que a vítima não está falando a verdade sobre os fatos ocorridos ou está exagerando a violência sofrida
Ridicularização	Comentários que tratam o fato como alvo irrelevante e sem seriedade, que pode ser usado para fazer piadas ou tratado como deboche
Ataque personalizado	Ataques à vítima como indivíduo, referindo-se a características ou atitudes da vítima que lhe deslegitimam ou impede que a violência sofrida seja digna de compaixão

A partir da decisão de analisar 21 comentários por matéria buscamos trazer um número equilibrado de comentários por categoria, almejando uma igualdade de 7 comentários de cada uma delas. Nem todos os casos tiveram essa divisão exata, posto que algumas categorias aparecem com mais evidência do que outras. Entretanto, como já definimos se tratar de uma abordagem intencional, essa exatidão não é de importância central.

Por fim, também é necessário explicar que selecionamos apenas os comentários primários, ou seja, aqueles que foram feitos originalmente na postagem e não em resposta a outros comentários. Nos três subcapítulos seguintes,

[20] Como explicaremos em seguida, a categoria do Ataque Personalizado diz respeito a apenas um dos casos, mas poderia ser aplicada futuramente em objetos com a mesma característica dele.

descreveremos individualmente cada matéria e analisaremos os seus comentários conforme os métodos detalhados e com base no referencial teórico que apresentamos anteriormente.

3.2“Ela estava esquecida, teve que dar um jeito de chamar a atenção”

Na noite de 17 de fevereiro de 2020, durante a sessão da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, no interior do Rio Grande do Sul, a vereadora Bruna Molz (PTB) foi abordada pelo ex-vereador e empresário Hardi Lúcio Panke em uma área restrita a parlamentares. Segundo ela, Panke se aproximou e afirmou que daria a ela um sutiã de presente. Depois, teria dito que ela possui “um corpo bonito”.

A situação acima foi descrita em uma matéria do Portal Gaz, site de notícias do Grupo Gazeta de Comunicações, de Santa Cruz do Sul, publicada às 10h07 do dia 18 de fevereiro, um dia após o acontecido, sob o título “Bruna Molz diz ter sido vítima de assédio por ex-vereador”. Antes disso, a própria vereadora relatou o caso em sua página pessoal no Facebook, afirmando ter sido vítima de um assédio sexual, relato que deu origem a notícia em questão e nos traz um exemplo prático do que vimos em Costa (2018) sobre o uso do relato pessoal em rede como uma ferramenta da emancipação feminina no contemporâneo. Como é de praxe do Portal, a matéria também foi compartilhada na página do site no Facebook, onde recebeu 527 reações, 440 comentários (entre primários e secundários) e teve 51 compartilhamentos.

Figura 1- Notícia do Portal Gaz

A violência que Bruna afirma ter sofrido (assédio sexual), como trouxemos em Dias (2008), corresponde a um comportamento indesejado que pode se manifestar de forma física, verbal ou não, e que tem o objetivo de violar a dignidade da vítima e criar um ambiente “intimidativo, hostil, humilhante ou ofensivo”. Por se dar através da linguagem, trata-se de uma violência simbólica, aos moldes do que trouxemos em Recuero e Soares (2013). Ao tornar-se caso de uma matéria de jornal, essa violência foi exposta à opinião do público, que passou a julgar o acontecimento e a reação da vereadora nos comentários da postagem no Facebook, concretizando um tipo de tecnointeração, como vimos em Sodré (2006), que se encaixa nas interações mútuas de Primo (2013) e na lógica de circulação da informação que caracteriza o contemporâneo (BARBOSA, 2013), já que o texto jornalístico passou a contar com uma resposta imediata do público leitor. Essa resposta, por sua vez, como mostramos em Palacios (2010) também pode ser interpretada como uma parte do texto jornalístico, já que funcionaria como anotações de margem, pois, embora não integrem a narrativa original, podem passar a ser incorporadas e levadas em consideração por aqueles que acessam o texto através da página no Facebook.

Conforme detalhamos na metodologia deste trabalho, selecionamos parte dos

comentários feitos na postagem com o objetivo de compreender que tipo de narrativa emerge a partir de uma notícia como esta da qual estamos tratando. Como a parlamentar, diferente das demais vítimas, é uma pessoa pública, que já contava com uma opinião sobre si mesma formada pelos leitores e que, como veremos, já esteve envolvida em situações polêmicas, o caso dela conta com uma categoria extra, do Ataque Personalizado, que fez com que o número total de comentários analisados fosse maior do que nos demais casos – ao todo foram 25.

Conforme detalhamos anteriormente, essa categoria diz respeito a um tipo de ataque feito em relação à vítima como indivíduo e não como grupo social (mulher). Nesse tipo de ataque, os usuários referem-se a características e experiências singulares da vítima que, para eles, deslegitimam ou impedem que, diante da violência sofrida, essa vítima seja digna de compaixão.

Quadro 4 – Relação de comentários do Caso Bruna

Caso Bruna	
Total de comentários quando ativado o filtro “Mais relevantes”	112
Categorizáveis para análise (que atacam à vítima)	64
Categoria “Suposição de Capitalização da Imagem”	7
Categoria “Acusação de Farsa”	7
Categoria “Ridicularização”	7
Categoria “Ataque personalizado”	4

Começaremos com os comentários que afirmam que a vereadora trouxe o caso à tona em uma tentativa de obter algum tipo de benefício próprio e que, portanto, pertencem à categoria da “Suposição de Capitalização da Imagem”:

Figura 2 - Comentário 1

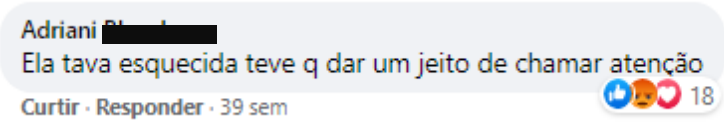


Figura 3 - Comentário 2

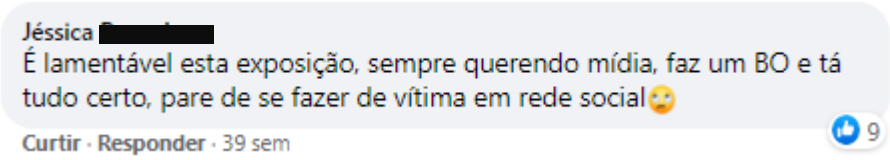
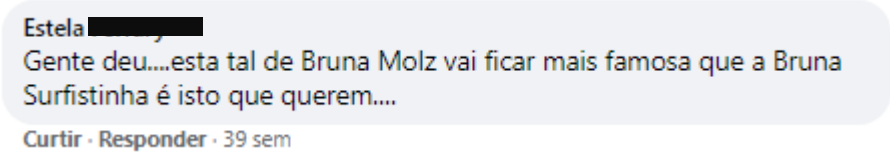


Figura 4 - Comentário 3



Ao observarmos os comentários 1,2 e 3 (acima, nas figuras 2,3 e 4), percebemos que há um descrédito em relação à fala da vereadora, já que denunciar o assédio sofrido, segundo os usuários, não seria sua verdadeira intenção ao expor o acontecimento. A parlamentar é acusada de utilizar de uma violência para conseguir algo em troca, como se a violência fosse algo passível de gerar algum tipo de benefício à vítima e, portanto, a exposição da violência é que devesse ser condenada.

Segundo o autor do comentário 1, Bruna teria feito a denúncia com o intuito de chamar a atenção do público para si. Já para o autor do comentário 2 ela deveria apenas ter registrado o caso em uma delegacia, limitando sua voz ao espaço íntimo. O comentário 3, por sua vez, pede para que os usuários neguem a atenção que supostamente está sendo requisitada pela vereadora, sob a justificativa de que a parlamentar ficaria tão famosa quanto Bruna Surfistinha, prostituta brasileira que teve um filme produzido sobre sua história. Para estes três usuários, a denúncia feita por Bruna tem um interesse por trás, ideia que faz com que eles desconsiderem a violência e julguem apenas a publicização dela, pela qual entendem que a vereadora deve ser rechaçada.

Figura 5 - Comentário 4

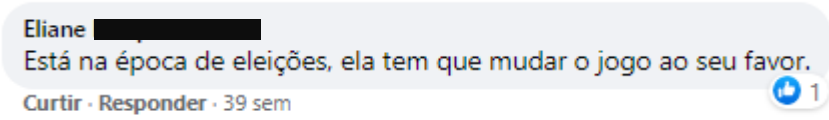


Figura 6 - Comentário 5

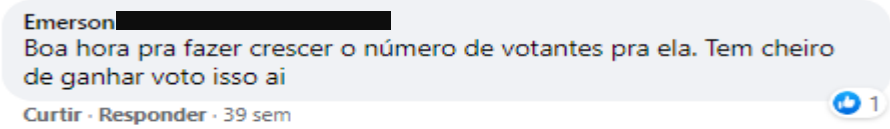


Figura 7 - Comentário 6

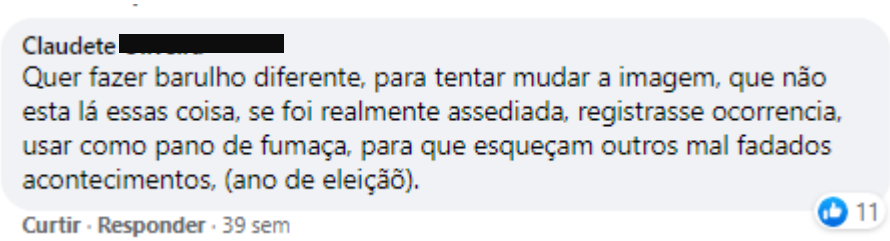
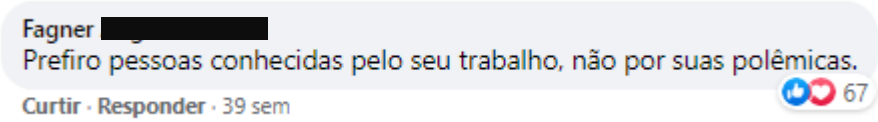


Figura 8 - Comentário 7



Os comentários 4, 5 e 6(acima) reforçam essa ideia aparentemente comum entre os leitores, de que a vereadora teria feito a denúncia de assédio para conseguir algum benefício em troca: atenção e “mídia” na visão de uns, prestígio eleitoral na opinião de outros. A repetição dessas ideias por diferentes atores sociais nos leva a crer que possa haver por trás dessas narrativas um tipo de intenção de ganho de capital social com a propagação dessas ideias, já que boa parte dos comentários desse tipo receberam reações positivas (“curtir”, “amei”, “haha”) de outros leitores, o que segundo Recuero (2014) teria uma série de funções conversacionais, como mostrar que o comentário foi lido, manifestar concordância ou apoiar o comentarista. Dessa forma, partindo das ideias da autora, podemos pensar que os comentários não são feitos pelos leitores apenas como uma maneira de manifestar opinião ou contribuir para a discussão, mas também como uma possibilidade de conseguir aprovação de outros usuários e, por consequência, algum tipo de capital social, o que também pode ser uma justificativa ou motivo pelo qual as pessoas tendem a expor suas opiniões nesse tipo de espaço.

Além disso, os comentários também parecem se configurar em um comportamento já conhecido do senso comum como “efeito manada”, que tem base teórica nas escritas de Freud (1930) sobre a agressividade na sociedade de massa e diz respeito à reprodução de atos da maioria, muitas vezes sem que se entenda o motivo. Nesse contexto, no entanto, poderíamos buscar um motivo para esse comportamento nos próprios comentários, já que como vimos em Palacios (2010) os comentários em matérias jornalísticas no Facebook tendem a funcionar como anotações de margem (ou marginalias), que acabam sendo incorporadas pelos leitores e se misturam ao conteúdo do texto original. Se pensarmos que há uma

tendência dos leitores de ler apenas a o título e a linha de apoio dessas notícias, esse motivo nos parece ainda mais coerente.

No último comentário desta categoria (acima, Figura 8) o autor da narrativa foge um pouco do padrão das demais narrativas ao afirmar que prefere pessoas conhecidas por seu trabalho e não por suas polêmicas, dando a entender que não gostaria de saber do assédio sofrido pela vereadora. Assim, passa a ideia de que a vereadora teria trazido o caso à tona com o intuito de expor uma situação problemática (polêmica), quando deveria simplesmente omiti-lo para dar preferência a uma narrativa sobre sua atuação na Câmara. Ao supor essa atitude, o que o comentarista nos mostra é que, na sua visão, a denúncia de uma violência seria um direito da vítima, mas algo desnecessário e que não deveria vir a público. Assim, por fim, assemelha-se a ideia de Suposição de Capitalização da Imagem proferida pelos demais comentários acima.

3.2.1 Da Acusação de Farsa: “Tu tem como provar isto?”

Na segunda categoria de análise – Acusação de Farsa, na qual se encaixam os comentários a seguir, os usuários afirmam que a parlamentar estaria se vitimizando ao relatar o assédio e mentindo sobre como se sentiu diante do assédio. Essas narrativas nos mostram um novo tipo de assédio, dessa vez moral, que a vereadora passa a sofrer por parte dos usuários. Ou seja, ao ser acusada de se vitimizar e mentir sobre uma violência, ela sofre um tipo de humilhação e inferiorização que, segundo Marques et al. (2012), configura o assédio moral, mediante calúnia e difamação. Uma questão importante aqui é perceber que esse tipo de comentário (bem como aqueles que colocamos em outras categorias), são feitos também por mulheres, que são as principais vítimas de violências como a sofrida por Bruna. Como mencionam Recuero e Soares (2013), são outras vítimas que não se reconhecem como vítimas ou como grupo estigmatizado e que, com uma falsa sensação de serem os estigmatizadores, acabam estigmatizando a si mesmas e ao seu grupo.

Figura 9 - Comentário 8

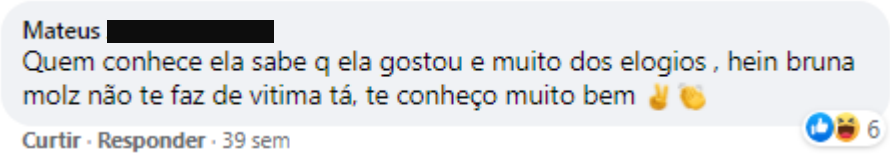


Figura 10 - Comentário 9

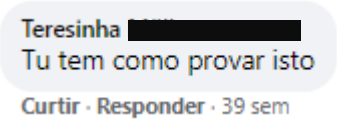


Figura 11 - Comentário 10

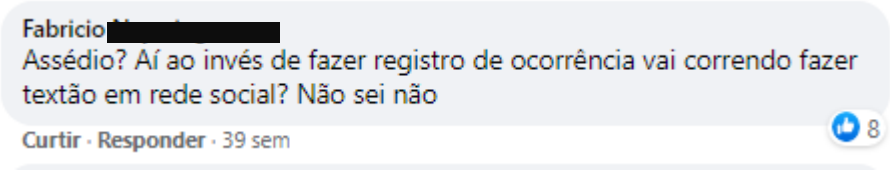
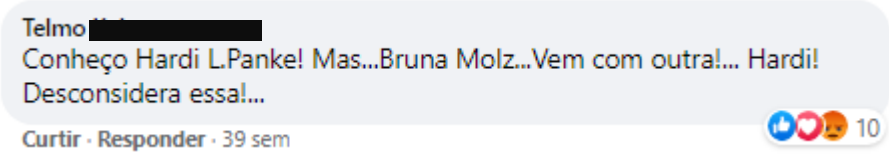


Figura 12 - Comentário 11



No comentário 8 o usuário afirma que Bruna teria gostado do elogio mas estaria “se fazendo de vítima” e mentindo de tratada de um assédio. O comentário 9 questiona se a parlamentar tem provas do ato e o comentário 10 dúvida da denúncia pelo fato de ela ter falado sobre o caso em sua própria página no Facebook. Já o comentário 11, além de duvidar da vereadora ao escrever “Vem com outra!”, expressão que denota descrédito diante de alguma afirmação, consola o agressor e o orienta a “desconsiderar essa” denúncia.

Figura 13 - Comentário 12

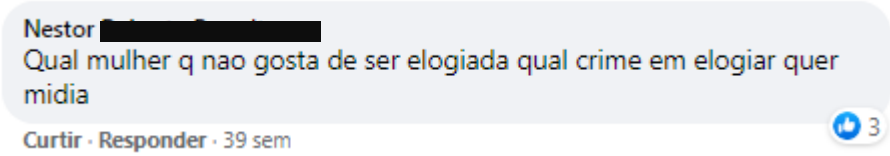


Figura 14 - Comentário 13

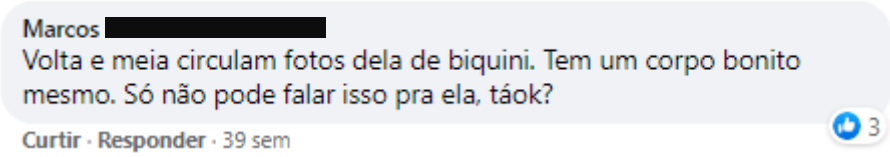
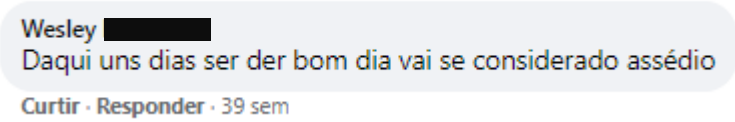


Figura 15 - Comentário 14,



Nos comentários acima, ainda na categoria de Acusação de Farsa, nos deparamos com o que França (2019) chama de sentimento de ressentimento e é algo que possui relação direta com os discursos de ódio. Segundo o autor, há nesse tipo de dinâmica uma relação imaginária do ressentido com o outro, a quem ele enxerga como um usurpador. Nesse caso, o que os autores dos comentários parecem sentir que está sendo tirado deles é o "direito" de assediar, posto que, historicamente, como trouxemos em Bourdieu (1989), os homens estão habituados com uma relação de gênero em que o masculino se coloca de forma superior e a quem é permitido tratar o Outro, no caso, o feminino, como inferior e, inclusive, como objeto – neste caso, sexual. À luz do que nos diz Karnal (2016), esses comentários seriam prova de sentimento do sentimento de medo experimentado por parte do masculino de perder esse espaço tradicional de identidade e poder e, como vimos em Faustino (2020), viriam à tona com tanta força em espaços como os dos comentários porque, além das questões de ganho de capital social e efeito manada, parte dos usuários se sentiria protegida pela falsa ideia de que o virtual se difere do offline. Para esses usuários, as regras de boa convivência e os próprios direitos individuais não se aplicariam em ambientes como o Facebook.

3.2.2 Do Ataque Personalizado: "Pede Auxílio para os caminhoneiros"

No nosso terceiro grupo de comentários, que se encaixam na categoria do Ataque Personalizado, encontramos ataques que se referem a uma peculiaridade do caso Bruna, por conta da já mencionada polêmica na qual a vereadora se envolveu:

Figura 16 - Comentário 15

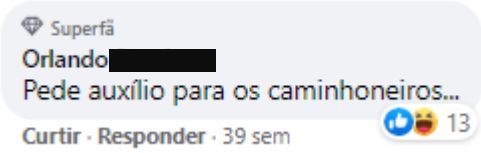


Figura 17 - Comentário 16

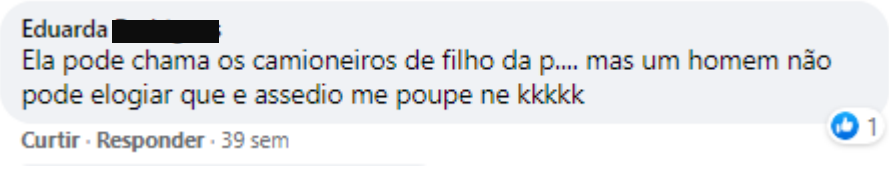


Figura 18 - Comentário 17

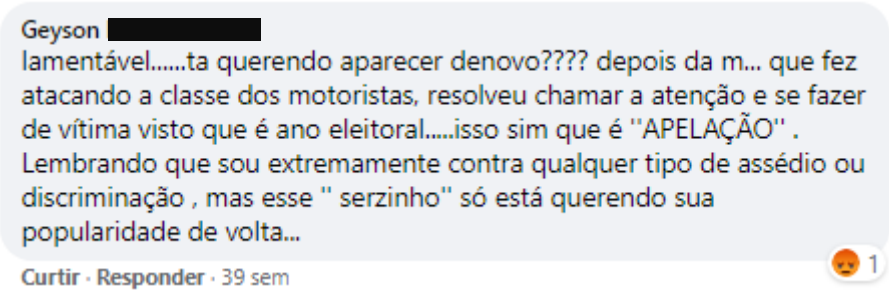
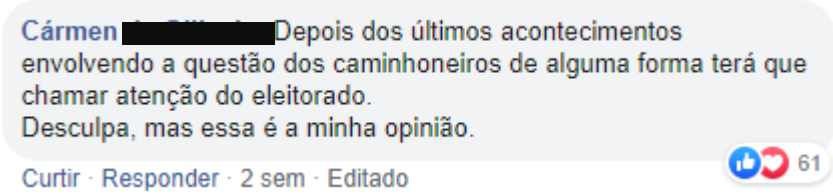


Figura 19 - Comentário 18



Observando esses comentários percebemos que os usuários entendem que a vereadora “mereceu” a violência sofrida ou, ao menos, não teria o direito de denunciá-la e reclamar já que teria cometido um erro ao ofender a categoria dos caminhoneiros. Embora o autor nos traga a ideia de um ressentimento subjetivo, que se aplica mais diretamente ao grupo de comentários anterior, há nesse caso um ressentimento concreto pela ideia de que Bruna errou e deve pagar por isso, ainda que seja um pagamento com o mesmo tipo de violência pela qual é “condenada”. Há nesses comentários ainda uma característica bastante marcante das redes sociais, como trouxemos em Jenkins (2009), Zago (2014) e Barbosa (2014), que é a da circulação da informação, bem como dos aspectos apontados por Recuero (2013) sobre persistência buscabilidade nas redes.

Ou seja, uma notícia que havia sido publicada meses antes e que contou com uma repercussão no Facebook, retorna nas narrativas dos usuários quando estes decidem observar e julgar a nova notícia, não permitindo que a anterior seja esquecida e tornando-a a parte de uma nova narrativa. Assim, além de a notícia anterior

continuar online (persistência), ela é resgatada (buscabilidade) e repercutida novamente, mesclando-se à mais recente.

Ao fazer isso e considerar Bruna “culpada” no caso dos caminhoneiros, os usuários também recorrem a ideia de Khaled Junior (2016) de que, a partir do nosso sistema penal, a sociedade tende a separar os indivíduos em “nós” e “eles”. Nesse caso, os usuários podem achar que Bruna está entre “eles” e, por ser mulher, sabemos que dentro da estrutura patriarcal ela é ainda vista como o “Outro”. Além de ser “Outro”, Bruna é “eles” e seu “crime” não é perdoado em um ambiente em que tudo se recorda, circula e pode ser acessado quantas vezes for necessário.

3.2.3 Da Ridicularização – “Para ela se interessar por ti, só se tu virar um cachorro ou cavalo”

Na nossa quarta e última categoria de análise, a da Ridicularização, vemos usuários que utilizam a violência sofrida pela vereadora para fazer piada e minimizar a seriedade do acontecido. No comentário 19, o autor invoca o agressor e afirma que a vereadora só se interessaria por ele caso ele fosse um cachorro ou cavalo, já que Bruna é ativista da causa animal. Já no comentário 20, o usuário ironiza o ocorrido ao afirmar que, se a ele fosse oferecida uma peça de roupa íntima, aceitaria “de boa”. Ao fazer isso, desconsidera o contexto do fato e as relações de poder simbólicas ali presentes e minimiza a gravidade da violação, deixando implícito que, ao considerar a fala do agressor um tipo de assédio, a vereadora exagerou ou agiu de forma equivocada. A autora do comentário 21, por sua vez, afirma que a Câmara de Vereadores parece com o reality show Big Brother Brasil, conhecido por suas polêmicas e divergências entre os participantes. Ao fazer isso, compara uma denúncia de assédio a um programa de entretenimento.

Figura 20 - Comentário 19

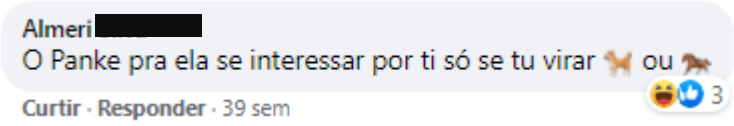


Figura 21 - Comentário 20

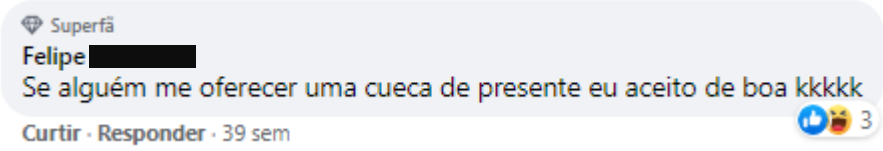


Figura 22 - Comentário 21

Figura 23 - Comentário 22

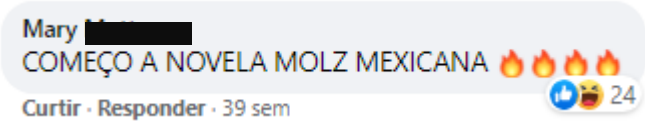
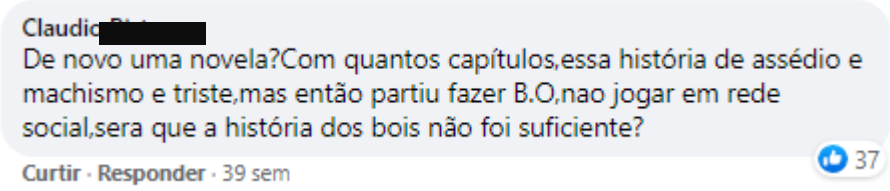


Figura 24 - Comentário 23



Os comentários acima nos trazem a dimensão da falta de credibilidade com que a voz de Bruna é percebida. Por se tratar de uma violência simbólica, em que o relato da vereadora é a única prova do fato, os leitores parecem se sentir autorizados a duvidar da sua veracidade a ponto de transformar o ocorrido em algo passível hde deboche. No último comentário o usuário o acontecido com uma “novela”, termo que em sentido figurado se refere a uma situação de difícil solução[21].

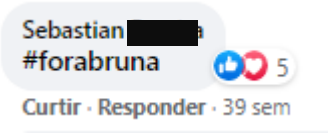
Atentando para o contexto desses comentários, entendemos que os leitores fazem uma conexão com a polêmica dos caminheiros para colocar a vereadora na posição de alguém que está constantemente envolvida em situações complicadas, o que pode nos trazer a ideia de que ela mesma seria uma pessoa complicada e, portanto, sem credibilidade. Por não ter credibilidade, sua denúncia também não

[21] Conforme o dicionário Oxford, trata-se de: “3. Figurado (sentido) + figuradamente: um caso, situação complicada e de difícil solução. "o processo de divórcio foi uma verdadeira novela" (OXFORD, 2021)

poderia ser levada a sério.

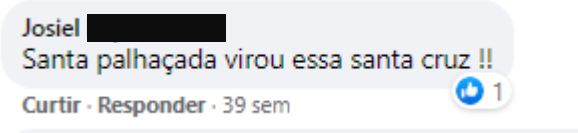
No comentário 24 (abaixo) o autor opta por utilizar uma *hasthag*, que como já comentamos tem o poder de aglutinar comentários e motivar atos repetidos e pessoais que se tornam coletivos nas redes sociais, pedindo “fora Bruna”, ou seja, que a vereadora seja retirada de sua posição de membra do legislativo municipal. A sutileza desse comentário consiste em ignorar a notícia e apenas se manifestar de forma contrária a ela, mostrando que o que aconteceu ou foi relatado pela vereadora não teria importância ou, ainda, que pesa de forma negativa contra ela, causando repúdio no lugar de empatia.

Figura 25 - Comentário 24



Por fim, no último exemplo dessa categoria e do caso Bruna Molz, selecionamos um comentário que atribuiu ao fato o título de “palhaçada” (figura 35). Com efeito parecido ao do comentário anterior, nos parece que para o autor não é relevante comentar a veracidade ou a relevância do fato, já que a denúncia ou o próprio acontecido seriam absurdos ao ponto de transformar a cidade inteira onde aconteceram em um “circo” (dado o termo palhaçada), onde impera o humor, a brincadeira e a trapalhada. O que era uma violência, portanto, se transforma em matéria prima circense, retirada de seu ambiente de seriedade (a Câmara Municipal) e relevância (o fato de ser uma violência)

Figura 26 - Comentário 25



Todos os comentários que trouxemos até aqui parecem convergir para um mesmo ponto: o descrédito em relação ao fato sofrido e denunciado pela vereadora Bruna Molz. Mais do que ser desautorizada em seu relato, Bruna é acusada de utilizar o acontecido para tentar conseguir algum benefício (chamar a atenção ou conseguir votos), é ridicularizada, comparada a uma prostituta, acusada de criar mais polêmicas do que trabalhar, chamada a se retirar de cena e culpada pela suposta trapalhice de

uma cidade inteira, ainda que em sentido figurado.

Essas narrativas de desprezo, revitimização e violência poderiam ser "justificadas", no sentido de serem causadas, pela polêmica dos caminhoneiros. No entanto, como veremos a seguir, elas não são direcionadas somente a mulheres públicas, nem apenas aquelas que se envolveram em algum episódio que desagradou parte de uma população, mas parecem emergir do que Faustino (2020) chama de necessidade de consumo da vida alheia que existe no ciberespaço onde, protegidos por uma falsa sensação de liberdade irrestrita, os usuários parecem se sentir autorizados a exercer a manifestação plena dos seus pensamentos, mesmo que estes sejam estigmatizadores, preconceituosos ou discriminatórios.

3.3 "Talvez ela tenha dado bola para ele"

"Me senti vulnerável, incapaz" foi a frase escolhida pelo portal de notícias GaúchaZH" para intitular a reportagem[22] que tratou sobre a denúncia de uma adolescente de 17 anos contra um motorista de aplicativo. A jovem, que acionou um veículo para se deslocar na Região Metropolitana de Porto Alegre, filmou o assédio sexual que sofreu do condutor, que a elogiava e tentava convencer-lhe a se relacionar com ele, apesar de a jovem afirmar ser menor de idade e não ter interesse. Assim como no caso de Bruno, a notícia foi produzida após o relato pessoal da vítima em sua página na rede social. Compartilhada na página do Facebook de Gaúcha ZH (figura 35), a reportagem teve 498 comentários, 143 compartilhamentos e 1,1 mil reações. Para efeito de comparação sobre o alcance da matéria, as reportagens de GaúchaZH, como trouxemos em capítulo anterior, costumam atingir uma média de 57 comentários,10 compartilhamentos e 171 reações na rede social em questão.

[22] Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/02/me-senti-vulneravel-incapaz-diz-adolescente-que-gravou-assedio-de-motorista-de-app-durante-corrida-ck6r41i100hu801mvkbgtrt9u.html?fbclid=IwAR0_AyO70Vk_9adzHRoMRl7dQu6wZElu_yDd7rLplcz03HXJ0pPKLrFQfTA

Figura 27 - Notícia do portal GaúchaZH

Ao analisarmos os comentários, partindo do nosso critério de utilizar o filtro de "Mais relevantes", nos deparamos com um total de 97 comentários primários, dos quais 21 tecem críticas à vítima ou questionam a legitimidade do fato de alguma forma (ver quadro abaixo). Por se tratar de um número reduzido em relação ao caso anterior, em que tivemos que fazer um segundo recorde para poder tornar a análise viável, aqui vamos olhar para todos os comentários.

Quadro 5–Relação de comentários do Caso Uber

Caso Uber	
Filtro mais relevantes	97
Categorizáveis para análise (que atacam à vítima)	21
Categoria "Suposição de Capitalização da Imagem"	7
Categoria "Acusação de Farsa"	7
Categoria "Ridicularização"	4
Categoria "Ataque personalizado"	-

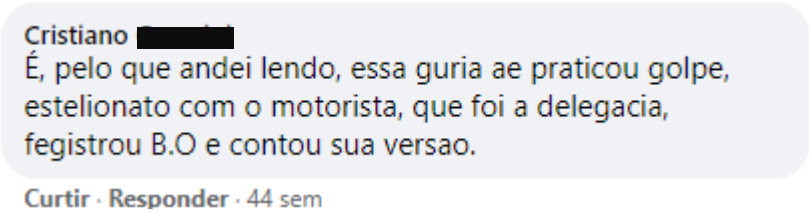
É importante mencionarmos que entramos em contato com a GaúchaZH (anexo 1) a partir do próprio Facebook e questionamos a página sobre algum tipo de filtro manual que pudesse ter sido feito na matéria, já que alguns comentários que capturamos uma semana após a publicação da matéria haviam sido deletados quando retornamos à página para revisar e concluir e a coleta das narrativas alguns meses depois. A empresa confirmou que determinados comentários são excluídos pelos administradores da página quando estes compreendem se tratar de algo ofensivo. No entanto, não nos foi informado se nessa notícia específica o filtro aconteceu e nem mesmo quantos comentários teriam sido deletados.

Neste caso, não encontramos comentários que pudessem se encaixar na categoria de Ataque Personalizado, o que atribuímos ao fato de a vítima não ser uma pessoa pública, ao contrário de Bruna, como vimos no caso anterior. Há aqui, no entanto, uma peculiaridade em relação ao fato, já que o crime relatado pela vítima envolve uma categoria de profissionais, os motoristas por aplicativos. Ao denunciar um assédio sofrido dentro de um carro de carona por aplicativo, portanto, o relato da vítima coloca em xeque a segurança desse tipo de serviço, o que motivou muito mais comentários em defesa da profissão e/ou de análise a esse tipo de serviço, do que de crítica a vítima em si. Não selecionamos esses comentários por entender que eles não seriam relevantes para a análise, já que estamos nos debruçando sobre a questão dos comentários que, de alguma forma, criticam ou julgam as mulheres vítimas de violência, e não a segurança dos locais onde os crimes acontecem.

Em relação à categoria da Suposição de Capitalização de Imagem, encontramos sete comentários. O primeiro deles (Abaixo), acusa a vítima de ter mentido sobre o crime, que teria sido relatado por ela como parte de um esquema de estelionato contra o motorista. A narrativa, além de supor a capitalização da imagem da qual estamos tratando, ainda comete uma violência moral, aos moldes do que trouxemos vide Lei Maria da Penha (embora, ressaltemos, não se configure na lei por não haver relação entre as partes), posto que o usuário age de forma caluniosa. O que percebemos é que, ao denunciar a primeira violência sofrida – o assédio sexual dentro do veículo – a vítima depara-se com uma segunda violência, dessa vez simbólica, sendo acusada de ser uma criminosa.

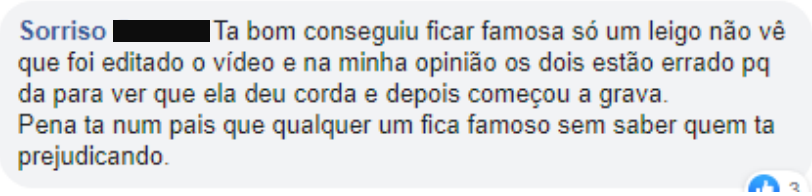
Figura 28 - Comentário 26

Figura 28 - Comentário 26



Distorção semelhante acontece no comentário 16, em que o usuário se considera um especialista ao dizer que “só um leigo não vê que foi editado o vídeo”, afirmando que a jovem gravou o vídeo com o objetivo de ficar famosa e que, para cumprir com tal objetivo, provocou o assédio. Ao finalizar com a afirmação de que “qualquer um fica famoso sem saber quem tá prejudicando”, o comentarista dá ainda a ideia de que a vítima da situação é o motorista, que seria prejudicado pela suposta armação e farsa da menina.

Figura 29 - Comentário 27



Já no comentário 17, não fica claro quem o usuário está acusando de estar “lucrando” com a situação, posto que, ao admitir que o motorista assediou a jovem parece estar transferindo o papel de “tirar proveito” da situação para o veículo de imprensa que publicou na notícia. No entanto, ainda afirma que a menina vai “ganhar muitos click” com a divulgação da violência sofrida, transformando o sofrimento da jovem, expresso em sua própria fala, que intitula a matéria, em mercadoria. A mesma ideia de que a vítima denunciou o assédio em busca de capital nas redes sociais (clicks, likes) aparece no comentário 18. O que vemos na fala desses dois atores sociais é a repetição da ideia de que a fala da mulher não tem credibilidade e de que a violência sofrida não é crível – mesmo quando há um vídeo comprovando.

Figura 30 - Comentário 28

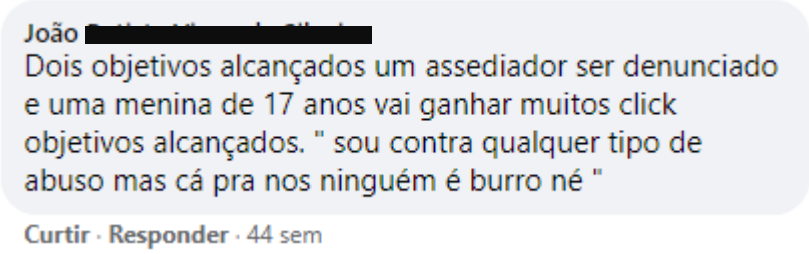
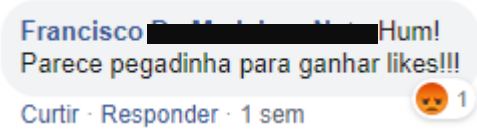


Figura 31 - Comentário 29



No comentário 30 (abaixo), a Suposição da Capitalização da Imagem une-se àideia de que a vítima estaria aderindo a uma tendência, o que supõe que outras mulheres (ou talvez até homens) estariam “inventando” assédios para obter algum tipo de benefício. O comentário, feito por uma mulher, demonstra algo que já citamos anteriormente e que reaparece: um sujeito historicamente estigmatizado, que não se percebe como tal e passa a estigmatizar o seu próprio grupo social.

Figura 32 - Comentário 30

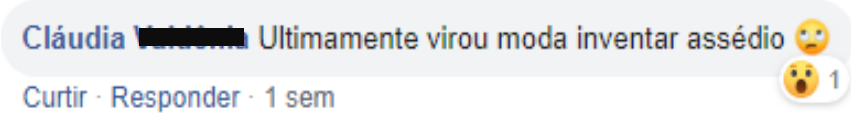
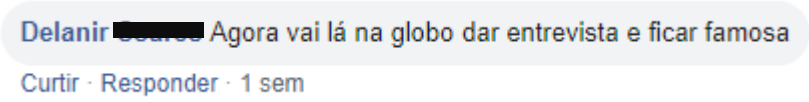


Figura 33 - Comentário 31

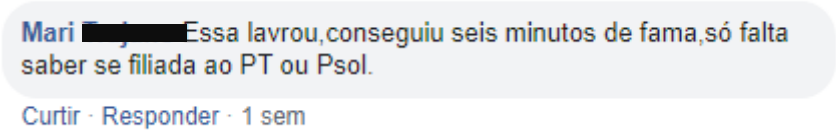


Já no comentário 31 o usuário afirma que a assediada irá se beneficiar da posição de vítima de um crime e, portanto, de fonte para matérias, para ficar famosa via emissoras de televisão. O comentário minimiza e oculta o real fato contido na notícia: uma jovem de 17 anos sofreu assédio dentro de um carro de aplicativo por carona. Da mesma forma, o comentário 21 acusa a vítima de ter exposto a situação apenas em busca de fama e ainda supõe que ela está filiada a algum partido de esquerda, conhecidos por defender as pautas voltadas à proteção e emancipação das minorias, dentre elas o feminismo. É um comentário que nos mostra que há um

problema maior do que admitir que uma mulher foi assediada e que, portanto, o assédio existe e que há um limite a ser respeitado pelos homens, até então acostumados a usufruir da sua posição de poder para “elogiar” as mulheres independente da vontade delas.

O problema transpassa o caso analisado, pois como vimos em Santos e Tanscheit (2019) e Karnal (2016) o Brasil vive um momento de ascensão das políticas de direita, que por sua vez buscam o declínio das conquistas obtidas por grupos ativistas e suas pautas, especialmente as identitárias, comumente atribuídas aos seus opositores ideológicos.

Figura 34 - Comentário 32



3.3.1 Da Acusação de Farsa: “O cara não fez nada”

Partindo para a segunda categoria de análise, a da Acusação de Farsa, vamos ao comentário 33, abaixo, em que o usuário acusa a vítima de ter “puxado assunto” com o motorista a fim de provocar o assédio e poder gravar o acontecido com o objetivo de “se passar por vítima”. Ao usar os termos “seduzida” e “cantada”, o autor do comentário coloca a atitude do motorista em um campo positivo, tratando o assédio como algo benéfico à mulher. Em contraponto à isso, ao afirmar que o mesmo motorista “caiu na lábia” da vítima, inverte as posições de vítima e agressor, transformando a menina assediada em culpada e o motorista em presa, recorrendo à ideia permeada pela cultura do estupro, como vimos em Rost e Vieira (2015) e Fletcher (2010), de que o estuprador ou, nesse caso, o assediador, é sempre um homem que acaba por ceder às tentações da mulher, ou seja, é levado pela vítima (tratada como desencadeadora da própria violência sofrida) a assediar.

Figura 35 - Comentário 33

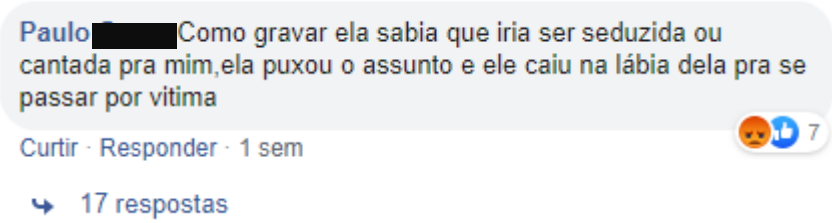
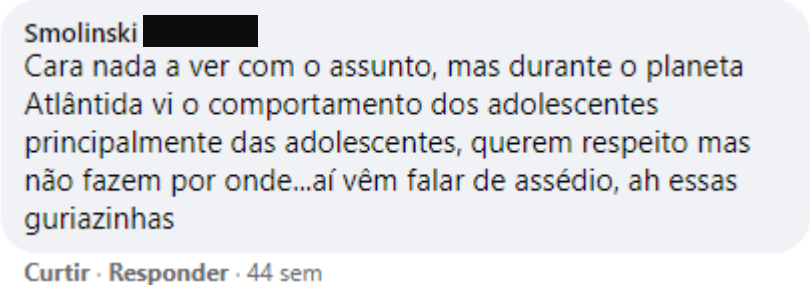


Figura 36 - Comentário 34



Em sua narrativa, o autor comentário 34 acessa uma experiência pessoal, em que afirma ter presenciado um grupo de adolescentes agindo de forma em que o respeito lhes poderia ser negado para julgar a vítima. Trata-se de uma estereotipação e novamente culpabilização da mulher, especialmente mulheres jovens que, na visão da sociedade estruturalmente machista, provocam violências contra elas ao agirem de forma contrária àquilo que lhes é exigido ou esperado (passividade, recato, reclusão ao espaço do lar). Ao mencionar o Planeta Atlântida, festival de música tradicional no Rio Grande do Sul, o usuário compara o ambiente de um carro de carona por aplicativo ao de uma festa. Não é questionada a atitude do motorista e nem mencionada a atitude dos homens do festival em questão, transferindo assim toda a culpa e julgamento para as mulheres que, pela lógica do usuário, não devem nem frequentar festivais de música nem utilizar o sistema de transporte por aplicativo, pois em ambos esses locais elas poderão ser assediadas de forma justificável, como uma punição ao comportamento “inadequado” que adotam.

De forma menos explícita os comentários 35, 36 e 37 afirmam que a história estaria “estranha” e, portanto, também desautorizam a fala da vítima, uma vez que é a versão dela que está sendo narrada na matéria.

Figura 37 - Comentário 35

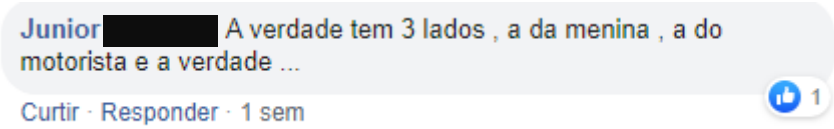


Figura 38 - Comentário 36

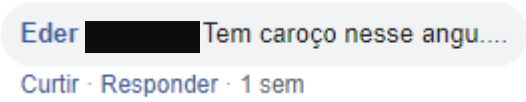
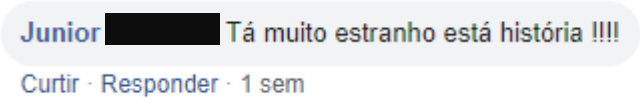


Figura 39 - Comentário 37



Já no comentário 38, o usuário afirma que o motorista não assediou a jovem, duvidando do relato da moça e da reportagem, que apresenta prova em vídeo sobre o ocorrido. É importante aqui acessar as relações de poder simbólico definidas que trouxemos em Bourdieu (1989; 1999) para refletirmos sobre o porquê de as pessoas não acreditarem na mulher violentada e, por conta disso, a violentarem. Nos parece que isso é algo que acontece porque, mesmo nas redes sociais, onde em um primeiro momento todos são convidados a narrar e se expressar, a mulher continua sendo mulher e, portanto, pelas normas impostas pelas relações simbólicas de poder, não tem suas falas validadas mesmo quando apresenta provas que a sustentem.

Figura 40 - Comentário 38

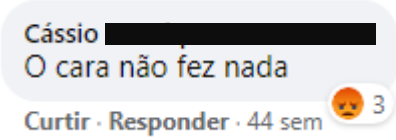
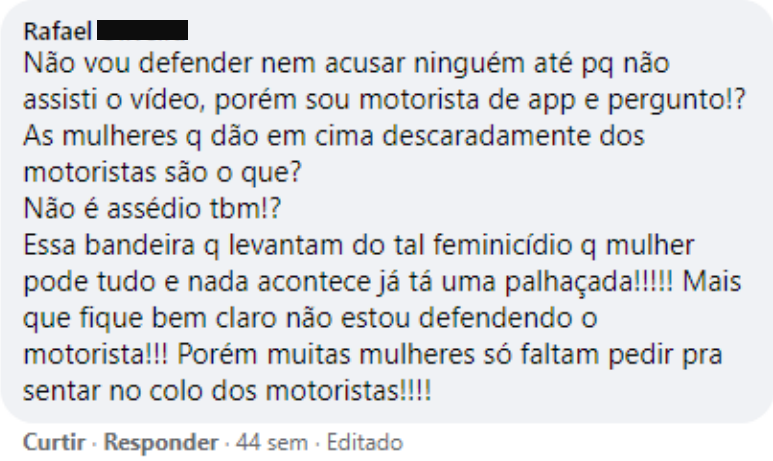


Figura 41 - Comentário 39


Rafael [redacted]
Não vou defender nem acusar ninguém até pq não assisti o vídeo, porém sou motorista de app e pergunto!? As mulheres q dão em cima descaradamente dos motoristas são o que?
Não é assédio tbm!?
Essa bandeira q levantam do tal feminicídio q mulher pode tudo e nada acontece já tá uma palhaçada!!!!! Mais que fique bem claro não estou defendendo o motorista!!! Porém muitas mulheres só faltam pedir pra sentar no colo dos motoristas!!!!
Curtir · Responder · 44 sem · Editado

No comentário39, o autor, mesmo iniciando sua narrativa com a afirmação de que não quer “defender nem acusar ninguém, até porque não viu o vídeo”, culpa mulheres e tenta colocar os homens em uma situação de vítimas ao buscar descredibilizar as mulheres, em especial aquelas que, assim como a moça da reportagem, andam em carros de carona por aplicativo. Ao afirmar que não viu o vídeo que prova o fato relatado pela vítima, o usuário demonstra que não tem interesse em confirmar a história e parece querer culpar a menina por entender que ela estaria difamando homens que, assim como ele, são motoristas de aplicativo.

O comentário 40 começa da mesma forma, com a afirmação de que o usuário não pretende escolher um lado (embora nos pareça que não há do que duvidar, posto que há um vídeo sobre o ocorrido), mas termina afirmando que a vítima “deu trela e acabou no que aconteceu”. A mesma lógica se repete nos três comentários seguintes (41 e 42) nos quais os usuários sugerem que a vítima “talvez tenha dado bola pra ele” e que acharam errado “ela dar assunto”. Ao fazer esse tipo de afirmação, os usuários estão afirmando que duvidam do relato da vítima e sugerem que, se talvez haja verdade no fato, é preciso considerar que a vítima possa ter “merecido” o ocorrido. Novamente, trata-se da ideia de crime sexual, neste caso o assédio, como punição, como trouxemos em Rost e Vieira (2015).

Figura 42 - Comentário 40

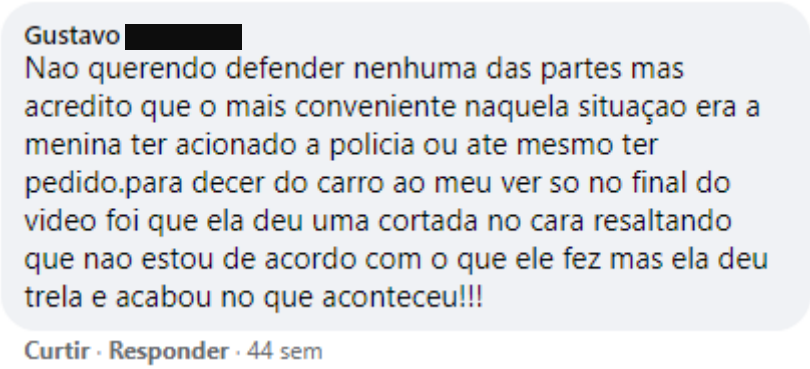


Figura 43 - Comentário 41

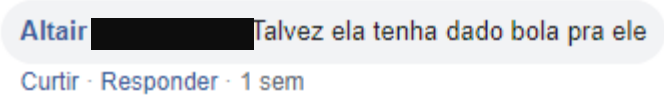
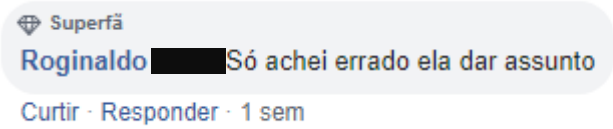


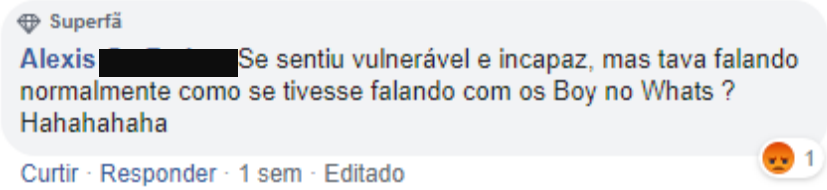
Figura 44 - Comentário 42



3.3.2 Da Ridicularização: “Que comece o mimimi”

Compatíveis com a categoria de Ridicularização, que encerra este capítulo, encontramos 4 comentários.

Figura 45 - Comentário 43



Na narrativa acima, o usuário questiona os sentimentos que foram relatados pela vítima no título da matéria, de que ela se sentiu vulnerável e incapaz, e dá a entender que a vítima agiu de forma inadequada quando o assédio ocorreu. Sendo assim, acusa a menina de farsa ao mesmo tempo em que insinua que a atitude do motorista pode ter sido causada por algo que ela fez, culpabilizando a vítima. As

risadas ao fim da sentença (hahahaha) e a pergunta em tom irônico demonstram descaso por parte do usuário, que faz piada do relato da vítima enquanto a transforma em mentirosa e culpada. Como vimos em Rost e Vieira (2015), esse tipo de culpabilização da vítima é algo comum nas sociedades patriarcais e faz parte da cultura do estupro, na qual mulher é apontada como a responsável pelos crimes sexuais cometidos contra ela, e onde o julgamento desse tipo de violação, pelo senso comum, é atravessado por apontamentos sobre a moralidade feminina.

O mesmo tipo de descaso com a gravidade do fato ocorrido pode ser visto nos dois comentários abaixo (figuras 44 e 45) que trazem à tona os termos “mimimi” e “geração nutella” para se referir ao incômodo da menina com a situação de assédio. “Mimimi”, nesse contexto, é um deboche, uma minimização dos fatos, uma acusação de que a vítima está exagerando, aumentando o fato, problematizando algo que, na opinião dos usuários, não deveria ser problematizado. Já “geração Nutella” refere-se à ideia de que os jovens do contemporâneo seriam dramáticos e sensíveis.

Tanto o termo “mimimi” quanto a expressão “geração nutella”[23] são expressões provenientes das próprias redes sociais que demonstram como esses ambientes virtuais têm impacto na nossa sociedade, como afirmamos em Castells, 2000 e 2003; Sodré, 2006; Aparici, 2012; Jenkins, 2009; Recuero, 2014 e Porto, 2014, já que são capazes de interferir até mesmo na linguagem e nas narrativas que, como demonstramos através de Motta (2012) são essenciais para que possamos compreender o mundo e explicá-lo. Pelbart, em um ensaio sobre o mimimi, escreveu um texto que o resume e cabe muito bem nesta análise, como demonstra o trecho a seguir, porque também mostra a dimensão que o termo assumiu, sendo citado pelo presidente do Brasil:

> No dia 8 de março de 2017, o então deputado Jair Bolsonaro gravou o seguinte comentário para o Dia da Mulher: ‘Parabéns a todas as mulheres do Brasil, porque eu defendo a posse de armas de fogo para todos. Inclusive vocês, obviamente, as mulheres. Nós temos de acabar com o ‘mimimi’. Acabar com essa história de feminicídio, que, daí, com arma na cintura, vai

[23] O termo “geração nutella” surgiu do meme raiz X Nutella. Segundo De Jesus (2020), “trata-se da comparação de dois elementos, em que o primeiro – o “raiz” – é visto como a tradição, algo que apresenta características ou comportamentos exemplares. O nome “nutella” é proveniente da marca de um creme de avelã que, de acordo com o Museu de memes, é conhecida em vários países por ser um produto muito popular entre os jovens da classe média/alta. No meme, o termo “nutella” é usado para referir-se à chamada “geração 7x1”, que passou a ser a “geração Nutella” a partir de um tweet de Joaquim Teixeira, usuário conhecido por comentários polêmicos sobre futebol e política: “39ainda mais a libertadores. Virou de vez um certame de maricas. Felizmente ainda temos a Copa do Brasil e o mata-mata da série C”. Por isso, raiz X nutella comparam sempre uma “tradição destemida” a uma “geração melindrosa”” (p.15)

> ter é homicídio'". Eis o resultado: um aumento estarrecedor dos casos de feminicídio em São Paulo. No primeiro bimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, dobrou o número de casos de feminicídio. Uma morte a cada quatro horas. "Mimimi", diz uma articulista, "é o jeito de desqualificar o sofrimento de mulheres, negros, indígenas, transexuais e pobres." Mas o mimimi é mais amplo: é também o que costumávamos chamar de cultura, de sensibilidade ao sofrimento e à dor alheia, de acolhimento ao inexprimível e ao desconhecido, de coexistência com as múltiplas esferas do cosmos, de criatividade dissociada dos interesses do Estado, de invenção de novas relações amorosas, de aspiração a certa altura da vida, de anseio de tocar suas notas mais altas e desconhecidas, atingir suas intensidades inéditas, individual e coletivamente, ensejar espaços públicos em que essa abertura pudesse se sustentar. O mimimi é a expressão da desqualificação disso tudo, a arma neofascista pós-moderna na guerra contra o tal do suposto marxismo cultural, o fantasma que assombra os sucessivos ministros da educação bolsonaristas e os admiradores do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho, que não faz outra coisa do que achincalhar a universidade brasileira" (p. 101, 2019)

Se as redes sociais são capazes de inserir na nossa linguagem novos termos e expressões de forma tão rápida e naturalizada, como negar o impacto que elas têm nos outros aspectos da nossa vida ou, melhor, o impacto que, através dessa mesma linguagem, virtualmente modificada, elas têm sobre as nossas vidas?

Figura 46 - Comentário 44

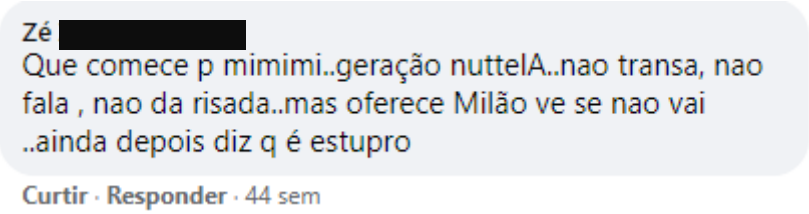
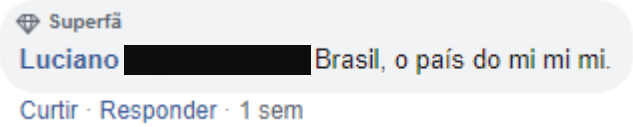


Figura 47 - Comentário 45



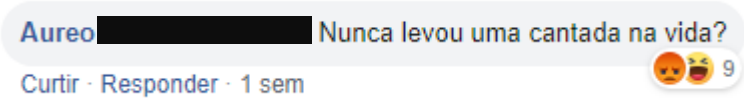
Por fim, ao dizer que um relato de assédio sexual em um aplicativo de transporte é "mimimi", os usuários negam o direito da vítima de denunciar a violência sofrida, posto que essa sequer é reconhecida por eles como uma violência. Ao fazer isso, retiram da voz da mulher qualquer propriedade de razão ou relevância, realocando a narrativa feminina em um espaço menor e desacreditado, aquele mesmo que, como trouxemos em Beard (2018), vem sendo designado ao feminino desde a Antiguidade. Se as vozes femininas historicamente não eram ouvidas, e se o discurso não era tido como algo do feminino, os comentários analisados acima nos mostram

que isso tampouco mudou no contemporâneo. A voz feminina, quando vai a público e se opõe a voz de um homem, ainda que ele seja um agressor, continua sendo menor e desimportante. Não é ouvida a voz da mulher nem mesmo quando há provas, em vídeo, sobre a violência sofrida; nem mesmo quando um veículo de comunicação de grande relevância lhe dá crédito e a publiciza.

Sobre os comentários acima, podemos dizer também que eles são discriminatórios, aos moldes do que vimos em Teles (2002), posto que limitam o reconhecimento dos direitos fundamentais da vítima e as tratam com desconsideração e desrespeito. Pensando no que nos diz Moura (2018) sobre os discursos de ódio, vemos que, ao ridicularizar a vítima e discriminá-la, os autores desses comentários praticam ainda o discurso de ódio que, segundo Moura, tem como uma de suas funções aumentar a discriminação contra determinado grupo – neste caso, o das mulheres.

Reforçando a presença das narrativas de Ridicularização, o usuário abaixo chama o assédio de “cantada”, ou seja, transforma um crime em “elogio” e questiona se a vítima nunca foi elogiada antes. Com isso, insinua que ela deveria ter ficado feliz com o ocorrido, desautoriza a fala da vítima de que o que ela sofreu foi um assédio e reforça mais uma vez a cultura do estupro e a ideia de ressentimento masculino, que quer manter o seu “direito” de assediar mulheres sob a justificativa de que se trata de um elogio, de algo teoricamente benéfico a mulher. O comentário teve curtidas e reações, de raiva e risada, que mostra que houve usuários que se incomodaram e outros que acharam graça do comentário e fizeram questão de demonstrar isso já que, como nos mostrou Recuero (2014), essa é uma das funções das curtidas nos comentários.

Figura 48 - Comentário 46



3.4Caso Prior: “Quer indenização, minha filha?”

O terceiro caso do qual esta análise se ocupa foi extraído da página do jornal

O Globo no Facebook. A notícia[24] (abaixo, figura 57), publicada em 3 de abril de 2020, leva no título a denúncia de que “Ex-BBB[25] Felipe Prior é acusado de estupro e uma tentativa, diz revista”. Importante ressaltar que os fatos relatados não foram apurados inicialmente pelo Globo, mas pela revista Marie Claire[26]. Escolhemos a matéria do Globo para analisar por entender que se trata de um veículo de maior alcance que a revista Marie Claire e que, portanto, teve maior repercussão nas redes sociais. Também optamos pelo jornal para mantermos um padrão, já que os outros dois casos também foram retirados de perfis de jornais.

Figura 49 - Notícia publicada no portal O Globo

Os fatos retratados na reportagem dão conta de que Felipe Prior, participante do reality show Big Brother Brasil na edição de 2020, teria estuprado duas mulheres e tentado estuprar uma terceira. Os casos foram contados de forma detalhada pelas vítimas, que preferiram não revelar seus nomes. Um dos casos relatados aconteceu quando a vítima, acompanhada de uma amiga, aceitou uma carona de Prior no retorno

[24] Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/ex-bbb-felipe-prior-acusado-de-estupro-uma-tentativa-diz-revista-24349376?fbclid=IwAR1f7WORbi2dyCZj-yjGVgutf1x3uHREJvJETLoe0Fundlwf8lHRxp51Muc

[25] BBB é a sigla para Big Brother Brasil, reality show realizado no Brasil anualmente desde o ano 2000 onde os participantes passam um tempo confinados em uma casa, filmados 24 horas por dia, submetidos à desafios e eliminações semanais em busca de um prêmio final em dinheiro.

[26] Marie Claire é uma revista feminina mensal lançada originalmente em França em 1937 direcionada a mulheres adultas. No Brasil ela é publicada pela Editora Globo desde 1991 e conta com sessões sobre beleza, comportamento, moda, estilo de vida, dentre outras.

dos jogos universitários do curso de arquitetura, em 2014. Após deixar a amiga da mulher em casa, Prior teria parado o carro e a estuprado. A tentativa de estupro aconteceria 2 anos depois, no mesmo evento, e o segundo estupro consumado em 2018, também nos jogos universitários, conhecidos como Interfau. Segundo a reportagem, Prior chegou a ser proibido de participar de outras edições dos jogos. Dentre os detalhes confessados pelas vítimas, que não chegaram prestar queixa contra o agressor na época, uma delas contou que precisou usar “fraldas geriátricas para conter o sangramento” causado pela violência.

Na página do Globo no Facebook a notícia teve 2,6 mil reações, 1,8 mil comentários (entre primários e respostas) e 950 compartilhamentos. Fazendo o recorte proposto na nossa metodologia, nos deparamos com 235 comentários primários ao aplicar o filtro de Mais Relevantes, dos quais 104 são críticas às vítimas. Aplicando nosso segundo recorte, que descarta parte das repetições, terminamos com 39 comentários, como resume o quadro abaixo

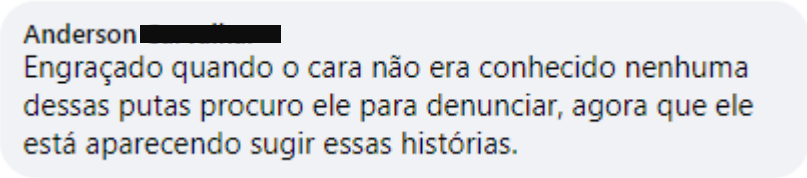
Quadro 6–Relação de Comentários do Caso Prior

Caso Prior	
Filtro mais relevantes	351
Categorizáveis para análise (que atacam à vítima)	104
Categoria “Suposição de Capitalização da Imagem”	7
Categoria “Acusação de Farsa”	7
Categoria “Ridicularização”	7
Categoria “Ataque personalizado”	-

Iniciaremos a análise deste caso pela primeira categoria exibida no quadro, que supõe que as vítimas das violências denunciadas divulgaram os crimes em busca de algum tipo de capital, seja ele social ou financeiro. Diferente dos outros casos, em que os acusados das agressões não eram homens famosos ou reconhecidos como tal, Felipe Prior tornou-se uma pessoa conhecida do público ao participar do reality show pouco tempo antes de as denúncias contra ele surgirem. Por se tratar de um reality cujo prêmio final é um valor em dinheiro e cujos participantes historicamente passam por uma ascensão financeira após inserir-se no programa, sua imagem

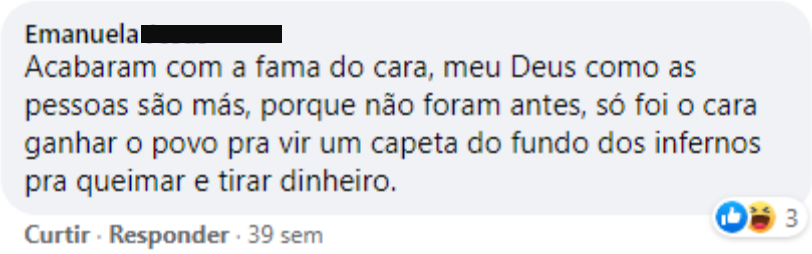
passou a ser associada com essa possibilidade de enriquecer. Sendo assim, encontramos dezenas de comentários (48), que supõem que as denúncias das vítimas tiveram o objetivo de conseguir algum tipo de indenização do agressor. Para fins de operacionalização do trabalho, como já explanamos anteriormente, separamos 7 desses comentários para observar de forma individual.

Figura 50 - Comentário 47



No comentário 47 o autor do texto afirma que as três mulheres esperaram o agressor ficar famoso para denunciar o caso. Além de acusá-las de estarem buscando ganho financeiro ao expor as violências sofridas, o usuário as denomina “putas”. Podemos entender que tal agressão verbal tenta tanto relacionar o crime sexual com a ideia de prostituição, quanto com a tentativa de ferir a moral das vítimas já que, como vimos em Rost e Vieira (2015), o julgamento de crimes sexuais por parte da sociedade é sempre atravessando por referências à moralidade e à sexualidade das vítimas. Embora neste caso o comentarista não esteja usando essa referência para legitimar o crime, no sentido de torná-lo justificável, recorre à ideia de “putas” para tentar descredibilizar às vítimas, já que as “putas” da sociedade, pela lógica machista e patriarcal, estão entre as mulheres que não merecem respeito, que seriam capazes de forjar uma violência em troca de ganho financeiro.

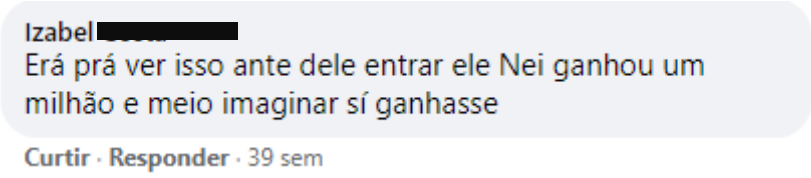
Figura 51 - Comentário 48



No comentário 48, além da suposição da capitalização, a autora do comentário (ênfase no “autora”) refere-se às vítimas como “pessoas más” e “capeta do fundo dos infernos” que teriam relatado os crimes “pra queimar e tirar dinheiro”. Essa prática de apontar o outro como mau e anatematizá-lo (“capeta do fundo dos

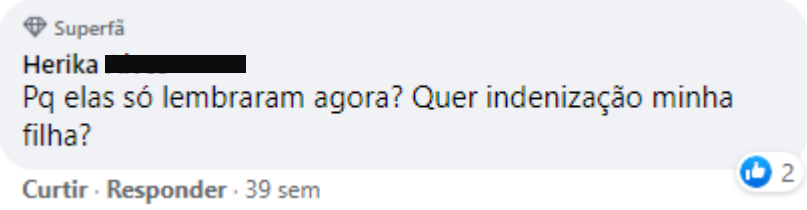
infernos”) é o que França (2019) define como um efeito do jogo imaginário-ideológico que existe na base do ódio e que tem como objetivo desumanizar o outro enquanto eleva a si mesmo. Para a autora do comentário, “elas”, as mulheres “más”, as “inimigas”, são comparáveis a demônios e, portanto, não sendo humanas, podem ser odiadas e condenadas. Novamente, assim como vimos nos dois casos analisados anteriormente, há uma inversão de percepção por parte do estigmatizado (nesse caso a mulher autora do comentário), que não percebe que faz parte do mesmo grupo da mulher que está tentando estigmatizar.

Figura 52 - Comentário 49



Para a autora do comentário 49, as vítimas deveriam ter denunciado o caso antes de o agressor ter participado do reality show que o tornou conhecido, reforçando a ideia dos comentaristas de que a recente fama de Prior teria motivado as “falsas” denúncias.

Figura 53 - Comentário 50

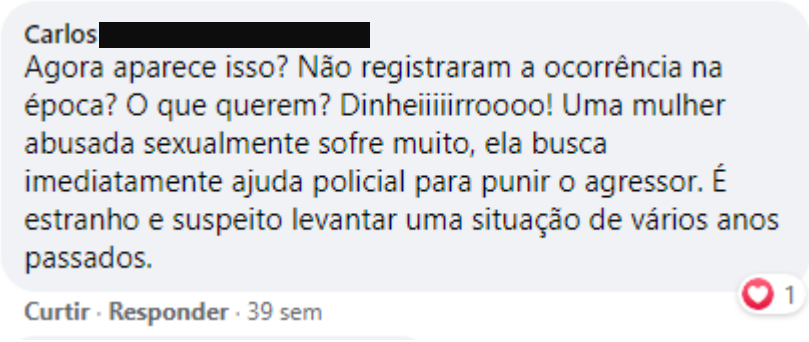


No comentário 50 a autora do comentário questiona o fato de as vítimas só terem “lembrado agora” do estupro que sofreram e se elas querem indenização. Essa é uma questão que nos remonta à cultura do estupro e nos dá pistas de porque é tão difícil combatê-la. Vejamos: uma mulher, que poderia aplicar a sororidade[27] para entender por que outras mulheres demoraram tanto para denunciar violências tão graves e, portanto, celebrar o fato de elas terem conseguido expor o caso na mídia, as acusa de estarem querendo lucrar com a denúncia. É uma narrativa que mostra como a cultura do estupro está de fato enraizada na sociedade, a exemplo do que

[27]“Relação de proximidade entre mulheres que defendem os mesmos princípios e os mesmos objetivos, associada às lutas feministas; irmandade” (LÉXICO, 2020)

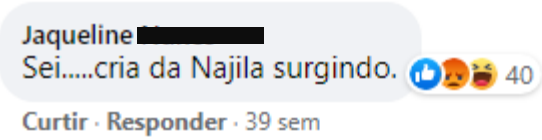
trouxemos em Rost e Vieira (2015) e demais autores.

Figura 54 - Comentário 51



Já no comentário 51, além de afirmar que as mulheres estão em busca de dinheiro, o comentarista, um homem, afirma saber o que sente uma mulher abusada sexualmente: “sofre muito, ela busca imediatamente ajuda policial para punir o agressor”. Essa afirmação, no entanto, demonstra um problema de lugar de fala, como trouxemos em Ribeiro (2019), em seu sentido mais estrito, posto que o homem não tem condições de dizer como se sente uma mulher estuprada. Ao tentar fazer isso, inclusive, o autor do comentário traz uma informação falsa, já que é conhecido dos órgãos de proteção à mulher que o estupro é um crime de difícil denúncia. Tanto é assim que, no Brasil, as vítimas têm até 20 anos para denunciar casos de estupro e, em 2012, entrou em vigor uma lei específica sobre o abuso de crianças e adolescentes que, desde então, têm esse prazo de 20 anos contados somente a partir da data em que fizerem 18 anos (BRASIL, 2020).

Figura 55 - Comentário 52

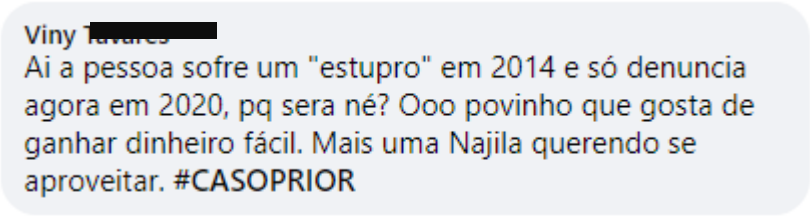


O comentário 52 foi um dos que mais recebeu curtidas e reações de outros usuários, o que pode ser uma pista do porquê haver tantos comentários semelhantes (25 no total). Como vimos em Recuero (2009; 2014), as curtidas em um comentário servem para concordar ou legitimar o mesmo. Já para o autor do comentário, receber esse tipo de “apoio” configura um ganho de capital social, que como vimos também em Recuero (idem) é uma das razões pelas quais as pessoas interagem nos

ambientes em que estamos analisando.

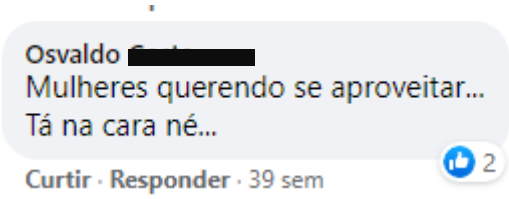
Najila, mencionada pelo autor, é a modelo Najila Trindade, que denunciou[28] o jogador de futebol Neymar Jr. por estupro, em 2019, e acabou se tornando ré de um processo que a acusava de fraude processual. No entanto, ela foi absolvida e o processo do “caso Neymar”, como ficou conhecido, foi arquivado pela justiça, não restando condenação ao jogador. Na época, Najila foi acusada de denunciar Neymar para tentar conseguir dinheiro, hipótese que foi reforçada nas redes sociais após ela ter sido anunciada ré do processo. Embora não haja condenação contra ela, o caso foi usado nos comentários como embasamento para acusar as vítimas de Prior de estar denunciando o participante em busca de dinheiro.

Figura 56 - Comentário 53



Acusação semelhante é feita no comentário 53, onde além de mencionar Najila e supor a capitalização da imagem, o usuário usa o termo estupro entre aspas, em uma tentativa deslegitimar o acontecido por meio da linguagem, já que o uso de aspas serve, entre outras funções, para se referir a algo em sentido figurado ou irônico.

Figura 57 - Comentário 54



Segundo o comentário 9 (figura 66), “tá na cara” que as vítimas são “mulheres querendo se aproveitar”. Tal afirmação, que não apresenta argumentos e alega que é visível a tentativa de capitalização de imagem por parte das vítimas, conecta-se com

[28]https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/11/19/um-ano-apos-caso-neymar-najila-trindade-e-absolvida-de-fraude-processual.htm

a lógica patriarcal de que não há crédito na voz da mulher e, segundo o comentarista, deslegitimar essa voz, como é feito desde a antiguidade (Beard, 2019), sequer necessita de provas ou argumentos.

3.4.1 Da Acusação de Farsa: “Só acredito com provas”

Na categoria de Acusação de Farsa também analisamos 7 comentários. Os dois primeiros (abaixo) acusa de farsa tanto as vítimas quanto o jornal e a revista onde os fatos foram publicados. Para a comentarista, não basta o relato das vítimas ou que ele seja publicado em mídia institucionalizada, mas é preciso que haja documentos legais para dar autoridade à voz das mulheres.

Figura 58 - Comentário 55

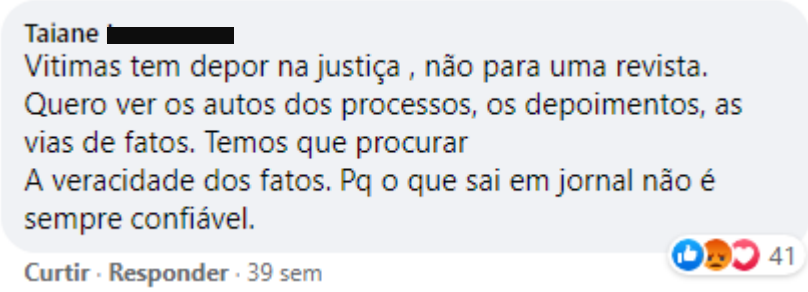


Figura 59 - Comentário 56

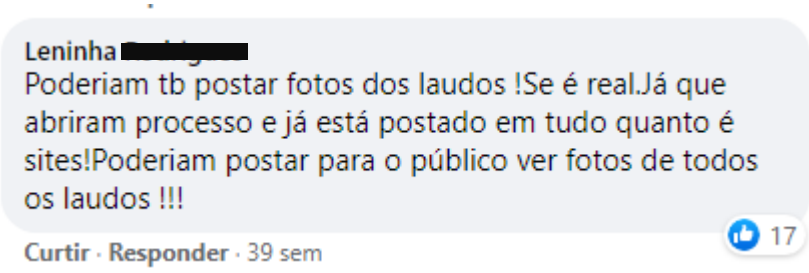


Figura 60 - Comentário 57

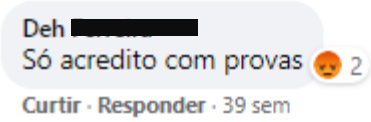
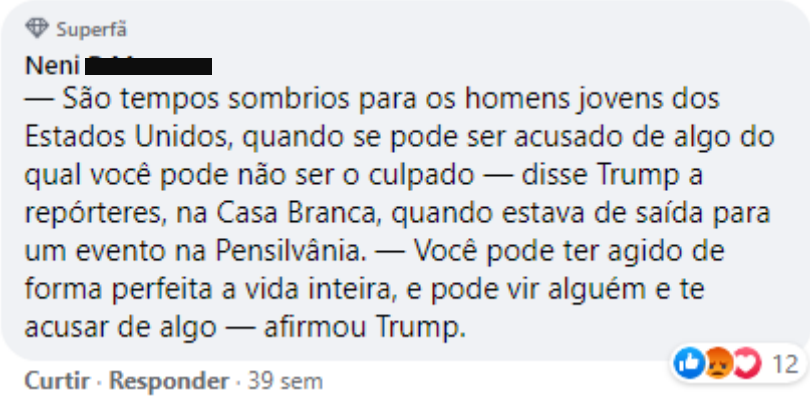


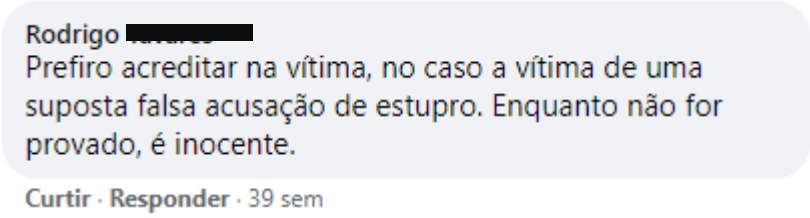
Figura 61 - Comentário 58



No comentário 58, o usuário não faz referência ao caso diretamente, mas responde à notícia com um trecho de uma frase que ele atribui ao ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A narrativa gira em torno da ideia de que homens jovens estão vivendo em um momento em que podem ser acusados injustamente a qualquer momento. Ao postar isso, portanto, o usuário coloca Prior no mesmo patamar desses homens e as vítimas que o acusam na posição de farsantes. A escolha por Donald Trump como fonte nos diz que o autor do comentário consente com o ex-presidente que, por sua vez, é reconhecido por atacar verbalmente mulheres e outras minorias. É possível dizer que o comentarista compactua com esse tipo de ataque e, sendo assim, apoia um tipo de ideologia política que não reconhece mulheres como sujeitos dotados de autonomia e direitos igualitários, reforçando o machismo estrutural.

Para o usuário autor do comentário 59, a vítima da situação é Prior, que estaria sendo falsamente acusado de estupro. O fato de um homem, que não chegou a dar sua versão da história para a reportagem, ser considerado vítima enquanto três mulheres, de diferentes locais, o acusam de um determinado crime, nos mostra como são estruturais o machismo e as relações simbólicas de poder que viemos mencionando ao longo desta análise.

Figura 62 - Comentário 59



Nos comentários 60 a acusação de farsa está acrescida da ideia de que estuprar tem relação com a masculinidade e a virilidade de um homem. De acordo com o comentário, ao não demonstrar interesse por participantes do reality show que "só faltaram esfregar a perereca na cara dele", Prior demonstrou ser um homem capaz de controlar seus instintos e, portanto, não poderia ser um estuprador. Essa ideia vai ao encontro do que trouxemos em Rost e Vieira (2015) sobre a cultura do estupro, que coloca o homem em uma situação de refém dos próprios instintos, incapaz de se controlar diante de uma mulher que o seduza – essa mulher, por sua vez, como já vimos, é acusada, portanto, de ser a culpada pela violência que sofre já que, pelas normas da sociedade machista, desobedece aos padrões de recato e sujeição que lhe são normativamente impostos.

Essas ideias parecem tão enraizadas nas nossas estruturas sociais que, segundo a autora do comentário 16, Prior deve ser homossexual posto que, se fosse um homem heterossexual não teria resistido às investidas das participantes do reality show e, portanto, poderia ser considerado um estuprador. Nesse comentário, também vemos a questão da hibridização entre as mídias, que trouxemos em Santaella (2010), posto que são usados exemplos de algo que aconteceu no reality show da TV para falar, no Facebook, sobre um fato ocorrido no offline.

Figura 63 - Comentário 60

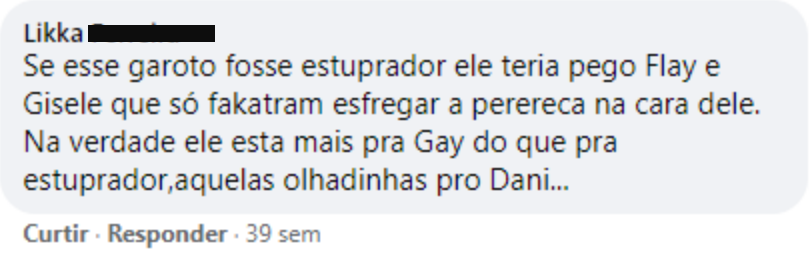
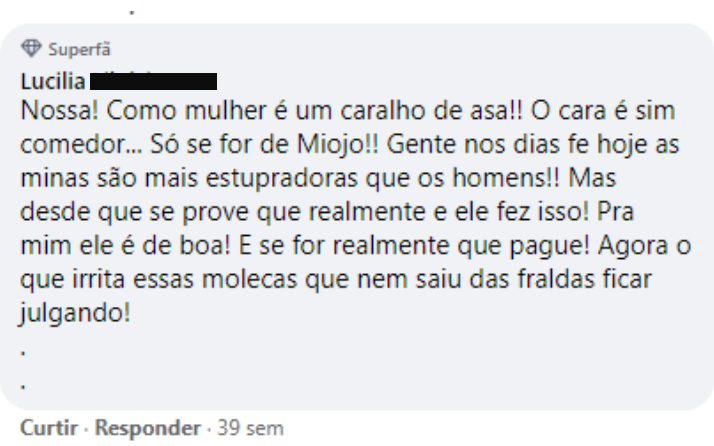


Figura 64 - Comentário 61



No comentário 61 uma usuária afirma que “mulher é um caralho de asa” e que “nos dias de hoje as minas são mais estupradoras que os homens”. Ela ainda alega que se, para ela, Prior é “de boa” que se for estuprador deve realmente pagar pelo crime, mas que “agora o que irrita essas molecas que nem saiu das fraldas ficar julgando”. Pela construção da frase não fica claro se as “molecas” são as vítimas ou outras usuárias que comentaram na postagem, mas o comentário em si é talvez o melhor exemplo do estigmatizado que não se percebe como tal, assim como trouxemos ao longo deste trabalho.

3.4.2 Da Ridicularização: “Chega a ser ‘engraçado’”

Na categoria da Ridicularização, que engloba comentários que usam a violência relatada para fazer piadas ou que se referem ao fato em tom de ironia e deboche, reunimos outros 7 comentários.

Figura 65 - Comentário 62

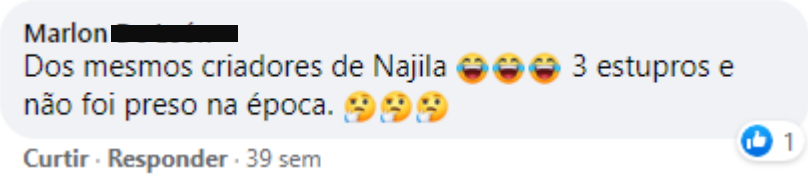
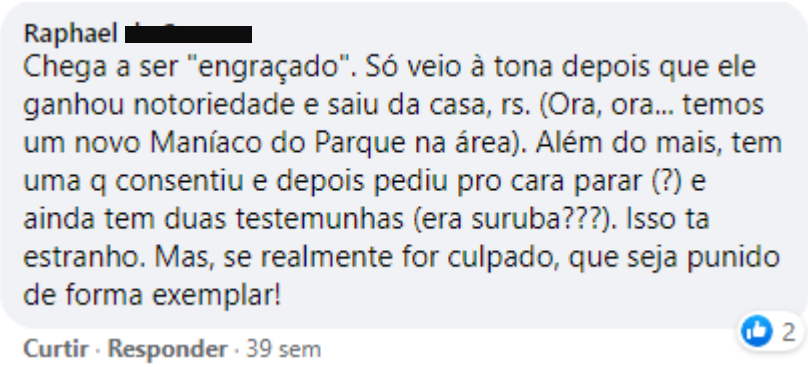
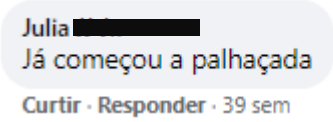


Figura 66 - Comentário 63



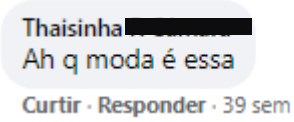
No comentário 62, o usuário cita novamente o caso Najila para acusar as vítimas de tentarem obter vantagens. O tom de ironia é reforçado pelo uso dos emojis[29] e pela expressão “dos mesmos criadores de Najila”. O jargão “dos mesmos craidores” costuma ser utilizado pela indústria do cinema para anunciar que um determinado filme a ser lançado possui a mesma criação de uma obra já consagrada, no intuito de dar credibilidade ao lançamento. Na internet, essa frase é utilizada como meme para dizer que um determinado fato está relacionado a outra já conhecido. No contexto do comentário, o caso de Najila seria a mentira já descoberta, que teria inspirado as supostas “novas mentiras”. No comentário 63, o usuário distorce as informações contidas na reportagem, duvida dos relatos das vítimas e as acusa de buscar algum tipo de capital ao denunciar caso somente depois de Prior ganhar notoriedade, fazendo uso de informações entre parênteses para dar tom de ironia e incredulidade às suas falas. Nesse tom de ironia, faz menção a um dos casos criminais brasileiros mais populares, o do maníaco do parque, que foi condenado a 268 anos de prisão após cometer assassinatos em série que deixaram 11 vítimas.

Figura 67 - Comentário 64



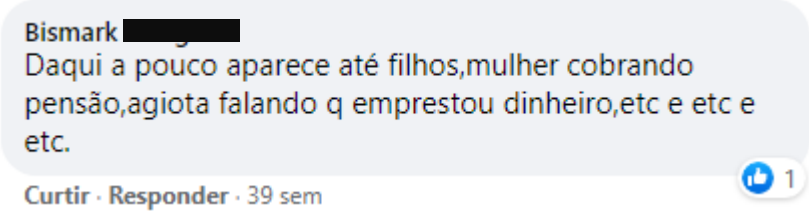
[29] Os emojis são ideogramas e smileys utilizados nas conversas online (PAIVA, 2016), enquanto os memes, que também citares neste trabalho, são uma forma de linguagem baseada da recriação paródica e coletiva de imagens, textos verbais, vídeos, entre outros, que se espalham de forma viral (HORTA, 2015).

Figura 68 - Comentário 65



Para o usuário autor do comentário 64, o relato das vítimas é uma "palhaçada", ou seja, é uma brincadeira e, portanto, não deve ser levado a sério. Já para a autora do comentário 65, trata-se de uma "moda", algo que está sendo feito porque é "tendência".

Figura 69 - Comentário 66



No comentário 66, o usuário compara as denúncias de agressão à ideia de que mulheres pedem pensão de forma irregular aos pais de seus filhos e à ideia de que agiotas (criminosos) também poderiam tentar se aproveitar do agressor, como acusa as vítimas de estarem fazendo. A construção da frase e a comparação entre uma denúncia de assédio com o crime de agiotagem demonstram que o usuário considera um absurdo a denúncia, que não deve ser levado a sério.

Figura 70 - Comentário 67

Por fim, a autora do comentário 67 faz uso de um meme para tirar a credibilidade do relato das mulheres. "É verdade esse bilhete"[30] é uma frase que começou a ser utilizada após um menino escrever um bilhete em nome da professora dizendo que não teria aula porque "poderia ser feriado". O aviso terminava com a frase: "é verdade esse bilete". Chama a atenção nesse comentário a questão do uso

[30] Disponível em: https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2018/12/12/e-verdade-esse-bilete-google-aponta-meme-como-um-dos-mais-buscados-do-ano.ghtml

de linguagem própria da internet, que é usada pelos usuários para interagir nesses ambientes e pode ser aplicada à diversos contextos, sendo republicada e circulando por diversos espaços, com diferentes aplicações, como tem se observado funcionar o ciclo das informações no virtual, como mencionamos anteriormente (SODRÉ,2006; PRIMO,2013; BARBOSA, 2013). Ao optar por utilizar o meme no comentário, no entanto, a autora da mensagem demonstra não levar a sério o conteúdo da reportagem e acusa o conteúdo de ser falso, assim como era o bilhete do meme.

Ao transformar a notícia sobre os casos em piadas, trocadilhos ou comentários que relacionam os fatos a modismos, os usuários reforçam o discurso machista que regra a nossa sociedade, demonstrando, dadas as devidas proporções, que a voz da mulher, mesmo quando somadas a outras iguais a ela, mesmo publicada em veículo de mídia tradicional, não é levada a sério sem que haja prova concreta e material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se iniciou a partir de observações por parte da autora que, na posição de repórter de uma editoria de Polícia, escrevendo semanalmente sobre crimes cujas vítimas eram mulheres, deparava-se com a repercussão dessas matérias nas redes sociais. Nessa repercussão, que se dava através de comentários No Facebook, a autora percebeu sinais de narrativas de ódio e julgamento para com essas mulheres que, após terem sua história compartilhada nas redes sociais por um portal de notícias, acabavam passando de vítimas a rés. Ao pensar nessas narrativas como um possível objeto de estudo, a autora passou a realizar uma pesquisa exploratória, inicialmente sem compromissos teóricos, a fim de se certificar da possibilidade de encará-las como corpus de pesquisa.

A análise, portanto, se deu após o olhar exploratório, confirmando a apropriada mobilização da ciência para tanto, a partir de um arcabouço teórico baseado nas teorias de autoridades nos campos da comunicação e dos estudos de gênero. Neste sentido, estabelecemos como problema de pesquisa a compreensão do tipo de narrativa que emerge dos comentários feitos por usuários do Facebook em matérias que tratam de violência sexual contra mulheres. A partir disso tivemos como objetivo observar o tipo de julgamento a que essas mulheres são submetidas, que indícios eles nos trazem sobre a situação do feminino no contemporâneo e quais as características das redes sociais que contribuem para a emergência dessas narrativas.

Para tanto, o trabalho foi estruturado em 3 partes. O primeiro capítulo, “Uma sociedade transformada pela conexão”, teve papel importante de contextualização e justificativa da importância de olhar para as relações e fenômenos existentes a partir das redes sociais digitais, e especificamente no Facebook, como elementos vitais dentro das nossas sociedades contemporâneas. Elementos que influenciam a linguagem, a comunicação, a cultura, a política, as práticas jornalísticas e as relações de gênero e que, portanto, merecem a atenção da ciência.

Já no segundo capítulo se buscou mostrar as potências dessas redes, mais diretamente no que tange à comunicação, as relações sociais e um pouco da história do gênero feminino, demonstrando que, dentre os muitos benefícios e transformações progressistas trazidas pelas redes sociais digitais, elas também apresentam suas

implicações e complicações que ainda estão sendo descobertas, diagnosticadas e resolvidas. Para isso foi importante contextualizar também a condição do feminino na sociedade e de que forma, enquanto uma minoria social, ele foi e é afetado diariamente por essas relações virtuais.

Por fim, no terceiro capítulo, foram detalhadas as estratégias utilizadas para selecionar os portais de notícias e dentro deles os 67 comentários que foram observados nesta pesquisa. As caixas de comentários das três publicações que garimpamos no Facebook nos deram acesso a uma série de narrativas que apontam para ideias que parte da sociedade tem sobre o feminino quando ele busca fazer uso da sua voz para denunciar as violências que sofre (seja de forma direta ou através de entrevista para um veículo de notícias).

Atravessado pelas normas de uma sociedade que, embora conectada como nunca e dotada de um acesso à informação em condições inéditas reforça as relações de poder das lógicas patriarcais, constatamos que o feminino no contemporâneo ainda luta para ter sua voz legitimada. Ao relatarem violências que são do campo do simbólico e/ou sexual e que, portanto, mexem diretamente com essas relações de poder, buscando despojar o masculino do seu “direito” de cometê-las, as cinco mulheres que protagonizam as notícias de onde partem nossa análise foram ridicularizadas, acusadas de farsa e de tentar buscar algum tipo de lucro com a denúncia.

Além do gênero, a vereadora, a passageira do Uber e as três mulheres anônimas do caso Prior pouco têm em comum. A primeira é uma mulher pública e havia se envolvido em uma polêmica recente, o que poderia, em tese, justificar o desprezo contra ela. Mas como explicar a desconfiança da menina do aplicativo de caronas que até então era uma completa desconhecida? Ou das três outras jovens, que sequer se sabe quem são?

Mesmo com registros de câmeras e com testemunhas que afirmam que os fatos narrados realmente aconteceram, todas as vítimas tiveram suas vozes desautorizadas e, mais do que isso, sofreram novos tipos de violência. Ainda que no ambiente das redes sociais, onde em um primeiro momento todos são convidados a narrar e a se expressar, vemos que a mulher continua numa condição de inferioridade por ser mulher e, portanto, mesmo anônima, não tem sua fala validada enquanto os usuários dessas redes que, como vimos, as acessam em busca de notícias e de

detalhes sobre a vida alheia, sentem-se protegidos, através de suas telas, para disseminar violências morais e discursos de ódio.

Na forma como as notícias surgiram, primeiro como relato pessoal das vítimas em seus próprios perfis ou como matéria de revista, e depois como matéria jornalística, e nos atravessamentos de diferentes fatos, registrados em diferentes momentos e suportes midiáticos (TV, notícias antigas, revista), conseguimos verificar a existência da circulação das informações no online, da hibridização entre os meios e de algumas características que levantamentos no referencial teórico como a persistência, replicabilidade, escalabilidade e buscabildiade das informações em rede.

Na análise quantitativa, encontramos ainda um volume que nos mostra a necessidade de acompanhamento da vida alheia e de conexão em si que as redes sociais criaram e sustentam, como também havíamos levantado no primeiro capítulo deste trabalho. Não podemos deixar de comentar que, em meio aos comentários selecionados para análise, encontramos comentários de apoio às vítimas e alguns condenando aqueles que as julgavam, mas entendemos que eles não anulam todos os outros que as condenaram e que, exceto pelo caso da menina do Uber, aparecem em quantidade igual ou maior.

Se por um lado a rede social proporciona um espaço aparentemente livre para a narrativa feminina (e de diversas outras minorias), é preciso atentar para o fato de que a lógica de circulação da informação, de recepção e interação imediata no qual ela opera também é livre e que, assim como no offline, relações e trocas problemáticas podem e estão surgindo.

Como mostramos através das pesquisas trazidas no início do trabalho, as violências calcadas no gênero não são uma exclusividade das mulheres que protagonizam as notícias analisadas. Da mesma forma, o ódio, o preconceito e a discriminação também não são novidades nas relações humanas. O que é recente é a forma mais intensa e expressiva com que essas narrativas (tanto de denúncia quanto de ódio) passaram a ser publicadas e repercutidas nessa sociedade em rede, interconectada, em que as informações fluem em tempo real e integral.

Temos, portanto, ao olhar para as narrativas apresentadas nesta pesquisa, uma amostra de alguns ônus e bônus trazidos pelas redes sociais. O bônus seria a possibilidade de denunciar as violências sofridas pelas mulheres em um ambiente de alcance global, permitindo que as pessoas se manifestem de forma instantânea sobre

elas. Já o ônus seria a ideia sustentada por alguns usuários de que esse ambiente virtual é tão livre (e, portanto, desprovido das regras do offline) que eles podem violentar outros usuários ou personagens de narrativas noticiosas sem sofrer nenhuma consequência.

Já na anatomia dessas narrativas, buscando aquilo que elas podem nos apontar sobre a condição do feminino no contemporâneo, percebemos que uma grande parte dos usuários que se deparam com notícias envolvendo violência sexual contra mulheres acaba por perpetuar o machismo estrutural e a cultura do estupro, seja ridicularizando e minimizando a violência sofrida, seja acusando a mulher de estar mentindo e tentando conseguir algum benefício em troca. Em todos esses casos, a mulher é tratada como um indivíduo de segunda categoria, cuja voz não é legitimada e cuja integridade, física e moral, não estão garantidas.

Este é, portanto, um trabalho sobre narrativas nas redes sociais, atravessado do início ao fim pela questão do gênero tanto na sua autoria quanto no seu conteúdo. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa multidisciplinar, que buscou compreender, no campo da Comunicação, um pouco melhor as mídias e plataformas atuais; observar, no que tange as Letras, as narrativas que surgem nesses espaços e o que elas podem nos dizer sobre o contemporâneo; e no campo dos Estudos de Gênero compreender o que essas narrativas dizem sobre o status do feminino na atualidade quanto às conquistas de direitos das mulheres.

Como possibilidade de continuação deste trabalho no futuro, fica uma observação que surgiu durante a seleção do corpus de pesquisa. Aparentemente, a partir de uma análise exploratória, notou-se que nos casos de violência física contra a mulher, especificamente nos casos de feminicídio, os comentários dos leitores têm um teor bastante distinto dos que encontramos neste trabalho. Ainda há palavras desmedidas e narrativas de julgamento, mas então voltadas aos agressores e assassinos. As vítimas, que não sobreviveram para contar sua história, parecem ser poupadas do julgamento nesse tipo de situação, o que leva a um questionamento triste mas necessário: até quando a única prova suficiente da violência sofrida por uma mulher será a do seu corpo sem vida?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Rafael; RECUERO, Raquel. **O Fenômeno da Segunda Tela e o Capital Social Nas Redes Sociais Online**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. Disponível em: http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-1685-1.pdf Acesso em: 19 nov. 2020.

AMARAL, Adriana; COIMBRA, Michele. **Expressões de ódio nos sites de redes sociais**: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada. Contemporânea, Salvador, v. 13 n. 2, p. 294-310, 2015. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/14010 Acesso em: 13 nov. 2019.

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra. **Blogs.com**: Estudos sobre blogs e comunicação. 21. ed. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

APARICI, Roberto. **Conectados no ciberespaço**. São Paulo: Paulimas, 2012.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração**. São Paulo: Covilhã: Labcom, 2007.

_____, Suzana. **Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais**. In: CANAVILHAS, João (Org.). *Notícias e Mobilidade: O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis*. Covilhã: Labcom, 2013.

BARROS, Samuel; CARREIRO, Rodrigo. **A discussão pública e as redes sociais online**: o comentário de notícias no Facebook. Fronteiras, São Leopoldo v. 17, n. 2, p. 174-185, 2015. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2015.172.05 Acesso em: 23 out. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERTOLINI, Sonia; BRAVO, Giangiacomo. **Dimensioni del capitale sociale.** Quaderni di Sociologia, n. 25, 2001. Disponível em: https://journals.openedition.org/qds/1305 Acesso em: 13 nov. 2020.

BERTOLOTTI, Elisângela; MEDEIROS, Rosângela Fachel de. **Passa Demaquilante no teu preconceito: tutoriais de maquiagem como performance Queer no Youtube.** Revista Docência e Cibercultura**,** [S.l.], v. 3, n. 1, p. 151-176, jun. 2019. ISSN 2594-9004. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/40792 Acesso em: 07 jan. 2021.

BOGADO, Maria; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Rua***.* In: *Explosão Feminista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. Lei 12.695/2014 **Marco Civil da Internet**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. **Código Penal Brasileiro.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 01 de jan. 2021

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will**: Men. Women and Rape. Nova Iorque: Ballantine Books, 1993.

BRUGGER, Winfried. **Proibição ou proteção do discurso do ódio?** Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. Direito Público, Brasília, v. 4, n. 15, p. 117-136, 2007. Disponível em: https://portal.idp.emnuvens.com.br/direitopublico/article/download/1418/884 Acesso em: 20 set. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**; tradução Renato Aguiar. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet** – Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____, Manuel. **Redes de Indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, Brasilia v. 31, n. 1, Jan/Apr. p. 99-127, 2016. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100099 Acesso em 19 set. 2020.

COSTA, Cristiane; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Rede**. In: *Explosão Feminista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHAVES, Tyara Veriato. **A militância no facebook. Uma análise discursiva da Marcha das Vadias.** In: XVII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina. 2014. Disponível em: https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0745-1.pdf Acesso em: 5 mai. 2020

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DE JESUS, Ana Maria Ribeiro. **Neologia em Português Brasileiro:** o que dizem os memes.In: ALVES. I. M. Et. Al. (Org.). *Os estudos lexicais em diferentes perspectivas – vol. IX* São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020 (no prelo).

DIAS, Isabel. **Violência contra as mulheres no trabalho**: O caso do assédio sexual. Lisboa: Mundos Sociais. Sociologia, problemas e práticas, n. 57, 2008. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0873-65292008000200002 Acesso em: 25 ago. 2020.

DIAS, Marlon Santa Maria; BORELLI, Viviane. **A circulação da experiência da dor em narrativas no Facebook**. Rizoma, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 1, p. 75-89, 2017. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/8323 Acesso em: 15 jul. 2020.

DÍAZ, Álvaro Paul. **La penalización de la incitación al odio a la luz de la jurisprudencia comparada**. Revista chilena de derecho, v. 38, n. 3, p. 573-609, 2011.
Disponível em: http://www.digitalnewsreport.org/survey/2017. Acesso em 13 out. 2020.

ECO, Umberto. **Definições léxicas**. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Org.). *A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FARIAS, Daniel Oliveira Kozlowski de. **Da ribalta à coxia no Facebook**: a construção dos perfis na rede. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e Histporia da Cultura – Mestrado e Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/4014 Acesso em: 25 jun. 2020.

FAUSTINO, André. **Fake News:** A Liberdade de Expressão nas Redes Sociais na Sociedade da Informação. São Caetano do Sul, Lura Editorial, 2020.

FAUSTO NETO, Antônio. **Midiatização, prática social:** prática de sentido. In: 15º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação e Comunicação (COMPÓS). 2006 Bauru. Anais eletrônicos. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_544.pdf Acesso em: 16 nov. 2020.

FLETCHER, Pamela. **Dismantling Rape Culture around the World**: A Social Justice Imperative. Forumon Public Policy: Minnesota, v. 2010, n. 4, 2010. Disponível em: https://forumonpublicpolicy.com/Vol2010.no4/archive.vol2010.no4/fletcher.pdf Acesso em: 30 nov. 2020.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.

FRAGOSO, Suely. Padrões de conectividade e links na web: uma proposta teórico-metodológica para avançar a Webometria e a Análise de Hiperlinks. Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1863-1.pdf Acesso em: 20 dez. 2020

FRANÇA, Thiago Alves. **Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook**: uma leitura discursiva. 2019. 275 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019 Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34039 Acesso em: 21 dez. 2020.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. In:_____. O futuro de uma ilusão, o Mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969-1980. 24 v.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. 3. ed. São Paulo: Claridade, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1993.

GORI, Roland. **O realismo do ódio**. Psicologia clínica, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 125-142, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652006000200010 Acesso em: 12 set. 2020.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi** -- posso contar. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

GRUSIN, Richard. **Premediation**: Affect and Mediality After 9/11. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, Natália Botelho. **O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica**. 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/18420 Acesso em: 30 de set. 2020

INOCÊNCIO, Luana; LOPES, Camila Priscila. The zueiraneverends: interação, compartilhamento e potências virais das imagens meméticas em comentários no Facebook. In: **XVI Congresso de Ciências da Comunicação na região Nordeste,** João Pessoa. 2014. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1022-2.pdf Acesso em: 09 de out. 2020.

ISAACSON, Walter. **Os inovadores:** uma biografia da revolução digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; KALINKE, Priscila; ROCHA, Anderson. 'Convergência e conexão são o que impulsiona a mídia agora'. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, p. 213-219, 2016. Disponível em https://www.scielo.br/j/interc/a/9z4FWtpP5D4zC3FHNWqxh7B/?lang=pt Acesso em: 30 de out. 2020

KARNAL, Leandro. **Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Florianópolis: Edusc, 2001.

KHALED JUNIOR, Salah. H. **Discurso de ódio e disstema penal**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOTLER, Philip. **The prosumer movement**. In: *Prosumer Revisited*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEMBKE, Ana in **O Dilema Das Redes**. Direção: Jeff Orlowski. Produção: Exposure Labs. Estados Unidos: Netflix, 2020. Streaming.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. In: *Col. Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1976.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANOVICH, Lev. **The Language of New Media***.* Cambridge: MIT Press, 2002.

MARQUES, Rodrigo Coelho et al. **Assédio moral nas residências médica e não médica de um hospital de ensino**. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 36, n. 3, p. 401-406, 2012. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/76f6/4025a923701b05a7253ad463a718ce4a2cd9.pdf Acesso em: 21/11/2020.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso de ódio**. Revista dos Tribunais, 2009.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na Web:** uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. 2003. 246 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporânea – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003 Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6057 Acesso em: 21 dez. 2020.

MOORE, Henrietta Louise. **Feminism and anthropology**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

MORAES, Dênis (org.). **Mutações do Visível:** da comunicação de massas à comunicação em rede**.** Rio de Janeiro: Pão e Rosa, 2010.

MOSCOCIVI, Serge. Comunicação apresentada ao Colóquio sobre as Representações Sociais, Paris, EHESS, 8-10 jan. 1979.

MOTTA, Luis Gonzaga. **O retorno da narrativa**: a busca do significado. *Signo* v. 37, n.62, p. 26-37, 2012. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/2834 Acesso em: 14 out. 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf Acesso em: 25 nov. 2020.

MOURA, Marco Aurélio. ***O discurso do ódio em redes sociais***. 2. ed. São Paulo: Lura Editorial, 2018.

MÜLLER, Tânia MP; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude:** estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris Editora, 2018.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PAGBRASIL. **Brazil**: Digital in 2019 Report. Disponível em https://www.pagbrasil.com/insights/digital-in-2019-brazil/ Acesso em: 15 nov. 2019.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **A linguagem dos emojis**. Trabalhos em Linguística Aplicad**a**, v. 55, n. 2, p. 379-401, 2016. Diponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132016000200379&script=sci_arttext Acesso em: 22 dex. 2020.

PALÁCIOS, Marcos. **Fazendo Jornalismo em Redes Híbridas**: Notas para discussão da Internet enquanto suporte mediático. Recuperado, Salvador, 2003. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2003_palacios_redeshibridas.pdf Avesso em: 1 out. 2020.

_____, Marcos. **Marginália no ciberjornalismo**: os comentários de leitores na constituição da memória do tempo presente. In: Ponencia presentada en el II Congreso Internacional Ciberperiodismo y Web. 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/download/37154617/Marginalia__ponencia_bilbao_2_PALACIOS_final.pdf Acesso em: 1 out. 2020.

PATTON, Michael Q. **Qualitative Research & Evaluation Methods**. 3ª ed. London: Sage, 2002.

PAVLIK, John V. **Journalism and New Media***.* Nova Iorque: Columbia University, 2001.

PELBART, Peter Pál. **O mimimi como categoria biopolítica**. Cadernos de Subjetividade, n. 20, p. 99-104, 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/cadernossubjetividade/article/viewFile/46066/30493 Acesso em: 25 mar. 2020.

PINTO, Célia Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Cristiane; SANTOS, Edméa Oliveira dos. **Facebook e educação:** publicar, curtir, compartilhar. Campina Gramde: EDUEPB, 2014. Disponível https://static.scielo.org/scielobooks/c3h5q/pdf/porto-9788578792831.pdf Acesso em: 1 abr.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira et al. **Interações e práticas no Facebook**. Contracampo**,** Niterói,v**.** 37, n. 2,ago./nov.p. 152-171, 2018. Disponível https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17630/pdf Acesso em 15 ago. 2020.

_____, Alex Fernando Teixeira et al. **Conversações fluidas na cibercultura**. Famecos, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4955/495553930011.pdf Acesso 15 ago. 2020.

PRYOR, Larry. **The third wave of online journalism.** In: Online Journalism Review, 18 April 2002. Disponível em: http://www.ojr.org/ojr/future/1019174689.php Acesso em:15 nov. 2020

RAGO, Margareth. **Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos**. Poéticas e políticas feministas, Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 31-42, 2004. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/feminismo-e-subjetividade.pdf Acesso em: 4 jul. 2020

RECUERO, Raquel. **Curtir, compartilhar, comentar**: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. Verso e reverso, Porto Alegre, v. 28, n. 68, p. 117-127, 2014. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/7323 Acesso em: 26 maio 2020.

_____, Raquel; ZAGO, Gabriela. **Em busca das "redes que importam"**: redes sociais e capital social no Twitter. São Paulo: Líbero, n. 24, p. 81-94, 2016. Disponível em: http://201.33.98.90/index.php/libero/article/viewFile/498/472 Acesso em: 3 mar. 2020

_____, Raquel da Cunha; ZAGO, Gabriela da Silva; SOARES, Felipe Bonow. **Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter**. In: Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Encontro Anual (COMPÓS). (26.: 2017 jun. 06-09: São Paulo, SP).[Anais]. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017.

_____, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____, Raquel; SOARES, Pricilla. **Violência simbólica e redes sociais no facebook**: o caso da fanpage "Diva Depressão". Galáxia, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 239-254, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-25532013000300019&script=sci_arttext Acesso em: 16 jul. 2020

REUTERS Institute. **Digital News Report 2017.** Disponível em: http://www.digitalnewsreport.org/survey/2017 Acesso em: 13 jul. 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Editorial, 2019.

RIBEIRO, José Carlos; FALCÃO, Thiago; SILVA, Tarcízio. **Mídias sociais:** saberes e representações. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: http://books.scielo.org/id/hcmrr/pdf/ribeiro-9788523217341.pdf Acesso em: 31 mar. 2020

ROST, Mariana; VIEIRA, Miriam Steffen. **Convenções de gênero e violência sexual**: A cultura do estupro no ciberespaço. Contemporânea, Salvador, v. 13, n. 2, p. 261-276, 2015. Disponível em: https://www.geotextos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13881 Acesso em: 6 ago. 2020

SAKAMOTO, Leonardo. **O que aprendi sendo xingado na internet**. São Paulo: Leya, 2016.

SANTAELLA, Lucia. **A ecologia pluralista da comunicação**: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.

_____, Lucia. **Comunicação ubíqua:** repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2014.

_____, Lucia. **Mídias locativas**: a internet móvel de lugares e coisas. Famecos, Porto Alegre, v. 15, n. 35, p. 95-101, 2008. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/4099 Acesso em: 30 maio 2020

SANTOS, Fabiano; TANSCHEIT, Talita. **Quando velhos atores saem de cena**: a ascensão da nova direita política no Brasil. Colômbia Internacional, Bogotá, n. 99, p. 151-186, 2019. Disponível em: https://revistas.uniandes.edu.co/doi/full/10.7440/colombiaint99.2019.06 Acesso em: 13 set. 2020

SANTOS, Luisa Gonçalves; BONOTTO, Andréia Chagas Pereira. **O Facebook como espaço de construção social: reconstruindo as narrativas sobre o câncer de mama**. Nova Perspectiva Sistêmica, São Paulo, v. 24, n. 51, p. 67-82, 2015. Disponível em: http://revistanps.com.br/nps/article/view/175 Acesso em: 22 nov. 2020

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. **Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar**. Revista de Informação Legislativa. Brasília, v. 52, p. 143-158, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/40170821/Discurso_do_odio_Schafer_Leivas_HamiltonRIL207.p

df Acesso em:1 set. 2020

SCOLARI, Carlos. **This is the end**: as intermináveis discussões sobre o fim da televisão. In: CARLÓN, Mario e FECHINE, Ivana (orgs). *O fim da televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, p. 34-53, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-25532015000100290&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 21 ago. 2020

SILVA, Sérgio Gomes da. **Masculinidade na história**: a construção cultural da diferença entre os sexos. Psicologia: Ciência e profissão, Brasília, v.20 n.3 , p. 8-15, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932000000300003&script=sci_arttext Acesso em: 14 fev. 2020

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho:** Uma teoria da comunicação linear e em rede. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TELES, Maria Amélia Almeida de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

VALENZUELA, Sebastián; PARK, Namsu; KEE, Kerk F. **Is there social capital in a social network site?:** Facebook use and college students' life satisfaction, trust, and participation. Journal of computer-mediated communication, Oxônia, v. 14, n. 4, p. 875-901, 2009. Disponível em: https://academic.oup.com/jcmc/article/14/4/875/4583552?login=true Acesso em: 12 dez. 2020

VAN DIJCK, José. (2012). **Facebook and the engeneering of connectivity**: A multi-layered approach to social media plataforms. Convergence, Thousand Oaks, v. 19, n. 2, p. 141-155, 2013. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354856512457548 Acesso em: 31 maio 2020

_____, José. **La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2016.

VERÓN, Eliseo. **Esquema para el analisis de la mediatización.** Diálogos de la Comunicación, Lima, n. 48, p. 9-16, 1997 Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01488522/ Acesso em: 25 jun. 2020

_____, Eliseo. **El living y sus dobles:** arquitecturas de la pantalla chica. In: _____. *El cuerpo de las imágenes*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2001.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o Gênero do Jornalismo: Modos de Produção das Notícias.** Série Jornalismo a rigor, v. 8. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

VIANNA, Adriana, LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil:** o panorama atual. Rio de Janeiro, CEPESC, 2004. (Coleção documentos; 1)

WOLTON, Dominique. **Internet et après**: une theorie critique des noveaux médias. Flammarion, Paris, v. 188, p. 31-39, 2000. 1999

WOMENS AGAINST VIOLENCE AGAINST WOMEN. What is rape culture? Disponível em:. Acesso em: 30 nov. 2020.

ZAGO, Gabriela da Silva. **Circulação e recirculação de narrativas do acontecimento no jornalismo em rede**: a Copa do Mundo de 2014 no twitter. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014 Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/109008 Acesso em: 16 dez. 2020

ŽIŽEK, Slavoj. **Violence:** Six Sideways Reflections. Londres, Profile Books, 2008